

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS DO ESTADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

João Felipe Zini Cavalcante de Oliveira

“E TRAVESTI TRABALHA?”:
divisão transexual do trabalho e messianismo patronal

Belo Horizonte

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE DIREITO E CIÊNCIAS DO ESTADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

João Felipe Zini Cavalcante de Oliveira

“E TRAVESTI TRABALHA?”:

divisão transexual do trabalho e messianismo patronal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Augusto Gravatá Nicoli, como requisito para obtenção do título de mestre em Direito.

Linha de Pesquisa: *História, Poder e Liberdade.*

Área de estudo: *Trabalho e Democracia.*

Belo Horizonte

2019

O48t Oliveira, João Felipe Zini Cavalcante de
“E travesti trabalha?": divisão transexual do trabalho e messianismo
patronal / João Felipe Zini Cavalcante de Oliveira. – 2019.

Orientador: Pedro Augusto Gravatá Nicoli.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Direito.

1. Direito do trabalho – Teses 2. Travesti – Teses 3. Transexualidade–
Teses 4. Trabalho – Teses 5. Emprego – Teses I.Título

CDU 331:613.885

João Felipe Zini Cavalcante de Oliveira, **“E travesti trabalha?”**: divisão transexual do trabalho e messianismo patronal.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Augusto Gravatá Nicoli, como requisito para obtenção do título de mestre em Direito.

Aprovada pela banca constituída pelas professoras:

Prof. Dr. Pedro Augusto Gravatá Nicoli (UFMG)

Profa. Dra. Livia Mendes Moreira Miraglia (UFMG)

Profa. Dra. Flávia Souza Máximo Pereira (UFOP)

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2019.

DEDICATÓRIA

Às travestis e transexuais que compartilharam comigo suas experiências.

À minha família, amigos e amor por serem compreensivos e me ajudarem a
concluir esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Ao longo do texto soará redundante, mas eu preciso, sempre, agradecer a confiança em mim depositada pelas travestis e transexuais que se dispuseram a compartilhar comigo suas experiências, suas histórias de vida, seus segredos, suas alegrias e suas dores. Obrigado, muito obrigado.

Gostaria de agradecer ao DIVERSO – UFMG, por ter sido o espaço em que me encontrei academicamente, por desempenhar um papel tão importante na UFMG, sobretudo na Faculdade de Direito e Ciências do Estado. Lembrarei para sempre das correrias iniciais para implementação do então projeto, hoje programa de extensão. Trata-se de um ambiente de rica produção acadêmica e humana, que prova que o rigor científico pode (e deve) andar de mãos dadas com o respeito e o amor. Quero agradecer em nome do professor Marcelo Maciel Ramos todas as alunas e alunos que fizeram parte dessa história comigo e também àquelas e aqueles que estão dando continuidade a essa iniciativa tão querida.

Muito obrigado, Pedro, pelos ensinamentos, pelos toques, pelos puxões de orelha, por ser um amigo. Obrigado por ter abraçado esse tema e ter se disposto a orientar uma pessoa com um modo de produção acadêmica não tão tradicional assim. Obrigado pelo carinho e pela liberdade.

Obrigado, Lívia, por ter, realmente, salvado meu semestre quando ministrou a disciplina sobre Trabalho das Mulheres. O aprendizado não foi apenas de conteúdo, mas também (e principalmente) de como dar uma aula leve, uma aula prazerosa, que me animava em acordar cedo na sexta-feira para discutir os textos. Foi, sinceramente, a disciplina que mais me marcou nos

cumprimentos dos meus créditos de mestrado e sinto saudades até hoje das manhãs de sexta.

Obrigado, Flávia, por seu constante entusiasmo com as minhas pesquisas. Obrigado por, assim como Pedro, me motivar a seguir em frente e acreditar que é possível fazer uma pesquisa crítica dentro do Direito.

Aos meus amigos eu peço principalmente perdão. A pós-graduação não são apenas flores, honrarias etc. Ela também pode potencializar quadros como ansiedade e depressão e, em algumas fases, ela pode ser bastante solitária. Numa solidão que se impõe. Os momentos em que não se está produzindo – seja por leituras, escritas ou participação em eventos – são colonizados pela academia. Pelo menos em meu caso, os tempos de ócio não eram tempos de descanso. Sempre havia um fantasma que sussurrava que eu não deveria estar descansando ou me divertindo, então a solidão se mostrou forte. Perdão por ter passado tempos sumido. Eu amo vocês, realmente amo. Obrigado por serem minha família em BH.

Leandro, obrigado por aguentar a barra, por ter me ajudado a levantar quando precisava, por ser meu apoio quando a solidão se impunha e quando a situação apertava. Obrigado por estar sempre ali me apoiando e me cobrando. Obrigado por me inspirar a seguir em frente até o fim. Te amo.

Agradeço, ainda, a CAPES pela assistência e pela bolsa de mestrado sem a qual esta pesquisa não seria possível.

Obrigado a todas e todos que estão comigo. Vocês todas estão nesta pesquisa de alguma maneira. Tudo que eu sinto também está aqui.

RESUMO

Travestis e transexuais são tradicionalmente deixadas à margem da sociedade em razão do estigma que lhes persegue. Grande parte delas acaba por estar inserida na prostituição, seja por escolha ou necessidade, e têm sua inserção no mercado formal de trabalho prejudicada diante do preconceito e da discriminação. A essas pessoas (cuja humanidade, inclusive, é questionada pelos padrões impostos) a sociedade atribui, instantaneamente, a atividade prostituinte e o HIV, mas elas, definitivamente, não se limitam a isso. Travesti trabalha, e trabalha sob condições que tendem para uma maior exploração de sua mão-de-obra. Diante do preconceito que já as relaciona com condições de marginalidade, há uma maior tendência de seus empregadores em se atribuírem a “virtude” de salvadores e, assim, estariam em uma posição de “exigir mais” em razão da “oportunidade” por eles oferecida. Esta pesquisa busca compreender a realidade de trabalho de travestis e transexuais quando se encontram inseridas no mercado formal de emprego, mas também as condições que a permeiam, que a antecedem e, talvez, as que se sucedem. Passar-se-á por uma reconstrução e designação de conceitos importantes para se compreender o fenômeno estudado; as narrativas de vida de travestis e transexuais entrevistadas ao longo da pesquisa, até que se chegue em um ponto em que será possível analisar como se dá a relação travesti - patrão e realizar uma crítica do emprego enquanto “salvação”.

Palavras-chave: Travesti, transexual, trabalho, emprego, salvação.

ABSTRACT

Transvestites and transsexuals have traditionally been left out of society because of the stigma attached to them. Most of them end up being inserted in prostitution, either by choice or necessity, and have their insertion in the formal labor market spoiled by prejudice and discrimination. To these people (whose humanity is even questioned by imposed standards) society instantly attributes prostitution and HIV, but they are definitely not limited to that. Transvestite works, and works under conditions that tend to further exploit their labor force. Because of the prejudice that already relates them to conditions of marginality, there is a greater tendency of their employers to attribute themselves the "virtue" of saviors and thus would be in a position to "demand more" because of the "opportunity" offered by them. This work seeks to understand the labor reality of transvestites and transsexuals when they are inserted in the formal job market, but also the conditions that permeate it, which precede it and, perhaps, those that follow. We will go through a reconstruction and designation of important concepts to understand the phenomenon studied; the life stories of transvestites and transsexuals interviewed throughout the research, until it reaches a point where it will be possible to analyze how the transvestite - employer relationship occurs and to perform a critique of employment as "salvation".

Keywords: Transvestite, transsexual, labor, job, salvation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DO PODER À RESISTÊNCIA	16
2.1	TRAVESTI E TRANSEXUAL	17
2.2	PODER.....	18
2.2.1	<i>A relação negativa</i>	19
2.2.2	<i>A instância da regra</i>	20
2.2.3	<i>O ciclo da interdição</i>	20
2.2.4	<i>A lógica da censura</i>	22
2.2.5	<i>A unidade do dispositivo</i>	23
2.3	ABJEÇÃO	26
2.4	CORPO.....	32
2.5	SUBORDINAÇÃO E SUJEIÇÃO.....	36
2.6	RESISTÊNCIA.....	45
3	ENTREVISTA COM O PECADO DO CORPO	49
3.1	EU NÃO SOU VIADINHO, EU SOU TRA-VES-TI.....	53
3.2	PODER NÃO PODE. DEVE	58
3.3	É ISTO UMA TRAVESTI?	64
3.4	UM EU QUE SOU EU.....	71
3.5	SUJEITA	75

3.6	TÁ PENSANDO QUE TRAVESTI É BAGUNÇA?	81
4	ARBEIT MACHT FREI	84
4.1	A SALVAÇÃO PELO EMPREGO-TRABALHO	89
4.1.1	<i>Divisão transexual do trabalho</i>	93
4.1.1.1A	ilegalidade da prostituição.....	93
4.1.1.2A	formalidade precária.....	97
4.1.2	<i>Calvinismo trans</i>	103
4.2	MESSIAS.....	109
4.2.1	<i>O Alfa e o Ômega</i>	109
4.2.2	<i>Da subordinação à submissão</i>	112
4.2.2.1	Poder Diretivo e Disciplinar	116
5	A TEIMOSIA DO EMPREGO	122
5.1	POR QUE ELE NÃO DÁ CONTA DO RECADO?.....	125
5.2	POR QUE ELE AINDA SE FAZ NECESSÁRIO?	128
5.2.1	<i>Programa TransCidadania</i>	132
6	CONCLUSÃO	136
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
	GLOSS(ÁRIO)	155
	ANEXO I	159

1 INTRODUÇÃO

Antes de qualquer outra coisa a ser dita neste trabalho (e mesmo estendendo e trazendo ao texto principal meus agradecimentos), eu gostaria de agradecer à possibilidade de crescimento e desenvolvimento humano que me foi dada pelas pessoas com as quais trabalhei.

Esse agradecimento se faz necessário aqui, no texto principal, por se tratar da definição metodológica dos meus principais marcos teóricos: as conversas e percepções que tive com travestis e transexuais de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Dessa maneira, esta pesquisa se vale não apenas de marcos academicamente consagrados e (às vezes) necessários burocraticamente para obtenção de um título ou atribuição de rigor científico a uma produção acadêmica, mas também, e principalmente, de marcos da vida cotidiana, da luta, da resistência que marcam o dia-dia dessas pessoas.

Busco, nas análises realizadas ao longo destas páginas, entender criticamente como o trabalho (e sobretudo o emprego enquanto trabalho marcadamente subordinado) é encarado por travestis e transexuais, bem como o processo inverso. Questões envolvendo os marcadores sociais e individuais que atuam sobre essas pessoas atravessaram todo o texto, passando pelos conceitos de poder, abjeção, corpo, subordinação, resistência, até que se torne possível debater, qualificadamente, a relação de trabalho e o valor atribuído ao emprego.

Será que o emprego realmente salva e garante cidadania a essas pessoas? Quais são as condições para que isso ocorra? Como é a relação com os patrões e patroas?

Essas perguntas motivaram a pesquisa aqui apresentada e responde-las sem me valer das narrativas daquelas que vivenciam isso seria impossível. Por esse motivo é necessário estender ao texto principal os agradecimentos aos grandes marcos teóricos anônimos deste trabalho.



Para que se possa responder aos questionamentos levantados, conforme já se pôde perceber, foi realizada pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com travestis e transexuais.

Busquei estruturar o trabalho final de maneira a concentrar conceitos-chave de entendimento das análises realizadas do meio para o final do trabalho nos dois primeiros capítulos, que seguem uma ordem interna correspondente. No primeiro, valho-me, preponderantemente, das contribuições acadêmicas de várias autoras¹ que dedicaram seus esforços a pesquisar o mundo do trabalho, das relações de poder, gênero e sexualidade. Dessa maneira, figuram como principais influenciadoras as obras de Judith Butler e Michel Foucault.

Em um segundo momento, valho-me da mesma estrutura de conceituação do capítulo anterior para apresentar como esses conceitos anteriormente trazidos à baila do academicismo são experienciados nas vidas

¹ Ao longo do trabalho, frequentemente, o plural ou o coletivo de alguns termos foi trazido no feminino para tentar romper, mesmo que simbolicamente, a universalidade tradicionalmente atribuída ao masculino. Desse modo, quando utilizo “várias autoras” não estou me referindo apenas a escritoras mulheres, mas a escritoras mulheres, homens e mesmo aquelas que não se identificam neste padrão binário de gênero.

cotidianas das travestis e transexuais estudadas. Como eles podem ser contrapostos à construção acadêmica anteriormente apresentada.

Após a apresentação dos termos e conceitos principais que envolvem a temática, tornar-se-á possível analisar propriamente as relações de emprego envolvendo travestis e transexuais, mantendo em mente aquilo que as molda, que as configura. Relembrando constantemente dos pontos iniciais trazidos que se revelam de extrema importância para que as particularidades experienciadas por essas pessoas no mundo do trabalho. Evita-se, assim, que os apontamentos trazidos ao longo desta pesquisa sejam interpretados como generalizantes, como oponíveis a qualquer trabalhador em situação precária.

Ainda é importante explicar que a linguagem aplicada a este trabalho reflete a realidade e o local de fala de seu pesquisador, que se encontra em meio de inúmeros fatores confluentes que moldam sua perspectiva e seu modo de expressar-se (como qualquer outro indivíduo). Trata-se de um jurista relutante em relação ao tradicionalismo e que, contudo, formou-se num curso tradicional de uma faculdade tradicional. Trata-se de alguém que teve a oportunidade e o privilégio de graduar-se e, agora, espera-se, obter o título de mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais, um dos espaços mais elitizados de nosso país.

Trata-se de um pesquisador LGBT, de um pesquisador gay, ou viado, se preferir. Que se propôs a estudar as marginalidades do Direito e os locais que este não alcança, em que este não diz muito.

Assim, a linguagem que me valho ao longo desta dissertação pode parecer, frequentemente, incoerente. A tradicional forma de escrita dissertativa, imposta numa construção textual em que impera a terceira pessoa do discurso, numa aplicação insensata (e enganadora) de um sujeito indeterminado não será

encontrada aqui. Esta pesquisa é viva, não algo para ser perdido na indeterminação de um sujeito que, definitivamente, não é indeterminado.

Como se verá adiante, a linguagem e o discurso são ferramentas importantíssimas do poder, de sua manutenção e de sua subversão, dessa forma, não poderia deixar de fazer uma crítica da escrita tradicionalmente aplicada às produções científicas.

Peço desculpas de antemão se esta escolha não agrada, mas, adiantando, nesta introdução, uma conclusão: a produção científica não é impessoal.

2 DO PODER À RESISTÊNCIA

A relação que pessoas travestis e transexuais possuem com o trabalho (ou a ausência dele) é de grande complexidade, perpassando questões que atravessam desde a infância e constituição familiar desses indivíduos, autoidentificação enquanto trans/travesti, até o comportamento do patrão com essas potenciais empregadas.

Desta maneira, para que se possam compreender as análises, comentários e resultados desta pesquisa, será necessário, inicialmente, delimitar a conceituação de determinados termos, cujos significados são de extrema importância para a plena compreensão do que se seguirá. Assim, este capítulo inicial debruçar-se-á sobre os conceitos-chave da pesquisa, que serão utilizados ao longo de toda a dissertação.

Primeiramente, é importante chamar atenção ao fato de que muitos dos conceitos aqui elaborados não possuem um único significado para as autoras e autores que se dedicam aos temas aqui tratados; diante dessa situação, a conceituação se revela ainda mais importante para que se possa entender os caminhos e sentidos utilizados por este pesquisador.

2.1 TRAVESTI E TRANSEXUAL

Apesar de ainda haver muito debate, tanto no meio acadêmico quanto na militância LGBT, acerca dos conceitos de travestilidade e transexualidade, os termos não serão plenamente diferenciados neste trabalho².

Isso se dá porque eu entendo que esses termos são reclamados por seus sujeitos e encontram limites evidentes quando são objeto de teorização e conceituação acadêmicas que determinem se alguém é travesti ou se é transexual. Tampouco seria adequado fazer tal distinção unilateralmente (se ela existisse ou existir) diante do risco de esse ato ser invasivo e prepotente.

Deste modo, quando me referir de maneira geral a essas pessoas, utilizarei ambos os termos “travestis e transexuais”, sem distinção.

² Deste modo, nega-se aqui qualquer conceituação patologizantes desses termos, sobretudo a médica-tradicional de Harry Benjamin, que hierarquizava travestis e transexuais, sendo aquela menos verdadeira que esta. BENJAMIN, Harry. **The transexual phenomenon**. New York: The Julian Press, 1966.

2.2 PODER

Talvez a base para entender todos os demais, a conceituação de “poder” revela-se um ardil na medida em que ele é extremamente maleável, permeável e nós estamos, aqui, em seu pleno domínio: a linguagem escrita acadêmica, limitada por mecanismos (de poder) que pressupõem que ela seja rebuscada o suficiente com a utilização de termos como “ontologia”, “episteme”, “*logos*”, “teleologia”, “abjeção” e tantos outros termos que 1) são necessários para se dizer exatamente o que se quer dizer, mas que 2) revelam-se segregadores por estarem inseridos dentro de uma atividade de (re)produção do poder que ficará concentrada no academicismo e 3) cuja crítica só é possível através dos meios discursivos criados pelo próprio poder dentro dos limites que ele os oferece.

Enfim, para os objetivos desta pesquisa, *poder* é entendido a partir de uma perspectiva foucaultiana enquanto os inúmeros (e frequentemente invisíveis) mecanismos de imposição. Desta maneira, o poder está presente em todas as relações, e em tudo na medida em que está presente no discurso (que é a base da comunicação e da performatividade)³ que molda nossos corpos, nossa comunicação, nosso modo de agir; que nos diz o que é homem e o que é mulher, o que diferencia o aceitável do abominável, subsumindo pessoas trans e travestis a este último grupo.

O poder está em toda parte, “se produz a todo instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro”⁴. O poder é

³ Sobre o discurso enquanto mecanismo de poder não se pode citar apenas os trabalhos de Foucault, mas de várias outras autoras, como Wittig, Irigaray, Derrida, Butler, Lévi-Strauss, Husserl, entre várias outras.

⁴ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 101.

onipresente; “não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”⁵.

Focar-se-á na manifestação do poder sobre os dispositivos de sexualidade e de gênero (dada a população foco da pesquisa), tendo como base principal as obras de Michel Foucault, com destaque para a *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Nesta obra, Foucault vale-se de uma análise político-discursiva do poder⁶ e a faz a partir de cinco traços principais.

2.2.1 A relação negativa

Iniciando a análise, Foucault chama atenção para a dimensão negativa com que o poder atinge o ato sexual; em outras palavras, o autor chama atenção ao fato de o sexo estar constantemente atrelado a proibições, a algo que não deve ser feito ou, pelo menos, evitado. “Com respeito ao sexo, o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, barragem ou, ainda, ocultação e mascaramento. O poder não ‘pode’ nada contra o sexo e os prazeres, salvo dizer-lhes não”⁷. Apesar de, nessa passagem, Foucault analisar o método de negação com que o poder atua sobre o sexo, cumpre-me ressaltar que o autor está falando sobre **a atuação do poder sobre o sexo**, não a respeito do sexo em si. O sexo e a sexualidade podem ter caráter positivo, com formação e criação de várias práticas sexuais, de diversos modos

⁵ *Idem*.

⁶ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 90.

⁷ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 91.

de obtenção do prazer. Porém, quando o poder age sobre esses elementos, ele age de maneira a impedi-los, sublimá-los, negar-lhes existência, sobretudo quando escapam à norma geral. Proíbem-se determinadas práticas, desejos e comportamentos, como a transexualidade, a travestilidade, o sexo anal, de acordo com as normas vigentes culturalmente, a serem analisadas a seguir.

2.2.2 A instância da regra

O poder atua sobre o sexo na forma de lei, ele prescreve uma ordem a ser seguida que institui aquilo que é inteligível na ordem sexual e o que não é. O poder tem, assim, efeito normatizador e normalizador, em outras palavras, ele conforma a norma (a regra) e aquilo que é considerado normal. Desta maneira, para o autor, “a forma pura do poder se encontraria na função do legislador; e seu modo de ação com respeito ao sexo seria jurídico-discursivo”⁸.

Como consequência, aquilo que segue as regras é abraçado pela normalidade, aceito pela sociedade e presumido como verdadeiro; enquanto corpos e comportamentos que fogem aos padrões estabelecidos (como as travestis e transexuais) são considerados abominações anormais, desrespeitados e desumanizados.

2.2.3 O ciclo da interdição

Relacionando as duas formas anteriores de análise da manifestação do poder, pode-se chegar à conclusão de que o poder sobre o sexo pressupõe uma

⁸ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 91.

renúncia do ato sexual a si mesmo. Para que o sexo continue existindo, é necessário que ele próprio negue sua existência. É sob essa condição contraditória que a sexualidade é enquadrada: de modo que possa ser experienciada, é necessário que não seja dita, falada, tocada, sentida; para que o sexo exista é preciso que inexista.

Renuncia a ti mesmo sob pena de seres suprimido; não apareças se não quiseres desaparecer. Tua existência só será mantida à custa da tua anulação. O poder oprime o sexo exclusivamente por meio de uma interdição que joga com a alternativa entre duas inexistências⁹.

Em outras palavras, o poder atua sobre o sexo de modo que, para que a sexualidade exista e seja experienciada, é preciso que não seja vivenciada, caso contrário ela sofreria a opressão negativa abordada anteriormente.

O mesmo pode ser aplicado à vivência de muitas travestis e transexuais, cujas vidas só são “aceitas” sob várias condições marginalizantes. Elas só são toleradas se se limitarem aos guetos que lhes são impostos (e que elas mesmas criam para se proteger), como a prostituição, a madrugada e o sigilo.

Adiantando um tópico que será mais abordado no próximo capítulo, durante as entrevistas realizadas com travestis e transexuais uma sensação era constante: a de se sentir relegada a um espaço, de ser “colocada na caixinha da prostituição”, como disse uma das entrevistadas¹⁰, ou, nas palavras de outra:

⁹ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 92.

¹⁰ Os nomes, cidades, lojas, prostíbulos, terceiros, endereços e quaisquer outras informações que podem levar à identificação das entrevistadas foram suprimidos para preservar suas identidades e segurança, tomando como princípio fundamental a ética em pesquisa.

“eles [*homens cisgêneros heterossexuais*] só me aceitam quando é pra bater boquete ou comer o cu deles, mas deixa eu cruzar com um de dia pra você ver”.

2.2.4 A lógica da censura

Em conformidade com os pontos anteriores, a interdição do sexo ocorre por meio de três formas: “afirmar que não é permitido (1.2.1), impedir que se diga (1.2.2), negar que exista (1.2.3)”¹¹.

À primeira vista, essas três maneiras de interdição do sexo podem parecer paradoxais; como seria possível seria possível fazer qualquer afirmativa acerca do sexo (mesmo a sua proibição) se haveria, também, que se impedir que se diga qualquer coisa e negar-lhe sua própria existência?

O que ocorre é uma lógica em cadeia em que cada um desses três elementos retoma o outro num ciclo contraditório que se completa: ao afirmar que o sexo não é permitido, eu o transformo num tabu que não deve ser trazido à tona, nem formulado na forma de discurso, que reverberará em uma repressão de qualquer manifestação que afirme sua existência.

Nesse sentido, a vivência de travestis e transexuais (e das pessoas com as quais se relacionam) deve sempre permanecer sob o véu do sigilo, do não dito. Ninguém pode saber, não deve ser falado.

¹¹ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade:** a vontade de saber. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 92.

“A lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser enunciada como injunção de inexistência, de não manifestação e de mutismo”¹².

2.2.5 A unidade do dispositivo

Para finalizar, Foucault aponta que o poder sobre o sexo incidiria sobre tudo e todos, de maneira universal. Desse modo, para que possa garantir sua universalidade impositiva, o poder teria que se valer de uma estrutura igualmente universal, geral e abstrata. Tal condição é velha conhecida de qualquer jurista. Trata-se da definição do conceito de *norma* para o Direito, já consagrado nos mais variados manuais jurídicos dos quais podemos destacar a obra de Norberto Bobbio¹³, como exemplo. Dessa maneira, o Direito – e as normas por ele criadas e aplicadas – revela-se o condutor, difusor, investigador e sancionador adequado para o *poder*.

Cabe aqui ressaltar que apesar de o poder ser **universal**, ele não recai de forma **uniforme** a todos. Os níveis de opressão pelo poder devem ser analisados sempre de maneira interseccional (para utilizar o termo de Crenshaw¹⁴). Desta forma, o modo como o poder sobre o sexo age sobre determinada pessoa pode variar na medida em que outras esferas do poder

¹² FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 92.

¹³ BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Trad. Fernando Pavan Baptistas e Ariani Bueno Sudatti. Bauru: Edipro, 2003. pp. 177-180.

¹⁴ Entende-se por interseccionalidade a confluência de diferentes formas de opressão que alteram o modo de subordinação de um indivíduo. Para uma maior elaboração acerca da interseccionalidade, ver CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

estejam também atuando, como a econômica, a social, a racial, entre outras. Buscando elucidar o tema, Foucault informa que:

Do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições cotidianas, das instâncias da dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito, encontrar-se-ia, **em escalas diferentes** apenas, uma forma geral de poder. Essa forma é o direito, com o jogo entre o lícito e o ilícito, a transgressão e o castigo¹⁵.

Dessa maneira, todos os modos de subjetivação, dominação, submissão e sujeição que perpassam o sexo poderiam ser analisados por um critério de obediências às leis e ao Direito enquanto avatar do *poder*. Nesse sentido, o campo jurídico refletiu-se enquanto aparato perfeito para a manutenção, difusão e coerção do *poder*.

O Direito não apenas revela-se enquanto método adequado de coerção universal, mas, sobretudo, carrega consigo a capacidade de legitimar o exercício do poder.

O direito não foi, simplesmente, uma arma habilmente manipulada pelos monarcas; constituiu, para o sistema monárquico, o modo de manifestação e a forma de aceitabilidade. Desde a Idade Média, nas

¹⁵ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 93

sociedades ocidentais, o exercício do poder sempre se formula no direito¹⁶.

Ao Direito, enquanto instrumento de manifestação do poder, foi atribuída tanta legitimidade (e poder, numa relação que se retroalimenta) que mesmo as críticas ao sistema monárquico – que sobrevieram sobretudo no fim da Idade Moderna e início da Contemporânea – não foram dirigidas ao Direito enquanto instrumento de poder, mas valeram-se justamente da prerrogativa jurídica para despossuir os monarcas. Foi em nome de um sistema jurídico puro e rigoroso, em que o poder poderia fluir, que se derrubaram grandes monarquias ao longo da história.

Mesmo depois, no século XIX com as críticas das instituições políticas¹⁷, a imagem positivista de um direito fundamental nunca deixou de existir.

O que se percebe, portanto, é uma verdadeira monarquia jurídica: o direito e a lei são soberanos, ao ponto de deterem a vida do ser-humano, de indexar aquilo que é protegível e o que não é. É essa representação jurídica que permanece presente nas manifestações contemporâneas do poder sobre o sexo e que recai sobre travestis e transexuais por divergirem da norma imposta, como será visto adiante.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 96.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 6. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 97.

2.3 ABJEÇÃO

Provavelmente o conceito mais difícil de se trabalhar, a abjeção está presente na obra de diversas autoras, sendo possível trazê-lo para a vivência de travestis e transexuais. Entretanto, é rara a utilização deste termo em específico, sendo frequentemente substituído por “exclusão”, “invisibilização”, “apagamento”, “estigmatização” ou até mesmo “objetificação”.

Contudo, “abjeção” possui um significado que não é possível de ser plenamente agregado por esses ditos “sinônimos”. Abjeção vai além da mera objetificação, da estigmatização, etc. Ela revela um processo contraditório (ou talvez até paradoxal) que existe na medida em que não pode existir. São os mecanismos por meio dos quais indivíduos perdem sua individualidade, seja por meio da exclusão social, da sua invisibilização, do tabu que o cerca, da negação do corpo e do sujeito, da estigmatização de sua imagem. Abjeção é capaz de reunir vários fatores segregacionistas e discriminatórios em um só termo; no entanto, não se trata, definitivamente, de uma soma de significados, mas de um amálgama que é sublimado no momento em que passa a existir.

Abjeto é justamente aquilo que não é inteligível, que não pode ser inteligível e exatamente por isso, sua própria conceituação se revela extremamente complexa e, talvez, impossível, uma vez que o termo tenta trazer à inteligibilidade aquilo que lhe escapa. O abjeto é um “escândalo”¹⁸, não apenas linguístico, mas também filosófico.

¹⁸ Aqui faz-se referência aos estudos de Lévi-Strauss (1967) e Jacques Derrida (2009), que conceituam “escândalo” aquilo que foge ao tradicional sistema opositor entre natural e cultural. Tradicionalmente, desde os escritos e ensinamentos gregos clássicos, vislumbra-se na Filosofia uma tentativa de separação daquilo que é universal e do que é cultural, pertencendo ao primeiro o que é universal e ao

Judith Butler, uma das maiores expoentes do pós-estruturalismo e autora que se baseia profundamente nos estudos sobre abjeção e corpos abjetos também apresenta dificuldades no momento de conceituar tal termo. A filósofa, quando entrevistada por Baukje Prins e Irene Costera Meijer, pesquisadoras holandesas, em 1996, acerca do conceito de abjeto reconheceu a dificuldade da conceituação de um termo tão problemático:

IM e BP: [...] Você parece um tanto relutante em dar exemplos mais concretos do que poderia ser considerado corpos abjetos.

JB: Bem, sim, certamente. Pois, como se sabe, as tipologias são exatamente o modo pelo qual a abjeção é conferida: considere-se o lugar da tipologia dentro da patologização psiquiátrica. Entretanto, prevenindo qualquer mal-entendido antecipado: o abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como "não importante". [...] ¹⁹.

De tal modo, valer-me-ei, nesta pesquisa, da conceituação aproximada de Judith Butler, combinada com outras passagens de obras variadas da autora acerca do tema. Em *Undoing Gender*, livro de 2004, Butler reverbera a posição indicada na entrevista quando diz que:

Eu gostaria de começar, e finalizar, com a questão do humano, de quem conta como humano, bem como a questão relacionada de quais vidas são contadas como vidas, e com o questionamento que

segundo aquilo que depende de um sistema de normas humanas que a regulem. Como se verá adiante, várias das “exemplificações” de abjeção se revelam escândalos nessa concepção.

¹⁹ PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002. p. 161.

tem preocupado muitos de nós ao longo dos anos: que vidas são passíveis de luto? (tradução livre)²⁰.

Retomando e avançando o tema, a filósofa, no livro *Frames of War: when is life grievable?* (traduzido recentemente para o português pela editora Civilização Brasileira com o título “Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?) Butler pondera que, sobretudo, o que nos diz a abjeção é aquilo que torna as coisas inteligíveis: “uma vida tem que ser inteligível *como uma vida*, tem de se conformar a certas concepções do que uma vida é, de modo a se tornar reconhecível” (tradução livre)²¹.

É a linguagem, a escritura (como denomina Derrida, retomando Husserl em *Gramatologia*)²², suas normas de inteligibilidade, seus termos, seus sons, seus signos, que denominam se algo está “dentro” dos padrões de existência ou se “está fora”²³. Nesse sentido, é de suma importância ter em mente que o sexo e o gênero são referenciais de inteligibilidade da vida, dos corpos, dos sujeitos. Alguém só é inteligível, apreensível enquanto humano, se

²⁰ I would like to start, and to end, with the question of the human, of who counts as the human, and the related question of whose lives counts as lives, and with a question that has preoccupied many of us for years: what makes for a grievable life? BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004. p. 17-18.

²¹ “a life has to be intelligible *as a life*, has to conform certain conceptions of what life is, in order to become recognizable”. BUTLER, Judith. **Frames of war: when is life grievable?** New York: Verso, 2009. p. 7.

²² “[...] que a escritura não é somente um meio auxiliar a serviço da ciência – e eventualmente seu objeto – mas, antes de mais nada, conforme lembrou particularmente Husserl em *A Origem da Geometria*, a condição de possibilidade dos objetos ideais e, portanto, da objetividade científica. Antes de ser seu objeto, a escritura é a condição da episteme”. DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973. p. 34.

²³ Utilizou-se das aspas nos termos “dentro” e “fora” para relativizar as margens do incluído e do excluído que foram objeto de análise e crítica de Derrida, mas que não serão amplamente exploradas nesta pesquisa para não haver perda do recorte epistêmico.

se enquadrar nas normas de gênero que tradicionalmente só conseguem assimilar o homem ou a mulher. Tudo aquilo que fuja a essas normas, que as deturpe ou que as misture já está a caminho da abjeção, do seu não reconhecimento enquanto vivo. Essa realidade é trazida por autoras como Foucault, Judith Butler, Simone de Beauvoir, Luce Irigaray, entre muitas outras.

Butler, em *Problemas de Gênero*, introduz que a análise discursiva do gênero se encontra limitada pelas possibilidades culturais que o gênero possui, pelos seus limites imagináveis. Isso sugere que os limites da experiência do gênero, da apreensão de alguém por meio do gênero, está limitada pelas condições que o discurso nos oferece. Discurso este que só consegue apreender uma matriz de homens e mulheres, que não nos oferece, gratuitamente, mecanismos linguísticos de reconhecimento daqueles e daquelas²⁴ que fujam às normas impostas. “Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal”²⁵.

A filósofa retoma e continua esse raciocínio em *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*, no momento em que, valendo-se de seus estudos sobre Foucault, instrui que os termos pelos quais o reconhecimento de alguém enquanto humano são limitados “de antemão por um regime de verdade que decide quais formas de ser serão reconhecíveis e não reconhecíveis”²⁶.

Foucault, em sua *História da Sexualidade: a vontade de saber*, retoma e reconstrói o modo pelo qual o dispositivo da sexualidade foi tratado ao longo

²⁴ Perceba-se que mesmo as tentativas de abarcar a todos pela utilização dos termos “daqueles e daquelas” ainda se encontra limitada pela ordem do gênero na língua portuguesa.

²⁵ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 30-31.

²⁶ BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. pp. 34-35.

da história da civilização ocidental (sobretudo europeia), passando pelos pecados da Igreja até um sistema estatal e medicinal de controle da sexualidade humana, que passou a ser categorizada em *perversões* com destaque para a segunda metade do século XIX e cujos efeitos perduram até os dias de hoje.

Foram criadas pela ciência médica e psiquiátrica inúmeras categorias patologizantes da sexualidade humana que escapem às normas tradicionalmente impostas de um binarismo de desejo e de identificação; em outras palavras, que escapem à heteronormatividade²⁷ e à cisnormatividade²⁸. Travestis e transexuais, enquanto corpos que não estão dentro do padrão de inteligibilidade normalidade, são lidas enquanto seres abjetos para a maior parte da sociedade

O aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia, e 'hermafroditismo psíquico' permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região da 'perversidade'²⁹.

Irigaray vai além, sendo que, para a autora, não se trata da existência de dois sexos (masculino e feminino) discursivamente apreensíveis, mas de apenas um: o masculino. Para ela, o discurso é irredutivelmente masculinista e falocêntrico, sendo que a figura da mulher só existe como um artil para a

²⁷ Heteronormatividade é aqui entendida como o conjunto de normas impostas sobre os corpos para que o desejo seja sempre guiado pela heterossexualidade e aquilo que a compõe culturalmente.

²⁸ Cisnormatividade é aqui entendida como o conjunto de normas impostas sobre os corpos para que o gênero seja sempre adequado ao socialmente imposto no momento do nascimento, desde performances do corpo, papéis de gênero, vestuário, fala, etc.

²⁹ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 111.

elaboração monológica do masculino³⁰; não se trataria nem de um Outro como Beauvoir³¹ supõe, mas do irrepresentável.

Diante dessas contribuições, fica claro que a abjeção, apesar de ser dificilmente conceituável, é um conceito central para esta pesquisa e se faz presente na vida de travestis e mulheres trans na medida em que não se adequam às normas impostas culturalmente; cujas existências são desumanizadas; cujas vidas nunca terão sido vividas; que não serão preservadas “por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não serão enlutadas³² quando perdidas”³³ (tradução livre).

³⁰ Para uma elaboração mais completa da irrepresentabilidade feminina do discurso falocêntrico, ver: IRIGARAY, Luce. **Speculum of the other woman**. Trad. Gillian C. Gill. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

³¹ Para uma elaboração mais completa da construção da mulher enquanto o Outro, ver: BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. V.1. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. V.2. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

³² Não serão passíveis de luto.

³³ “[...] sustained by no regard, no testimony, and ungrieved when lost”. BUTLER, Judith. **Frames of war: when is life grievable?**. New York/London: Verso, 2009. p. 14-15.

2.4 CORPO

Durante as entrevistas realizadas (a serem melhor trabalhadas em capítulo próprio), restou clara a grande importância que o corpo possui na vida de travestis e transexuais. Contudo, como esse termo deve ser entendido? Afinal, o que é “corpo”? Como ele é feito e o que o separa de nós mesmos (se é que essa distinção existe)?

Encontra-se ao longo dos textos filosóficos, desde Platão até autores mais contemporâneos, uma noção quase que uníssona de distinção entre corpo e alma³⁴, entre corpo e mente³⁵, entre corpo e consciência³⁶. Essa separação é

³⁴ Platão, em seu diálogo “Timeu”, conjectura a criação das coisas que têm forma por um ser supremo, denominado demiurgo, que as criou tomando como base a beleza e a perfeição do mundo ideal. “No que respeita à alma, ainda que só agora vamos tratar de falar dela, não é posterior ao corpo. O deus não os estruturou desse modo, como se ela fosse mais nova – ao constituí-los, não permitiu que o mais velho pudesse ser governado pelo mais novo. Ao passo que nós somos muito afectados pela casualidade e, conseqüentemente, falamos também ao acaso, já o deus, graças à sua condição e virtude, constituiu a alma anterior ao corpo e mais velha do que ele, para o dominar e governar”. PLATÃO. **Timeu-Crítias**. Trad. Rodolfo Lopes. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra: University Press, 2013.

³⁵ Talvez um dos teóricos mais conhecidos do dualismo entre corpo e mente/alma, encontra-se Descartes, que em “Discurso do Método”, valendo-se do argumento da dúvida, compreende que o “eu” é uma “substância cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar, e que, para ser, não necessita de lugar algum, nem depende de qualquer coisa material. De maneira que esse eu, ou seja, a alma, por causa da qual sou o que sou, é completamente distinta do corpo e, também, que é mais fácil de conhecer do que ele, e, mesmo que este nada fosse, ela não deixaria de ser tudo o que é”. DESCARTES, René. **Discurso do método**. Trad. Enrico Corvisieri. Ed. Acrópoles. Quarta parte. Sem paginação.

³⁶ Debruçando-se nos escritos filosóficos que o antecederam, sobretudo Descartes, Sartre começará a tecer de um conceito de “corpo” que se *aproxima* ao que aqui exponho. Sartre, em “Questão de Método”, desenvolverá uma ontologia do corpo, em que o corpo começa a ser percebido não apenas como um substrato mecanicista sobre o qual a consciência atua. Para o autor “o Para-si deve ser todo inteiro corpo e todo inteiro consciência: não poderia ser *unido* a um corpo. Similarmente, o ser-Para-outro é todo inteiro corpo; não há aqui ‘fenômenos psíquicos’ a serem unidos a um corpo; nada há *detrás* do corpo. Mas o corpo é todo inteiro ‘psíquico.’” SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica**. Trad. Paulo Perdiggão. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 388.

O autor continua: “[...] sensação e ação estão reunidas e constituem uma unidade. Renunciamos à ideia de nos dotar *primeiro* de um corpo para estudar *depois* a maneira como captamos ou modificamos o mundo através dele. Ao contrário, estabelecemos como fundamento da revelação do corpo como

seguida, também, por uma hierarquia entre esses dois “conceitos”, sendo o corpo o aparato material subjugado ao poder de controle e à racionalidade da mente.

Não é coincidência que os aparatos tipicamente associados ao masculino e ao feminino mantenham relação com essa distinção e hierarquização entre corpo e mente. Ao homem é associada a racionalidade, o comando, a inteligência, enquanto a mulher encontra-se presa aos instintos naturais, à sua função natural, ao seu corpo feminino³⁷.

Não apenas essa diferenciação corpo/mente serve a propósitos sexistas, mas também serve de aparato de manutenção de um discurso que busca anular-se a si mesmo. Vejamos. O corpo e a ciência em torno do corpo, a medicina e as ciências naturais, comumente reclamam para si uma objetividade; tratar-se-ia, portanto, de uma ciência “pura”, que não seria afetada ou alterada por questões socioculturais, que não seriam afetadas pelo discurso. Nesse sentido, o corpo seria um campo plenamente objetivo, natural, e, portanto, pré-

tal a nossa relação originária com o mundo, ou seja, nosso próprio surgimento no meio do ser. Longe de ser o corpo primeiro para *nós* e aquilo que nos revela as coisas, são as coisas-utensílios que, em sua aparição originária, indicam-nos nosso corpo. O corpo não é uma tela entre as coisas e nós: manifesta somente a individualidade e a contingência de nossa relação originária com as coisas-utensílios. Nesse sentido, definimos o sentido e o órgão sensível em geral como nosso ser no mundo enquanto temos-de-sê-lo em forma de ser-no-meio-do-mundo. Do mesmo modo, podemos definir a *ação* como nosso ser-no-mundo enquanto temos-de-sê-lo em forma de ser-instrumento-no-meio-do-mundo. Mas, se sou no meio do mundo, é porque fiz com que haja um mundo transcendendo o ser rumo a mim mesmo; e, se sou instrumento do mundo, é porque fiz com que haja instrumentos em geral pelo projeto de mim mesmo rumo a meus possíveis. Somente *em um mundo* pode haver um corpo, e uma relação primeira é indispensável para que esse mundo exista. Em certo sentido, o corpo é o que sou imediatamente; em outro sentido, estou separado dele pela espessura infinita do mundo; o corpo é-me dado por um refluxo do mundo rumo à minha facticidade, e a condição desse reflexo perpétuo é um perpétuo transcender”. SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 411.

³⁷ Este assunto é tratado com grande dedicação por Simone de Beauvoir no primeiro volume de *O Segundo Sexo*. Ver BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. V.1. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

discursivo; estaria inserido em um momento anterior ao discurso e, assim, não seria por ele alterado.

Ocorre, todavia, que o corpo como esse objeto imaculavelmente científico e objetivo por natureza não existe.

O corpo está inserido no campo discursivo e este campo procura anular a si mesmo para que não seja alvo de críticas. O discurso criado em torno do corpo, de que este é puramente objetivo, busca, em última análise, eclipsar o fato de que nosso corpo é construído discursivamente.

A ciência do corpo possui um propósito, nosso corpo é analisado, construído, inserido e interpretado dentro de um discurso. Há uma construção valorativa que permeia o corpo humano de tal modo que a separação que costumeiramente se faz na filosofia não merece mais prosperar. Não há diferença entre corpo e mente, portanto não há hierarquia entre eles; em verdade, o que se chama de corpo e mente são a mesma coisa, são a pessoa.

É esta pressuposição que leva Butler, em *Problemas de Gênero*, à constatação de que a recorrente diferenciação entre “sexo” e “gênero” não existe. A tradicional distinção de “sexo” enquanto dado biológico, relativo ao corpo e, portanto, objetivo, ao passo que “gênero” seriam as inscrições e interpretações culturais deste sexo, não tem mais motivo de existir. Aquilo que chamamos de sexo todo este tempo nada mais era que o gênero, pois o corpo sempre passou por uma leitura e uma construção discursiva. Nas palavras da autora:

Se [...] ‘o corpo é uma situação’, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre

apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo³⁸.

Corpo, portanto, para os fins desta pesquisa, deverá ser lido não apenas como a cápsula biológica do humano, mas como o humano em si mesmo. Quando o termo corpo é aqui mencionado, estou me referindo às pessoas sem distinção entre alma e elemento corpóreo-material.

Os corpos pesam³⁹ e, por estarem inseridos num contexto discursivo que os elenca de acordo com sua importância, nem todos são considerados dignos de serem protegidos, de receberem cuidado. Alguns corpos serão abjetos por encontrarem-se de contraposição ao que se espera deles dentro de um sistema de poder que o aprisiona a determinadas condições e padrões.

Extrai-se disso que o corpo e sua performatividade são instrumentos importantes para que possamos compreender o jogral de poder que permeia a sociedade, é a partir dele que as construções do valorizado, do vivo e do enlutável começam a se erguer. O corpo é a primeira impressão e todas as estigmatizações que dele advém são mais perceptíveis e sensíveis⁴⁰.

³⁸ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 29.

³⁹ Para utilizar o termo de Judith Butler em BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, pp.151-172.

⁴⁰ GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. Rio de Janeiro: LTC, 1988. *passim*.

2.5 SUBORDINAÇÃO E SUJEIÇÃO

O corpo, a vida, a imagem e o sujeito de travestis e transexuais (assim como os de muitos outros seres), encontram-se subordinados a uma série de regras e imposições. Por ser subordinada, a travesti e a transexual são sujeitas na mesma medida em que são sujeitadas. Como já mencionado em tópico específico, o poder permeia todas as conceituações (e tudo) que serão apontadas aqui. Desta maneira, para que se possa compreender a distinção entre os conceitos de “subordinação” e “sujeição” é necessário que tenhamos em mente as permissões do sistema jurídico.

Retomando a crítica do poder como um aparato jurídico-discursivo, é necessário, ainda, fazer uma distinção “interna” do exercício deste poder, de modo que existe o poder envolvido por um manto de legitimação trazido pelo ordenamento jurídico (o poder “legítimo” ou legitimado, que é juridicamente aceito); e aquele que ultrapassa os limites impostos pela juridicidade (o ilegítimo, juridicamente proibido⁴¹).

No caso específico das relações de trabalho de mulheres trans e travestis – objeto de análise desta pesquisa – as relações de poder encontram-se sobremaneira aparentes, sobretudo na relação de emprego, em que há a subordinação do trabalhador, como se verá adiante. Nesse sentido, Reginaldo Melhado pondera que:

No caso concreto das relações de dominação no mundo do trabalho, o discurso jurídico esforça-se por demonstrar que tem uma explicação aceitável algo que aparece, *prima facie*, em desacordo com os parâmetros mais elementares da tradição democrática liberal e do logicismo contratualista: a concentração de poder na pessoa dos proprietários dos

⁴¹ Note-se a contradição de um poder (jurídico) que limita outro poder (o ato individual ilícito).

meios de produção e a sujeição dos não-proprietários, numa relação intrínseca de desigualdade⁴².

Vislumbra-se, a partir da explanação de Melhado, a função da ideologia⁴³ para submissão daqueles e daquelas que não exercem poder, em que se destacam, ainda, os corpos abjetados por uma lógica de poder que impõe suas conformações ao binarismo de gênero, das quais fazem parte travestis e mulheres transexuais. Trata-se, aqui, mais especificamente das derivações trabalhistas do poder advindo do controle dos corpos e da sexualidade. A esse respeito, Foucault nos diz que “nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade:

⁴² MELHADO, Reginaldo. **Poder e sujeição**: os fundamentos da relação de poder entre capital e trabalho e o conceito de subordinação. São Paulo: LTr, 2003. p. 20.

⁴³ “Ideologia é justamente a forma de pensamento que, correspondendo aos interesses da classe dominante, tende a manter a posição social de uma classe mediante a conservação do *status quo*”. COELHO, Luiz Fernando. **Saudade do futuro**: transmodernidade, direito e utopia. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2007, p. 198.

Marx e Engels nos chamam atenção para a ideologia enquanto sistema criado pela classe dominante para perpetuar sua dominação sobre os demais. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 48.

Ainda sobre o termo “ideologia”, é importante ressaltar os ensinamentos de Slavoj Žižek: “ideologia não é apenas uma “falsa consciência”, uma representação ilusória da realidade, ideologia é esta realidade em si, concebida como ideológica – cuja própria existência implica no desconhecimento de seus participantes quanto à sua essência – ou seja, implica-se no fato de os indivíduos não saberem o que estão fazendo”. ŽIZEK, Slavoj. **The Sublime Object of Ideology**. London: Verso, 2008. p. 15-16. Cria-se, portanto, uma ideia comum e confortável de que existe plenitude de oportunidades e igualdade de tratamento para todas as pessoas, incluindo-se neste fato o próprio Direito do Trabalho, que por vezes desconsidera a realidade vivenciada por pessoas marginalizadas em sua própria existência – como o caso de pessoas de gênero dissidente. Nesse aspecto específico, vale a crítica trazida pelo pensador esloveno em seu documentário *O Guia Pervertido da Ideologia* quando traz: “Toda vez que um texto ideológico diz: ‘toda a humanidade, uni-vos na fraternidade e na alegria’, etc., deveríamos sempre nos perguntar: ‘ok, mas essa totalidade é realmente total, ou alguém é excluído?’”. ŽIZEK, Slavoj; FIENNES, Sophie. **The pervert’s guide to ideology**. [Filme-documentário]. Dirigido por Sophie Fiennes. Irlanda: ZeitgeistFilms, 2012.

utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias⁴⁴”.

Dentre essas estratégias encontra-se a possibilidade de exercício de um poder arbitrário de subordinação da trabalhadora travesti ou transexual, potencializado pela realidade de precarização de sua vida e do trabalho⁴⁵ de modo geral. Abre-se, assim, um leque de possibilidades de transformação desta subordinação a um fato de sujeição.

O exercício do poder deve, para que seja abarcado pelo ordenamento jurídico, sempre, ser justificado e estar aberto à possibilidade de enfrentar pontos de vista antagônicos. A não observância desse critério de validade é o indício de transformação da subordinação em sujeição.

A sujeição poderia, então, ser compreendida como a exploração do ordenado, sem permitir-lhe contestar os critérios de validade da ordem recebida. Essa é a realidade enfrentada por inúmeros trabalhadores, que encontram em seus empregadores uma figura exploradora de sua força de trabalho em um contexto capitalista de enriquecimento.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *op. cit.*, p. 98.

⁴⁵ Sobre o assunto, Giovanni Alves esclarece que existem dois tipos de precarização: a do ser-humano que trabalha e a do trabalho propriamente dito. Nesse sentido, a precarização do trabalho reflete-se na consideração da força de trabalho como mercadoria, enquanto a precarização da pessoa que trabalha é a sua redefinição enquanto ser humano-genérico alienado. ALVES, Giovanni. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha.** Disponível em http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf. p. 2-3.

Para que se possa compreender a temática, é necessário que encaremos a contratação de um trabalhador como ela efetivamente é: um contrato que submete o trabalho e o corpo a valores de troca⁴⁶.

O trabalhador vende sua capacidade de trabalho por determinado valor, sendo vendida, também, nesse processo, parte de sua autonomia e subjetividade⁴⁷. É tomando como base a realidade dos contratos de trabalho que se pode refletir verdadeiramente acerca da sujeição.

Nasce, perpetua-se, retroalimenta-se e frequentemente também se confunde com a *sujeição*, o conceito **jurídico** de *subordinação*⁴⁸, o qual é elemento essencial para a classificação de determinada relação como empregatícia. Tradicionalmente, a subordinação é entendida como a relação de comando existente entre empregador e empregado, sendo que aquele tem o poder de instruir o trabalhador acerca do modo como o trabalho deve ser prestado. Melhado explica que “a subordinação, neste sentido é a coisificação do sujeito da relação. Nasce da alienação materializada no princípio da relação simples de troca”⁴⁹.

A subordinação jurídica é tradicionalmente encarada como elemento essencial para reconhecimento do vínculo empregatício estabelecido entre trabalhador e empregador. Todavia, analisar esse instituto sem o devido procedimento crítico cega (e cegou) juristas ao longo dos anos, que acabam basicamente por reduzir a relação de emprego a uma mera equação em que

⁴⁶ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova cultural, 1996. v. 1. tomo 1. p. 167.

⁴⁷ MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 80-81.

⁴⁸ VIANA, Márcio Túlio. Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. n. 50, pp. 239-264, 2007. p. 244.

⁴⁹ MELHADO, Reginaldo. *op. cit.*, p. 167.

devem estar presentes os elementos necessários. Esquecem-se, nesse processo, do objetivo principal do Direito do Trabalho, qual seja, proteger a pessoa do empregado sob a ótica dos direitos e garantias sociais⁵⁰.

Como pondera Ricardo Fonseca, “qual é a parcela de subordinação que é jurídica (e portanto lícita) e qual a parcela de subordinação que não é jurídica (e portanto ilícita)?⁵¹” O conceito jurídico de subordinação como elemento definidor do contrato de trabalho é um discurso dogmático que instrumentalizou uma técnica eficiente, porém imperfeita cientificamente, isso porque se situa em uma realidade meramente aparente. Em razão disso, apesar de ser apta à solução de conflitos jurídicos, o conceito tradicional de subordinação “é incapaz de dar cabo da realidade social estranhada sob o contrato de trabalho”⁵².

Há, assim, que se encarar a subordinação não mais como mero elemento jurídico previsto legalmente para reconhecimento do vínculo empregatício, mas como consequência deste. Assim:

Desta ideia de contrato de trabalho como contrato de compra e venda de capacidade de trabalho deriva uma primeira aproximação à teoria crítica das relações de poder entre trabalhadores e capitalistas e, no seu bojo, a um conceito alternativo de subordinação jurídica. Subordinação agora não como *elemento* essencial da relação de emprego e sim como consequência dela⁵³.

⁵⁰ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz . A Fúria. **Revista LTR**, São Paulo, v. 66, n. 11, p. 1287-1309, 2002. p. 1291.

⁵¹ FONSECA, Ricardo Marcelo. **Modernidade e contrato de trabalho**: do sujeito de direito à sujeição jurídica. São Paulo: LTr, 2001. p. 137.

⁵² MELHADO, Reginaldo. *op. cit.*, p. 164-165.

⁵³ *Ibid.* p. 164.

A relação de emprego não existe em razão da subordinação, mas o inverso. Apesar de ser singela do ponto de vista prático em questões processuais trabalhistas, tal diferenciação reveste-se de extrema importância quando se propõe a análise do sistema detrás da atividade forense. Para que se possa compreender os institutos trabalhistas e aperfeiçoar a proteção do(a) trabalhador(a), abrindo o Direito do Trabalho às realidades abjetadas juridicamente – especialmente a de travestis e transexuais –, é necessário ater-se à constatação de que o emprego tem como consequência a subordinação e sujeição.

É nesse âmbito que surge grande inquietação em relação às abrangências do poder empregatício⁵⁴ e a dificuldade que há em separar o que é juridicamente aceitável e aquilo que não é – e mesmo, se qualquer dessa subordinação deveria ser aceitável por uma perspectiva moral ou mesmo ontológica.

Nesse sentido, o trabalho, sob um prisma macro, encontra-se diante de uma aparente contradição: ao mesmo tempo que serve como um dos maiores responsáveis pela ascensão do indivíduo na sociedade, também reflete a amarga realidade de sujeição e subordinação à qual este estará exposto. O grupo alemão Krisis teceu, em 1999, uma forte crítica ao trabalho estranhado em si, apresentando os valores sociais atuais que alicerceiam a precarização do trabalho, fazendo com que este seja desejado mesmo quando em condições de

⁵⁴ “Poder empregatício é o conjunto de prerrogativas asseguradas pela ordem jurídica e tendencialmente concentradas na figura do empregador, para exercício no contexto da relação de emprego. Pode ser conceituado, ainda, como o conjunto de prerrogativas com respeito à direção, regulamentação, fiscalização e disciplinamento da economia interna à empresa e correspondente prestação de serviços”. DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. São Paulo: LTr, 2015. p. 710.

sujeição, o que é mais bem vislumbrado em populações historicamente marginalizadas – tal qual o grupo aqui considerado:

Quem não trabalha, não come! Este princípio cínico continua em vigor, hoje mais do que nunca, precisamente porque está a tornar-se irremediavelmente obsoleto. Trata-se de um absurdo: a sociedade, nunca como agora, que o trabalho se tornou supérfluo, se apresentou tanto como uma sociedade organizada em torno do trabalho. Precisamente no momento em que está a morrer, o trabalho revela-se uma potência totalitária que não tolera nenhum outro deus junto de si. Dentro da vida psíquica, dentro dos poros do dia a dia, o trabalho determina o pensamento e os comportamentos. E ninguém poupa despesas para prolongar artificialmente a vida desse ídolo, o trabalho. O grito paranoico dos que clamam por “emprego” justifica até que se aumente a destruição dos recursos naturais, com resultados há muito conhecidos. Os últimos obstáculos à total comercialização de todas as relações sociais podem ser postos de lado, sem qualquer crítica, na mira de meia dúzia de miseráveis “postos de trabalho”. E a ideia de que é melhor ter um trabalho “qualquer” do que não ter nenhum trabalho tornou-se uma profissão de fé universalmente exigida⁵⁵.

A partir de tão pesada crítica, temos de retomar, ainda, que o Direito do Trabalho só surgiu em razão da realidade de exploração vivenciada pelos trabalhadores, especialmente a partir da Revolução Industrial. Tem-se, então, de encarar o trabalho de maneira não romantizada. Por trás do método afirmador de identidades e de pertencimento social do trabalho (o que não se nega e, diante dessa realidade, o trabalho deve ser protegido), há uma estruturação de perpetuação capitalista do poder e da sujeição. “O Direito do Trabalho, ademais, só existe, na qualidade de ramo autônomo do Direito, ligado

⁵⁵ KRISIS, Grupo. Manifesto contra o trabalho. **Cadernos do LABUR**, n. 2, 1999. p. 17.

à raiz do Direito Social, por conta da sua finalidade específica de impor limites ao poder econômico e promover a justiça social [...]”⁵⁶”.

Trazendo à tona a razão de ser do Direito do Trabalho, de modo realista e suscitando a conexão entre *sujeição* e *subordinação*, Souto Maior complementa:

Desse modo, a verificação da relação de emprego é, efetivamente, uma questão de ordem pública e sua configuração parte do pressuposto jurídico do elemento “subordinação”, entendida como “estado de sujeição”, ou integração à estrutura empresarial alheia (subordinação integrativa ou subordinação estrutural).

Mas, a subordinação, há de se reconhecer, é apenas um nome, criado no meio jurídico para fins metodológicos. A ideia central da incidência do Direito do Trabalho é o trabalho sob dependência alheia. É a proteção jurídica daquele que serve (com seu trabalho somente) ao implemento das relações de produção capitalista. A subordinação, embora traga essa conotação semântica do trabalho sob as ordens de outrem, não se limita a isso, pois a razão de ser do Direito do Trabalho, como visto, está muito além do aspecto de uma pessoa, individualmente considerada, submeter sua atividade aos comandos alheios⁵⁷.

Apesar da dura realidade apontada, o Direito do Trabalho não pode ser desvinculado de seu forte caráter civilizatório quando plenamente aplicado, mesmo que ele represente, em última instância, o exercício do poder jurídico-discursivo abordado anteriormente. A disciplina justralhista, como lembra Delgado, é um dos mais consistentes meios de assegurar a cidadania e a dignidade no plano individual, vez que se trata de um “potente e articulado sistema garantidor de significativo patamar de democracia social”⁵⁸. Encara-se

⁵⁶ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A supersubordinação – invertendo a lógica do jogo. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v. 48, n. 78, jul./dez. pp. 157-193. 2008. p. 167-168.

⁵⁷ SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *op. cit.*, p. 172-173.

⁵⁸ DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015. p. 134.

a realidade trabalhista não como apenas um método de exploração, mas como “um modelo expansivo de socialização, *inclusão institucional* e centralização jurídica das questões do trabalho humano”⁵⁹.

Deparamo-nos, assim, novamente, com uma ambiguidade estrutural que povoa o conceito de trabalho. Ao mesmo passo que o labor pode ser visto como garantidor de uma democracia social, ele também pode ser encarado como instrumento de legitimação de explorações; potencialidades essas que se revelam quase que categóricas diante de um quadro particularmente sensível quanto a realidade de mulheres trans e travestis.

⁵⁹ NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. **O sujeito trabalhador e o Direito Internacional Social: a aplicação ampliada das normas da Organização Internacional do Trabalho**. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2015. p. 25.

2.6 RESISTÊNCIA

Diante de tanta eminência de um poder regulatório sobre o corpo, o comportamento e o gênero, corremos o risco de esquecermo-nos das possibilidades de resistência. É preciso que lembremos que o poder é onipresente, provém de todos os lugares, de cada relação, entretanto, a onipresença também é atributo da resistência. Foucault já nos alertou sobre isso quando cunhou “que lá onde há poder há resistência”⁶⁰ ⁶¹.

Poder e resistência existem concomitantemente e são interdependentes. As relações de poder “não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam”⁶², nessas relações de poder, “o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão”⁶³.

Dentre essas possibilidades de resistência (que são inúmeras), destaco a capacidade de subversão do poder, sobretudo no âmbito discursivo. Conforme brevemente apontado previamente, o discurso é um campo extremamente imbuído pelo poder, tudo aquilo que se fala, que se entende, só o é porque o poder que concebeu aquele discurso o tornou inteligível. Nesse sentido, inúmeros são os termos que podem ser utilizados para marcar as relações de poder existentes na sociedade, para reforça-las. Tome-se o exemplo do próprio

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 104.

⁶¹ Importante salientar que a resistência aqui apresentada não deve ser vista de maneira romantizada como indicativo de uma melhoria (ou avanço) do qual não se pode fugir. O fato de a resistência ser onipresente não corresponde, necessariamente, a uma utopia alcançável, tampouco devem os corpos-que-resistem serem *glamourizados* ou idealizados como heróis sob pena de romantizarmos seus sofrimentos.

⁶² *Idem*.

⁶³ *Idem*.

termo “travesti” (que, como apontando não tenho a pretensão de tecer uma conceituação definitiva). Historicamente a utilização desta palavra estava (e está) associada à marginalização destas pessoas, enquanto o termo “transexual” geralmente aparece em textos e/ou situações em que a estigmatização se faz menos presente. Dessa forma, é comum que se veja em notícias, televisão e outros meios midiáticos, o uso de “travesti” para designar aquela pessoa que encontra-se envolvida em prostituição, em ilícitos penais, em situações marginais de modo geral; enquanto “transexual” geralmente é utilizado para “higienizar” essa população, para se referir às modelos internacionais, às atrizes e aquelas que estão melhor enquadradas no padrão imposto pela sociedade.

Ocorre, todavia, que “travesti”, este termo historicamente marginal, vem sendo reclamado por algumas pessoas. Ao reclamar esta identidade para si, subverte-se a lógica do poder discursivo que buscava oprimir esses corpos por meio da utilização de termos estigmatizantes. Transforma-se a opressão do poder em resistência do oprimido.

Nesse sentido, Foucault explicou que “uma multiplicidade de elementos discursivos [...] podem entrar em estratégias diferentes”. Em razão das múltiplas variantes “segundo quem fala, sua posição de poder, o contexto institucional em que se encontra”, é possível comportar “deslocamentos e reutilizações de fórmulas idênticas para objetivos opostos”⁶⁴. O filósofo continua:

É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 110.

de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo⁶⁵.

Para muitas pessoas, o simples fato de existir é um ato de resistência. Dentre elas encontram-se as travestis e transexuais, que ao romper, mesmo que involuntariamente com o sistema de gênero imposto, resiste a ele. Seus corpos, suas vidas, são símbolos de resistência. Embora as normas de gênero nos precedam e atuem sobre todos nós, ela também abre a possibilidade de que algo não aconteça como esperado. “E quando esse campo de normas se rompe, mesmo que provisoriamente, vemos que os objetivos estimuladores de um discurso regulatório [...] têm consequências nem sempre previstas”, assim, abrem-se “caminhos para formas de viver o gênero que desafiam as normas de reconhecimento predominantes”. Nesse sentido, “podemos ver claramente o surgimento de transgênero, *genderqueer*, *butch*, *femme* e modos hiperbólicos ou dissidentes de masculinidade e feminilidade, e mesmo zonas de vida generificada que se opõem a todas as distinções categóricas como essas”⁶⁶.

É muito em razão disso que esse conceito precisa ser trazido neste capítulo e reverberado, de modo que tenhamos sempre em mente a capacidade de resistência que existe em todos os lugares, que, assim como o poder, se faz onipresente. Sobretudo em dias atuais, marcados pela retomada do discurso conservador, ser travesti e transexual é um ato de resistência por si só.

⁶⁵ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 110.

⁶⁶ BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 39.



Nos vemos, assim, diante da realidade de corpos travestis e transexuais, atravessados por mecanismos de poder que os negam, interditam, regulam e censuram. Normas estas que, por ditarem aquilo que está dentro e fora dos padrões de inteligibilidade e humanidade acabam por serem fatores centrais no processo de abjeção desses corpos. Estes, por sua vez, em razão dessa complexidade de fatores confluentes, estarão potencialmente mais vulneráveis a se sujeitarem (e assujeitarem) quando inseridos em uma relação que intrinsecamente é marcada pelo poder e pela norma e, ainda assim, resistem.

Mas o que fazemos com esses conceitos? Como são experienciados nos corpos travestis e transexuais? Afinal de contas, quais histórias esses corpos nos contam?

3 ENTREVISTA COM O PECADO DO CORPO

Uma questão que rondava esta pesquisa, desde antes de se tornar um projeto a ser submetido ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, era: “como realizar esta pesquisa de modo que mantenha sua cientificidade e rigor acadêmico enquanto não se traduza em uma ação unilateral academicista pretensiosamente levando ‘a verdade’ aos que necessitam?”. “Como fazer para que as pessoas e as vidas estudadas falem, diretamente, no texto final?”.

Desta maneira, a necessidade de se fazer uma pesquisa crítica despontou. Pesquisa esta em que a sujeita possa realmente se fazer perceber no pesquisador, que se crie uma relação de confiança (e não raras vezes) de amizade, com troca de conhecimentos, de saberes, de experiências e de vida. Assim, foram realizadas uma série de entrevistas e de acompanhamentos de travestis e transexuais no tocante às suas trajetórias de vida e profissional.

Ao todo, foram entrevistadas dezoito travestis e mulheres transexuais em três Estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo⁶⁷. Para tanto foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, tanto presencialmente (Belo Horizonte) quanto virtualmente (com as travestis e transexuais do Espírito Santo e São Paulo), acompanhamento de eventos e rodas de conversa.

⁶⁷ O Estado de Minas Gerais se revelou naturalmente o principal espaço de realização das entrevistas pelo fato de este pesquisador residir em sua capital e conhecer mais o público deste espaço. O Estado de São Paulo despontou como importante em razão de muitas das travestis brasileiras acabarem para lá migrando, como apontado pela pesquisadora Olívia Paixão em obra referenciada. Já as entrevistadas capixabas acabaram por surgir a partir de um evento realizado em Belo Horizonte sobre empregabilidade de pessoas travestis e transexuais em que algumas compareceram, assim, aproveitando a oportunidade, realizei entrevistas com elas e pude perceber certa similaridade entre Espírito Santo e Belo Horizonte por se tratarem, geralmente, de cidades-meio, em que as travestis passam apenas parte de suas vidas e trajetórias antes de seguirem para São Paulo ou Rio de Janeiro e, de lá, quando almejam, para países europeus.

As entrevistas semi-estruturadas seguiram um padrão de quatro blocos de assuntos-chave: infância e família, vida escolar, experiências de trabalho e opinião sobre programas de inclusão específicos para travestis e transexuais, sendo que nenhuma pergunta era obrigatória de ser respondida.

Grande parte dessas ocasiões foi gravada com a devida autorização das participantes desde que assegurado o sigilo de seus nomes e informações que permitam suas identificações, como empresas, médicos, bombadeiras, etc. Nesse sentido, nenhuma dessas informações será trazida nesta dissertação.

Antes de adentrar especificamente nos conteúdos das conversas, cabe-me fazer algumas considerações preliminares acerca do modo como **eu** fui percebido por algumas das entrevistadas que se revelou inusitado e interessante.

Compareci a um evento organizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais sobre empregabilidade trans, ocasião em que, durante o intervalo, estava explicando minha pesquisa a algumas das participantes/ouvintes. Nesse momento, uma delas me interrompe:

Pesquisador: [...] estou fazendo uma pesquisa na UFMG sobre a relação de trabalho de pessoas trans e....

Travesti/transexual [interrompendo a fala]: Eu acho ótimo quando é a gente fazendo pesquisa sobre a gente. Nós não somos objeto de pesquisa de ninguém. **[Neste momento fiquei extremamente receoso do que estava fazendo, já com medo da reação dela, quando ela imediatamente complementa:].** A gente tem que continuar assim, ocupando esses espaços e fazendo pesquisa sobre nós mesmos.

A partir daí, notei que ela tinha me percebido enquanto homem *trans*, condição esta que não desmenti e continuei a conversa. Situações como esta foram percebidas outras três vezes ao longo das entrevistas:

Travesti/transsexual: O [nome suprimido] tava cobrando quatro mil pra botar meus peito... eu tava começando a virar mulher, tinha sido expulsa de casa e tava na pista de bichinha... não tinha essa grana toda, então uma mana me passou o *whats* de uma bombadeira e fiz meus peito com ela. Enquanto a gente sofre pra colocar vocês sofrem pra tirar.



Travesti/transsexual: Para a gente que é trans [gesticulando com as mãos em movimentos de aproximação mútua] é difícil continuar na escola.



[Esta conversa não foi gravada, logo, as transcrições podem não conter os termos exatos utilizados]

[Homem trans 1]: Eu to usando Durateston já tem quase 1 ano e até agora minha barba tá desse jeito [se referindo à barba falhada]

[Homem trans 2]: Passa Minoxidil que ajuda demais, a minha era falhadona e agora tá fechando.

[Homem trans 3]: Eu comecei agora e barba não tenho, mas cabelo na bunda... [todos riem]

[Homem trans 1]: Você [se dirigindo a mim] tá usando o que?

[Pesquisador]: Ow, eu não to usando nada não e acho que minha “barba” [fazendo sinal de aspas com os dedos] deve continuar assim.

[Homem trans 2]: Ah, você é *cis*?

[Pesquisador]: Por incrível que pareça. [Todos riem]

[Homem trans 1]: Você tem “passabilidade trans”⁶⁸ **[fazendo sinal de aspas com os dedos. Todos riem de novo].**

Eu, homem branco, com uma barba de quem está conhecendo agora a testosterona e corpo quase sem pelos, fui presumido *trans*, provavelmente, em razão dessas características. Antes dessas ocasiões, não tinha me ocorrido que meu corpo poderia ser lido como *trans*, e algumas das entrevistas só puderam se realizar porque esta identificação ocorreu.

Ainda merece destaque, preliminarmente, a constatação da dificuldade em conseguir criar uma relação de confiança com as travestis e transexuais com quem conversei. No caso de algumas esse estreitamento foi mais fácil por já nos conhecermos, mas, na maioria dos casos, a confiança teve de ser construída em mais de um encontro ou telefonema, de modo que as entrevistadas se sentissem o mais à vontade possível para adentrarmos assuntos mais delicados, como vida regressa, traumas e violências.

Com base no que me foi relatado e no que pude perceber, divido este capítulo de maneira semelhante ao anterior, fazendo um paralelo e uma melhor adequação dos conceitos anteriormente apresentados e como eles são sentidos na vida das entrevistadas e acompanhadas.

⁶⁸ “Passabilidade” é um termo que geralmente é utilizado para se referir à condição que um corpo *trans* tem de não ser percebido como tal, porém nesta situação o termo foi utilizado de maneira irônica, invertendo o contexto em que tradicionalmente é usado.

3.1 EU NÃO SOU VIADINHO, EU SOU TRA-VES-TI

Apesar de nunca ter sido perguntado, para qualquer entrevistada, se elas se identificam como travestis ou transexuais (pelos motivos já expostos no capítulo anterior), foi frequente a reclamação da identidade de travesti ou de mulher trans quando eu buscava traçar o perfil histórico e familiar delas. Frente a perguntas sobre a composição da família e vida escolar, muitas narravam o processo de descoberta enquanto travestis ou transexuais como principal fator de turbulência.

Das dezoito entrevistadas, dezessete narraram que entender-se e colocar-se enquanto uma pessoa trans, em vez da figura do “viadinho” que lhes era imputada pela sociedade, escola e família, era visto como uma aberração, ou, como na fala de uma delas: “um Pokémon que evoluiu”.

Quando da auto-percepção enquanto travestis ou transexuais, as dezessete narraram que já eram vistas por todos como um “menino afeminado que dava pinta, mas o buraco era mais embaixo”. Muitas, à época, não tinham nem percepção do que elas eram, mas também não se sentiam abarcadas pela categoria de “viadinho” à qual foram colocadas por seus comportamentos mais afeminados na infância e adolescência. Uma delas relata:

Pesquisador: Você disse que foi expulsa de casa aos 12 anos de idade. Até os 12 anos como foi a sua vida, como era a sua família?

Travesti/transexual: Olha, eu sempre fui uma criança muito rebelde, né, eu num era uma pessoa santa. Eu era uma pessoa rebelde porque, é, **eu não me entendia, nem minha família me entendia**, né. Como que um menino, que nasceu menino, quer ser mulher? Se hoje a família ainda expulsa de casa, cê imagina há 50

anos atrás, a pessoa era totalmente mais leiga, né. Hoje tem aí televisão, tem tudo e as pessoas continuam, por questões de religião, por questão de um monte de coisa, a colocar os filhos pra fora de casa então você imagina na minha época. Eu lembro que eu fiquei muito aborrecida, mas depois eu fui entender que família nenhuma tá preparada pra ter uma pessoa trans dentro de casa. Família nenhuma. **O gay, a lésbica é muito mais fácil, porque representam o homem e a mulher**, né, e as pessoas trans não têm essa representatividade, porque modificam o corpo, então é uma coisa meio diferente. **Eu não era só um viadinho, eu era uma travesti**, mas só fui descobrir essa palavra, né, depois.

Outra corrobora:

Pesquisador: [nome suprimido] quando você saiu da escola foi só por questões econômicas, de dinheiro, ou teve...

Travesti/transexual: [interrompendo] não, também teve o *bullying*.

Pesquisador: Teve o *bullying* também.

Travesti/transexual: É, eu apanhava muito na escola porque desde sempre eu sempre fui muito grandona, sempre fui muito feminina, sabe? Apesar de ser gradona, bem feminina, bem delicada, viado mesmo.

Pesquisador: Uhum.

Travesti/transexual: E.. e apanhava muito... aí eu fui descobrir... os anos se passaram e eu encontrei com uma professora minha de infância e ela falou pra mim assim: “você que eu fiz errado em ter chamado a sua mãe no dia que eu peguei você no banheiro?”. Porque ela me pegou no banheiro bem novinha chupando um rapaz, então ela me levou pra diretoria e falou com a minha mãe, e aí chamou e minha mãe e a minha mãe quase me matou de porrada. E aí eu falei pra ela que não, que ela tava no papel dela de fazer aquilo, né. Só que ela não entendeu que naquela época eu não tinha uma dimensão das coisas, eu era uma criança mesmo, eu entrava no

banheiro os meninos me batia, botava o pau pra fora e gozava na minha boca e me batia depois. Acho que era maricona encubada, né?

Pesquisador: E isso foi com quantos anos mais ou menos? Cê lembra?

Travesti/transexual: Ah, a primeira vez foi com cinco anos que aconteceu de ser estupada, né, pelo [suprimido] e aí eu despiroquei, né. Os homens casados me pegava. Porque eu venho de uma família muito humilde, minha mãe trabalhava, então eu tinha que ir pra escola, pra casa, ir e vir sozinha. Então tinha homens que vinha me pegar no meio do caminho, me dava carona e também no final das contas também me comiam e me botava pra mamar. Homens muuuito mais velhos. Mas eu era criança, eu não tinha noção de nada. Eu só fui me dar conta quando vi uma travesti pela primeira vez e pensei que eu queria ser igual ela, aí cheguei nela, né e perguntei que que ela era, e aí eu fui descobrir.

Foi possível perceber, nesses momentos, um tom de orgulho ao se reafirmar travesti ou transexual, orgulho este que, pelas narrativas, faltou quando eram crianças ou adolescentes. Houve, conforme apontado por Foucault⁶⁹, a subversão da ordem do discurso, a apropriação do termo para si como algo digno de se sentir orgulhosa, de se fazer valer de uma definição marginal.

É de se perceber a entonação com que o termo travesti (principalmente) é dito por elas, com ênfase sílaba a sílaba: “eu sou tra-ves-ti”.

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017. p. 104.

Pesquisador: Então, [nome suprimido], como foi pra você a sua infância em [cidade suprimida], o que você fazia?

Travesti/transexual: Viado, foi uó, primeiro porque eu apanhava na escola todo dia, né, aqueles menino num podia me ver que caía de pau, até um dia que eu virei um coió neles e quase matei um afogado no vaso. Aí a professora, claro, ficou sabendo, eu fui pra diretoria, chamaram minha mãe e eu apanhei de novo em casa. MAS [levantando a voz] QUANDO ERA AQUELES FILHO DA PUTA ME BATENDO TODO DIA NINGUÉM FAZIA UM Á. Desculpa, me alterei [ambos rimos e ela continua:]. E foi nesse dia que eu vi que [levantando da cadeira imitando Marcela Chave de Fenda em vídeo popular entre os LGBT's] “eu não sou viadinho, não sou bichinha, não sou cdzinha, eu sou TRA-VES-TI [batendo palmas], meu amor” e é melhor não arranjar confusão comigo [caímos na gargalhada].

Mesmo (e talvez sobretudo) aquelas que foram aceitas, cuidadas e amadas por sua família, a reclamação da identidade travesti ou transexual aconteceu com bastante vigor.

Pesquisador: [Nome suprimido], me conta um pouco mais da sua criação, como era sua infância e adolescência, como é a sua família...

Travesti/transexual: Ai, eu só tenho a agradecer pela família que eu tenho. Assim, no início teve uns problemas, né, porque todo mundo passa por isso, né, mas eles tavam dispostos a estudar, a me entender e me aceitar. Minha mãe que descobriu pra mim que eu era trans, porque eu não sabia o que era aquilo, mas também, assim, não achava que eu era, tipo, os outros meninos gays da escola, sabe? Então ser trans, pra mim, é algo que eu ostento e que, graças a Madonna, minha família também, meus irmãos, minha mãe e até papai antes de falecer já não tinha vergonha de dizer que eu era trans.

Percebe-se, assim, que, pelo menos para a maioria das pessoas por mim entrevistadas, sua identidade de gênero que destoa do socialmente aceito e presumido é parte importantíssima de quem se é. Não há como se esquecer do

fato de serem transexuais ou travestis; essa identificação e afirmação é constante e presente, mesmo porque a sociedade não as permite esquecer disso:

Travesti/transexual: [...] não tem como eu esquecer que eu sou travesti, tá me entendendo? Não tem. Toda hora, em tudo que é lugar que eu vou, o mundo me lembra que eu não sou aceita. Então se todo mundo me vê como travesti, então eu vou mostrar pro mundo também que eu sou e foda-se, sou com muito orgulho. Na escola me lembravam que eu era viadinho, quando fui expulsa de casa aos 14 anos, os velho que me comiam na rua me chamavam de princesa, com sei lá que peste de mente fudida deles. Então, gay, sou travesti, e não tenho essas frescura de “ah, traveco não pode, bláblá”, sou travesti, traveco, travecão, o que caralhos me chamarem eu sou, tá me entendendo, sou até princesa.

Dessa maneira, quando formos pensar a relação de trabalho de travestis e transexuais, inclino-me a partir de um pressuposto de que não se pode ignorar a identidade de gênero dessas pessoas. Não podemos nos agarrar ao mundo ideal em que essas identidades não são fatores importantes para a contratação (ou não) de alguém, para o modo com que serão exigidas durante o trabalho, para os trabalhos que lhes são oferecidos. Ser travesti ou transexual as acompanha e fechar os olhos a isso é ingenuidade.

3.2 PODER NÃO PODE. DEVE

Antes de qualquer outra consideração, como já abordado em tópico próprio, ficou claro, ao longo das entrevistas realizadas, que o poder permeia todas as relações humanas, inclusive a de entrevistador e entrevistado. Apesar do esforço (e também de conseguir) em fazer com que a relação com as entrevistadas fosse horizontal, era perceptível a existência de uma barreira que se criava no momento em que a minha condição de mestrando de uma das maiores universidades do país era conhecida.

Sobretudo nas primeiras ocasiões eu me apresentava, falava da pesquisa, apresentava um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicava os procedimentos e garantias que elas tinham de anonimato, interrupção, elucidação, possíveis efeitos, etc. Contudo, esse trâmite recentemente imposto sobre as pesquisas em Ciências Humanas, especialmente com populações marginalizadas, mais atrapalha do que protege qualquer esperança vazia de ética em pesquisa.

Logo percebi que apresentar um Termo, qualquer que fosse, alçava uma verdadeira muralha de poder que segregava pesquisador e pesquisado (e, principalmente, definia esses papéis). Também percebi com o avanço das entrevistas que a confiança mútua para tratar dos assuntos que precisavam vir à tona só era possível de se alcançar retirando, o máximo possível, os marcadores de poder que a academia tradicionalmente nos imbui. Dentre esses marcadores destacaram-se dois: 1) a linguagem falada; 2) a linguagem performada.

Se eu me fizesse valer de termos, colocações gramaticais escorregadas e utilização de termos eruditos (como esta metalinguagem), instantaneamente se

criava na outra (entrevistada) a preocupação em seguir o ritmo linguístico que eu havia iniciado. Ritmo este que, para muitas delas, não era cotidiano e, ousou dizer, talvez não fosse possível dadas suas trajetórias de vida que percorreram (e percorrem) e os meus privilégios. Eu me externava e impossibilitava no outro o reconhecimento de si mesmo em mim. Atrapalhava o discurso e a troca.

Desta maneira, buscando agir dentro da ética, da cientificidade e da validade das informações obtidas, tive que me distanciar da burocracia pseudoética e da linguagem científica. Mas isso, em verdade, não se revelou difícil. Difícil é, agora, retornar à linguagem geralmente utilizada em dissertações e textos acadêmicos em geral, mesmo porque o “campo” me fez lembrar que, para além de pesquisador, sou também viado que sabe falar o pajubá e se sente muito mais confortável assim.

Assim, pude reduzir as barreiras que são inerentes às entrevistas, mas, ainda assim – e receio que jamais – não pude extingui-las.



As marcações do poder (e de não poder) na vida das travestis e transexuais entrevistadas, encontram na família, via de regra, seu primeiro impasse.

Travestis e transexuais são lidas como sexo, são lidas como prostitutas, independentemente de elas serem ou não, e é justamente por isso que se justifica a aplicação dos conceitos foucaultianos no tocante ao poder em História da Sexualidade. As colocações do autor sobre a atuação do poder sobre o sexo se

fazem sentir de maneira geral sobre a vida de travestis e transexuais porque esses corpos são reduzidos à prática sexual.

Travesti/transexual: a hipocrisia do sexo, da religião, é dizer que o sexo é pecado, mas todo mundo trepa, todo mundo trepa. Mas na hora de apontar pro outro é muito mais fácil e essa comunidade **[travesti]** é vista como pessoas prostitutas, então é muito mais fácil você apontar pra ela e falar “olha lá, e num sei o quê”. Cê engole o rabo, senta em cima... é igual quando a polícia invade a casa, como invadiu a minha, procurando droga e arma. Não achou nada, mas será que meu vizinho que era hétero num tinha droga e arma na casa dele? Mas eles foram na minha casa por quê? Porque já era uma casa de travesti, já é uma casa de marginais, né, já são... então... hipocrisia mesmo da sociedade. Eu, porque eu sou travesti, vou ser sempre prostituta, vou morrer prostituta e depois ainda vou ser prostituta e olha que faz tempo que eu não trepo, mas continuo prostituta pros olhos de todo mundo.

A relação negativa que o poder estabelece com o sexo, bem como a lógica da censura, se fazem presentes de maneira peculiar sobre essa população desde a infância. Assim, o ambiente familiar reverbera esses atributos do poder sobre os corpos travestis e transexuais, escondendo as próprias filhas e censurando seus comportamentos.

Muitas das entrevistadas narraram que, durante a infância, certos trejeitos eram prontamente proibidos pelos pais, como a utilização de cosméticos, saltos e roupas da mãe. Para tanto, muitos dos pais vaziam-se valer da violência para se certificarem de que suas crianças não se comportassem de maneira dissidente. Uma das entrevistadas narra:

Travesti/transexual: [...] nossa, eu fui criada com duas irmãs mais velhas, então você já cata que elas tinham boneca, batonzinho, esses trem de menina... e eu queria passar também, deixar o cabelo crescer, mas minha mãe nunca deixava, eu ia chorando toda vez cortar o cabelo porque eu queria grande igual das minhas irmãs. Inclusive, menino, teve uma vez que meu pai me pegou em casa dançando com um pano na cabeça que eu fazia de cabelo... nossa... **[percebo nesse momento uma certa dificuldade na fala, que gaguejou em alguns trechos]** que surra... meu pai tinha um cinto de couro trançado e marrom... nunca vou esquecer desse cinto... ele pegou o cinto, dobrou, trancou a porta do quarto, me botou pelado e falou que se eu gritasse ia ser pior. Mas eu não aguentei, eu gritei com a dor das cintadas que ele me dava e ele continuava batendo mais forte... ele ficava repetindo “isso é pra você aprender a ser homem, pra aprender a ser macho”, toda vez que me dava uma cintada. E naquele dia eu aprendi a ser travesti.

E quando bater não adiantava, muitas acabaram sendo expulsas de suas casas. Dentre as dezoito, sete foram expulsas de casa, quatro fugiram, outras quatro saíram assim que foi possível e três foram aceitas pelas famílias.

Chamou-me atenção, em um número considerável de narrativas, a utilização de recursos externos de poder na tentativa de moldar e submeter as entrevistadas às normas de gênero socialmente impostas, com destaque para a área médica e policial.

Uma das entrevistadas chegou a ser internada em um hospital psiquiátrico, de onde depois conseguiu sair. Outras também foram levadas a médicos, porém não chegaram a ser internadas.

O que não me era esperado, contudo, era que a instituição policial aparecesse como possibilidade de coação da jovem travesti e transexual. Quatro meninas relatam que a família chamava a polícia para elas na intenção de levá-las para a delegacia com a esperança de que as entrevistadas deixassem de “se

vestir de mulher”. Uma, em específico, que possui militares na família, foi obrigada a servir no exército:

Travesti/transexual: [...] agora, se teve uma coisa pior que a minha adolescência, foi quando eu fiquei maior de idade. Meus **[suprimido]** são militares e minha mãe pediu que eu não fosse dispensada quando me apresentasse no exército e lá fui eu, uma bicha toda gayzinha poc poc, franzina, que eu era muito vara pau, indo servir ao exército. Foi uó duó. Nossa, eu falo disso rindo hoje, mas é de nervoso. Se minha mãe queria que eu virasse homem no exército, ela só jogou o filho dela no monte... no meio de um monte de bandido que me estrupavam todo dia sem dó, nem nojo, eu passava cheque e eles me batiam porque eu checava **[nesse momento a fala já estava embargada, os olhos marejados enquanto ela fazia sinal de socos com a mão e cerrava os dentes]**. O último dia que minha mãe me viu foi quando ela foi me levar na fila pro alistamento pra garantir que eu fosse. Não voltei pra casa, não sei se tá viva e, por mim, que o diabo tenha carregado ela pra puta que pariu!

A instância da regra e o ciclo da interdição do poder se mostraram muito presentes, e de maneira bastante violenta em um dos relatos:

Travesti/transexual: [...] então pra falar da minha infância, foi uma parte muito difícil, eu tive que fazer acompanhamento psicológico depois pra conseguir falar...

Pesquisador: **[interrompendo]** só lembrando, **[suprimido]**, você não é obrigada a responder nenhuma pergunta, se alguma se causar muito desconforto nós podemos interromper a qualquer hora.

Travesti/transexual: Não, hoje não tem problema, se você falasse assim: “você gostaria de apagar alguma coisa?” não, eu não apago porque eu acho que me fez a mulher que eu sou hoje, o caráter que eu tenho hoje, então não apagaria, mas a minha infância não foi

legal. Eu com cinco anos eu fui violentada por [suprimido], fui falar com a minha mãe, a minha mãe não acreditou, ao mesmo tempo que ela não acreditou, ela tirava a minha cueca e me batia, falava que não era nunca mais pra mim mentir pra ninguém e a cueca tava toda suja de sangue.

Tal qual o itinerário do poder sobre o sexo em Foucault⁷⁰, foi possível perceber que se buscava afirmar que não era permitido ser quem elas eram; impedia-se que se discutisse o assunto na forma do “não quero ouvir mais um pio”; negavam-lhe a existência e escondiam ou expulsavam as próprias crianças para afastar a vergonha da família.

⁷⁰ FOUCAULT. *Op cit.*

3.3 É ISTO UMA TRAVESTI?

“[...] não é humana a experiência de quem viveu dias nos quais o homem foi apenas uma coisa ante os olhos de outro homem”⁷¹. Este é um dos últimos pensamentos pontuados por Primo Levi em “É isto um homem?”, em que narra a trajetória nos campos de concentração nazista.

Por óbvio que a experiência em Auschwitz não pode ser imediatamente transportada à realidade de travestis e transexuais no Brasil por questões inerentes a cada época, lugar e pessoas afetadas. De todo modo, para a definitiva maioria das entrevistadas, o processo de desumanização é sentido ainda hoje. Suas existências são ignoradas, seus corpos são utilizados como objeto, suas vontades não são ouvidas, nem suas mortes choradas pela sociedade.

Este tópico da dissertação é potencialmente o mais difícil para mim de escrever e, sinto, que será também um dos que menos darei informações complementares para além do que foi dito pelas entrevistadas. Trata-se de um tópico que busca rever como, para muitas travestis e transexuais, vossas vidas, existências, são encaradas pela sociedade. Haverá inúmeros relatos de violência, truculência e assassinatos, que são importantes, apesar de dolorosos, para que se possa entender, criar empatia, se colocar no lugar delas. Isto sempre buscando chegar a uma análise de suas relações de trabalho que levem em consideração as suas relações de vida e morte, que não feche os olhos para a realidade por elas enfrentada, evitando encarar o mundo do trabalho separado do mundo existencial e emocional.

⁷¹ LEVI, Primo. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 253.

Uma das entrevistadas morreu pouco tempo antes de eu escrever este capítulo. Se é difícil, para mim, transcrever esses trechos, para elas...

Travesti/transexual: [...] é aquele negócio: cê tá na rua, a travesti, depois que ela botou uma saia... ela já não tem valor, valor nenhum pra sociedade. Entendeu? Ela tem que se virar. Tanto que travesti não tem idade: “ai, eu sou de menor”, sabe? As pessoas buscam sempre dificultar a vida da travesti, da trans que tá na rua, que tá se prostituindo. Falso moralismo, né? Porque o Brasil é o país que mais vê conteúdo pornográfica de travestis no mundo, né, e é o que mais mata também... com requintes de crueldade.

Pesquisador: uhum. Falando nisso, cê já perdeu, imagino, amigas por conta disso.

Travesti/transexual: muitas. Eu perdi uma menina que morava aqui comigo que eu não gosto de falar...

Pesquisador: não precisa falar, se você achar melhor, não precisa.

Travesti/transexual: não, tudo bem. Eu não gosto de falar muito, mas já tem muitos anos isso, sabe? Assim, uma só não, mais de uma, mas essa foi a primeira. É... ela ajudava a mãe dela, era de [suprimido], ajudava a mãe e tal, então, é... ela chegou pra mim assim e falou: “ai, [suprimido], eu vou casar, eu arrumei um namorado e vou casar, mas quero continuar sendo sua amiga” aí eu falei: “ué, tudo bem” e eu viajei pra um evento e quando eu cheguei, parece que foi numa segunda-feira, ela falou “ai, [suprimido], no sábado” não, “num domingo eu vou fazer um churrasco lá em casa e eu quero que a senhora vai, eu venho aqui buscar a senhora”. Me apresentou o marido dela e tudo, menino novo e... de sábado pra domingo ela foi assassinada, sabe?... Jogaram ela debaixo de um caminhão... foi uma morte muito bruta. E depois teve a morte da [suprimido] que morava aqui no prédio, que o cara matou ela dentro de casa e outras que saíram da minha casa e morreram em [suprimido], morreram em outros lugares... é... no [suprimido], fora as outras que não morreram, mas que sofreram violência. As meninas levavam muita pedrada aqui na [suprimido], sabe? Muita coisa.



Travesti/transexual: [narrando a história de uma amiga recém falecida] a [suprimido] era aquele tipo de pessoa que você queria estar do lado, porque é um ser-humano incrível. A [suprimido] tomou seis tiros na barriga. Esses seis tiro que ela tomou na barriga deu uma série de complicação... sempre deu complicação, aí que que ela fazia, o pai morreu, aí ficaram só eles [família sem o pai], aí eles ficaram sem convênio. Porque na época que ela tomou os tiro eles tinham convênio, se não, amor, ó [faz o sinal da cruz nos lábios e dá um beijo no ar] ela tinha ido, tá. Aí depois o pai faleceu, acabou o convênio, ela começou a se tratar no SUS. A barriga dela não era como a minha e como a sua, era toda aberta... eu nunca pedi pra ela me mostrar porque eu sabia o quanto aquilo machucava ela, mas onde ficava a bolsa de colostomia dela ficou uma bola, ela usava fralda, ela viveu os anos todos da vida dela entre idas e vindas de médico, entende? E isso a mãe dela me contando, que tinha que pegar uma fila de quase doze horas pra marcar consulta pra daqui a três, quatro meses, isso se o médico não faltar. E assim, é, eles não conseguiram ver a tempo que ela teve um problema na... na parte onde faz cocô, naquelas tripa, naqueles troço ali, infeccionou muito e ela teve a primeira parada cardíaca na mesa operatória, porque teve que ter sido operada urgente e a segunda ela morreu, ela não resistiu, ela faleceu... perdi minha amiguinha [com a voz um pouco embargada].



Travesti/transexual: com quinze anos, com quinze pra dezesseis anos... quinze, vai. Aí eu fui pra beira de estrada, mas aí eu não era bem feminina, mas eu botava umas roupas mais femininas, mas a gente tá falando de uma época de caça às bruxas, viu, matavam à revelia. Tanto que eu saí para um barzinho com uma amiga minha e dentro desse bar a gente sentou, começou fazendo a social lá,

chegou uns caras, eu tomei sete facadas, perdi um pulmão e fiquei dois dias em coma.

Pesquisador: nossa... isso num barzinho?

Travesti/transexual: é, isso num barzinho. Aí fui pro hospital, fui tratada como bicho lá dentro porque o médico falava que eu devia tá em casa, eu pedindo água porque tinha perfurado o pulmão né, eu pedindo água, fiquei jogada no chão lá um tempão esperando eles me atenderem... eles esperaram eu morrer, né, viu que eu não morria e me atenderam. Foi Deus mesmo que pôs a mão ali. Depois de anos eu fui tentar descobrir o médico, porque ele fez uma maldade muito grande, eu não conseguia ficar de pé pra tirar a chapa do raio-x, aí ele falava: “vai logo porra, se não você vai morrer aqui”, mas muito ignorante, sabe? Aí na hora que eu tava deitada na máquina que ele tava vendo o meu pulmão ele falava: “se você tivesse dentro de casa isso não teria acontecido”, aí eu falei pra ele: “faz o seu trabalho direitinho, você não é pago pra isso?” aí ele pegou o tubo e enfiou assim ó **[fazendo movimento de força]** tup, de uma vezada só, aí eu não aguentei e entrei em coma, fiquei dois dias em coma...

Pesquisador: nossa...

Travesti/transexual: eu não morri porque Deus pôs a mão porque eu fui tratada como lixo.

Pesquisador: isso em **[suprimido]**

Travesti/transexual: isso em **[suprimido]**. Hoje em dia eu posso provar isso porque eu tenho todas as cicatrizes no corpo e a falta de um pulmão.

Pesquisador: você perdeu um pulmão?

Travesti/transexual: perdi um pulmão.

Pesquisador: ele inteiro, né?

Travesti/transexual: inteiro. Hoje eu tenho uma série de dificuldades pra respirar. Amigo, eu to viva, meus médicos dizem que eu tô viva porque eu não contraí o vírus do HIV, porque senão eu já tinha morrido.



Pesquisador: nesse tempo que você ficou na pista na [suprimido] o que mais te marcou?

Travesti/transexual: o que mais me marcou... o que mais me marcou, eu acho, eu acho que foi... eu acho que foi o que me tirou da pista. Tava eu e [suprimido] na [suprimido] um dia aí parou um [suprimido] querendo fazer um programa, aí a [suprimido] foi conversar com o lixo e aí ela me chamou falando que ele tava afim de nós duas. Aí, tá, tudo bem, a gente entrou no carro, subimos a [suprimido] fomos pro banco de trás, né, a [suprimido] metia na maricona enquanto eu chupava o pau dela, isso quase quatro da manhã. Aí chegou os alibã descendo a [suprimido], o carro tava aquela confusão, eles pararam do lado, saíram da viatura com a arma, mandou todo mundo descer com a mão pra cima... eu era a única vestida... a maricona tava com a cara no chão e o cu todo arreganhado e a [suprimido] tava levantando a calcinha. Os alibã encostaram a gente no carro, revistou, depois apertou a boca da gente atrás de gilete, mas a gente não tinha nada, a gente era tudo burra. Perguntaram, aliás, gritaram que putaria era aquela naquela hora, e quando a [suprimido] foi abrir a boca pra falar alguma coisa já tomou uma cepada na boca e caiu... eu fiquei calada porque já vi que não adiantava nada, aí um deles veio pra mim e disse: “não vai falar nada não porra? Hein seu traveco filho da puta?”. Eu só falei “travesti”, aí ele “quê?”, e eu respondi “travesti, senhor, sou travesti”. Nisso ele me deu uma coronhada que eu senti uma dor tão grande, mas tão grande que minha perna bambeou e eu ajoelhei, ele emendou um murro na minha cara, fiquei caída no meio fio e só ouvi ele mandando a maricona “ralar peito”. Quando ele foi embora os alibã voltaram pra gente, as duas no chão, ali no chão igual duas cachorra, e falaram que não queriam ver mais a nossa cara ali, que da próxima vez a gente ia rodar... a gente só balançou a cabeça fazendo que sim, a [suprimido] foi tentar levantar e ganhou um chute, caiu de novo. O outro filho da puta abaixou, puxou meu cabelo e disse no meu ouvido: “você que é a mais espertinha aqui, você tá me entendendo?” eu falei “sim, senhor, a gente não vai mais voltar aqui, eu juro”, aí ele botou o pau pra fora, esfregou na minha cara e me mijou inteira enquanto o outro voltava pra viatura... Aí eu

não voltei mais pra pista, fico agora só nos aplicativo, bate-papo e nos sites, não vou pra rua mais não.

Um dos relatos me surpreendeu pelo recorte psicanalítico ali constatado:

Transexual: as pessoas, como eu te disse, são falsos moralista. É como se... é... é como se o homem fosse um espelho, sabe? Aí ele fica com medo, ele vai lá, usa, faz o que ele bem entende e fica com medo que aquele espelho mostre o que ele fez, né, então ele faz o que? Ele vai lá e destrói aquele prazer que ele teve, quando ele mata a travesti, a trans, com requinte de crueldade... como se você fosse um objeto, você usa, usa, usa até quando você vai no chão e joga, e quebra.

Corroborando o que já foi constatado por essa entrevistada, e para revestir de “rigor acadêmico” o experienciado pelo sujeito, Daniel Borrillo, em “Homofobia – história e crítica de um preconceito”, ao tentar traçar a personalidade homofóbica, se vale de estudos psicanalíticos que pressupõe uma dinâmica especular entre agressor e agredido. Após o ato que se internalizou como “decadente”, o agressor busca apagar aquele momento maculado de sua trajetória de vida por meio do apagamento do indicador principal: o agredido, com o qual manteve alguma relação por ele internalizada como desonrosa⁷².

Percebe-se, assim, que a travesti e a transexual são encaradas pela sociedade, de maneira geral, como seres abjetos, como não-seres, como não-existências e, portanto, sem importância. Esse processo faz com que qualquer

⁷² BORRILLO, Daniel. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 97.

atrocidade que eventualmente seja cometida contra elas seja imediatamente relativizada ou, simplesmente, não desperte empatia para o corpo social. As mortes de travestis e transexuais são enlutadas por poucos. Suas vidas são valorizadas por poucos e também em razão disso, oportunidades são oferecidas por poucos; capacitações, escolaridade, respeito, formação profissional ficam assim, também, escassas. Não se pode negar isto e simplesmente almejar solucionar o “problema” que essas pessoas enfrentam sem que haja um pensamento crítico em torno de suas existências, sem que se lute contra a abjeção que lhes é relegada.

3.4 UM EU QUE SOU EU

Algo que me inquietou (e inquieta bastante) do ponto de vista conceitual e mesmo epistemológico é a separação que tradicionalmente se faz entre mente (ou alma) e corpo. Como se fosse possível fazer essa diferenciação e, via de regra, a mente é trazida como hierarquicamente superior ao corpo, como sendo o comando. Ocorre que, como já explicitado anteriormente, essa diferenciação que remonta ideários platônicos, não me parece ser suficiente para a realidade.

Isso se dá, sobretudo, porque, essencialmente, a mente é composta daquilo que tradicionalmente se chama de corpo. A atividade intelectual é impossível de existir sem a matéria orgânica e, avancemos, a atividade intelectual e a matéria orgânica são tão intrincadas e interdependentes que qualquer esforço de diferenciação acaba por ser mais presunçoso que realmente válido ou verdadeiro.

Corroborando esse pensamento, ao longo das entrevistas, pude perceber que o corpo e a pessoa são, intrinsecamente, o mesmo. Eu não “tenho” um corpo, em verdade seria mais adequado falar em “ser” um corpo. “Meu corpo” seria, assim, entendido como uma locução que pode ser alterada, sem perda de sentido, por “eu”.

A especificidade dessa questão para travestis e transexuais, ao meu sentir, se sobressai. Isto se dá porque, conforme foi possível perceber por meio das narrativas, a construção e reconstrução de seus corpos era, em verdade, uma construção e reconstrução de si mesmas.

Pesquisador: você falou que foi quando você chegou em [suprimido] que você foi feliz, que você foi se libertar quando chegou em [suprimido], quando que foi isso, como que foi?

Travesti/transexual: eu fui pra [suprimido] porque [suprimido] se tornou uma cidade pequena pra mim, na minha cidade tinham homens que se vestiam de mulher, mas não era uma travesti de peito, mamilo, então eu não tinha a dimensão daquilo, então eu tinha na minha cabeça que quando eu chegasse em [suprimido] eu ia operar, ia ser mulher, ia constituir uma família, aí a gente chega e encontra a realidade. Aí cheguei em [suprimido] e fiquei na casa da minha tia, eu tinha de catorze pra quinze anos que eu cheguei na casa da minha tia... chegando na casa da minha tia ela me jogou uma menina e queria que me obrigasse a ficar com essa menina. Nós ficamos mais na amizade, eu não tinha intenção de beijar, sexo, essas coisas... mulher pra mim sempre foi fonte de inspiração. Até o dia que a menina me puxou num canto e botou os peito pra fora aí eu “querida, pera lá, eu queria ter os seus peito, mas em mim”, porque a mulher pra mim é fonte de inspiração. Aí a minha tia falou que se eu não ficasse com ela que ela ia me botar pra fora de casa, aí eu saí pra fora de casa, fui dormir num ponto lá no centro de [suprimido], cheguei lá eu encontrei uma travesti, ela linda, quadril, cintura, peitão, bem feminina, cê via que era uma travesti, mas uma travesti bonita aí eu falei “é isso que eu quero ser”.

Essa percepção da outra que já tinha passado por alterações corporais que definiam seu “eu” e a atividade especular de se reconhecer neste corpo é algo que foi percebido nas trajetórias de várias das entrevistadas em que este assunto veio à tona. Numa outra ocasião:

Travesti/transexual: [sobre a frase “nasceu no corpo errado”] não é que eu discorde totalmente, sabe? Mas é que eu, pelo menos, eu, [suprimido], não sentia que estava em um corpo errado, eu olhava pro espelho e apenas não me enxergava naquela imagem, eu era uma pessoa que eu não queria ser... estou louca? Cê tá entendendo?

Pesquisador: [sorrindo] entendo, sim, pode continuar.

Travesti/transexual: Assim, eu acho que vai ficar mais fácil de entender quando, assim, quando eu botei meus peitos, apliquei silicone... quando eu fiz isso e depois que eu desinchei... claro né... quando eu olhei pro espelho não é como se eu visse uma, como que fala... adequação... não é como se eu tivesse adequado meu corpo, eu tinha me tornado outro eu, um eu que sou eu, que era eu antes mas não era o eu que eu queria [ambos rimos].

Quanto a isso um fato que me chamou atenção é a existência de uma figura entre elas que conhece os contatos para fazer aplicação de silicone, seja ele cirúrgico, realizado em clínica, seja ele industrial, injetado num quartinho (com as famosas bombadeiras). Uma das entrevistas, inclusive, foi interrompida brevemente por uma ligação, que foi colocada no viva-voz:

Travesti/transexual 1: [...] na minha época tudo que você ia fazer no hospital... ai, meu Deus, tá tocando de novo.

Pesquisador: pode atender.

Travesti/transexual 1: oi.

Travesti/transexual 2: tá me ouvindo agora?

Travesti/transexual 1: agora eu tô te ouvindo. Baixo, mas tô.

Travesti/transexual 2: é... oi, madrinha, tá boua!?

Travesti/transexual 1: eu to jogada, to dando entrevista.

Travesti/transexual 2: você como sempre, sempre muito fina né?

Travesti/transexual 1: [gargalhando] ai, to aqui de pressão alta com... é... diabete... diabete me pegou.

Travesti/transexual 2: ah, não, madrinha.

Travesti/transexual 1: juro, não posso comer nada, tá babado.

Travesti/transexual 2: ah, não, madrinha, tomara que dê certo... bom, é o seguinte, eu vou pra [suprimido] dia [suprimido] e aí eu vou ficar mais um período... e aí o que eu quero com você, eu quero que você aí vai olhando pra mim porque eu já quero botar o meu peito.

Travesti/transexual 1: quem tá botando peito mais barato é o [suprimido 1], aliás, é o [suprimido 2] o [suprimido 1] tá cobrando 8 mil e o [suprimido 2] cirurgião também tá botando por 4 mil, eu só não tenho contato dele, mas posso conseguir.

Travesti/transexual 2: ai, se desse, por favor, que eu sei que a senhora... com a conversa da senhora, a senhora consegue mais barato.

Travesti/transexual 1: mas só com o [suprimido 1] que eu conversava antigamente, mas eu vou ver pra você, me chama no Messenger. Alô...

Travesti/transexual 2: [ruídos incompreensíveis].

Travesti/transexual 1: não tá dando pra te ouvir, me chama depois, parece que engoliu um sapo [ligação cai].

Ficou mais claro, para mim, após as entrevistas, que não apenas corpo e “ser” são inseparáveis, como também esta questão é particularmente especial para travestis e transexuais – numa relação interna – mas também na relação delas com a sociedade. A sociedade, que tradicionalmente faz a distinção entre corpo e alma, entre corpo e essência, não o faz em relação à travesti e transexual e é nesta sociedade que as relações de trabalho se dão. Como se verá adiante, esta particularidade experienciada por travestis e transexuais é de suma importância para o mundo do trabalho.

3.5 SUJEITA

Ah, que palavra essa.

Que difícil utilizá-la como termo empoderador, como sendo simplesmente o feminino de “sujeito”, termo este já consagrado entre os mais variados estudos nos campos de ciências humanas. Temos tantas definições e conceitos de “sujeito”: o “sujeito” para a psicanálise, o “sujeito” para Foucault, o sujeito para a gramática, o agente. Quando não, o “sujeito” submisso, a quem se ordena, quem se submete, tal qual debatido anteriormente em tópico próprio.

Sujeita já não carece de tantas ponderações filosóficas, mas sim, de conteúdo depreciativo. Vejamos:

su·jei·to

substantivo masculino

7. Pessoa de quem se omite ou desconhece o nome. (Feminino: sujeita.) = INDIVÍDUO

8. Pessoa dependente de um rei ou suserano. = .SÚDITO, VASSALO

9. Assunto, tema.

10. [Gramática] Função .sintática desempenhada por palavra ou grupo de palavras que compõem um constituinte nominal ou oracional com o qual concorda e sobre o qual se expressa o predicado [...].

11. [Filosofia] Entidade que tem a capacidade de conhecer, por oposição ao .objeto.

12. [Lógica] Pessoa ou coisa sobre a qual o verbo afirma ou nega alguma propriedade ou atributo.⁷³



su·jei·ta

(feminino de sujeito)

substantivo feminino

1. Mulher que se não nomeia.

2. [Informal, depreciativo] Mulher ordinária.⁷⁴

Após colocado o ponto linguístico que reverbera o ordenamento masculinista em que estamos inseridos, como já denunciou Wittig em “*The point of view: universal or particular?*”⁷⁵ prossigamos.

Apesar de não haver dados oficiais, estima-se que 90% das travestis e transexuais, em algum momento da sua vida, já se valeram da prostituição para subsistir⁷⁶. Dessa maneira, já se pode presumir que o emprego formal não é uma realidade para a maioria dessas pessoas.

⁷³ "sujeito", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/sujeito>.

⁷⁴ "sujeita", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/sujeita>.

⁷⁵ WITTIG, Monique. The point of view: universal or particular? *Feminist issues*. V.3. N. 2, 1983.

⁷⁶ Dados informados pela Antra, Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

Conforme já abordado anteriormente, a estigmatização que essa população sofre reverbera na esfera profissional, limitando suas possibilidades de atividades com retorno financeiro.

Cumpra aqui, contudo, ressaltar que não faço juízo de valor da atividade de prostituição, tendo, inclusive, publicado livro sobre o assunto (baseado em meu Trabalho de Conclusão do Curso de Direito na UFMG) intitulado “Corpos sujeitados, sujeitas corporificadas: o tratamento judicial da trabalhadora prostituta no Brasil” em que argumento pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas dessas sujeitas sem a necessidade de norma regulamentadora da profissão. Todavia, há que se reconhecer que o espectro de possibilidades que travestis e transexuais possuem dentro do mercado formal de emprego é reduzida.

De todo modo, muitas das entrevistadas já exerceram outro trabalho que não a profissão, seja anteriormente, concomitantemente ou posteriormente. Ocorre que, dentre as treze que já desempenharam outra atividade laborativa, apenas uma narra uma condição de trabalho realmente digna e respeitosa; as demais possuem narrativas que deixam claro que a subordinação à qual estavam submetidas destoava da subordinação dos demais trabalhadores e da juridicamente aceita.

Para sintetizar, uma das travestis/transexuais conta, com certo orgulho, do trabalho que desempenhava quando ainda era “boyzinho”. Ela narra que começou a trabalhar em um supermercado organizando as prateleiras e, por desempenhar a função com maestria, foi alçando cargos superiores e, aos 23 anos, com pouco “tempo de empresa”, era responsável pela organização de todo o estoque do supermercado. Contudo, quando deu início às modificações corporais que almejava, o chefe a demitiu sob o argumento de ela “atrapalhar a atenção dos demais funcionários”.

Travesti/transexual: [...] e aí, depois que ele me mandou embora eu peguei as minhas reservas e me mudei, fui morar em [suprimido]. Consegui alugar um apê e saí distribuindo currículo. Eu lembro que fui chamada rapidinho em três mercados, mas quando cheguei lá, com peito e nome de [suprimido] em todos os três a secretária me falou que o responsável não pôde comparecer por conta de algum imprevisto e que me ligariam depois para reagendar. Claro que não reagendaram e eu comecei a ficar desesperada, porque depois que eu comecei a transição eu perdi o apoio da minha família e a minha reserva tava acabando. Foi quando eu comecei a mandar currículo pra tudo que é canto e uma empresa de material de construção me chamou. Cheguei, fiz a entrevista, fui até bem tratada e logo depois estava contratada para administrar o estoque da loja, ver questões logísticas, organizar o depósito, essas coisas. E lá realmente estava bom, até que uns meses depois o meu chefe começou a pedir que eu ajudasse os homens a fazer o transporte dos materiais que chegavam. No início eu achei que fosse alguma necessidade específica e momentânea, mas aquilo foi se repetindo. Um dia eu virei pra ele educadamente e disse “[suprimido], desculpa, eu não tenho força pra carregar essas coisas não, minha função é administrar o depósito”. Aí ele respondeu: “ah, você é mais macho que esses homens tudo aqui”... na hora eu fiquei sem saber o que falar, meu sangue gelou e os funcionários começaram a rir, então eu acho que já rolava umas piadas entre eles. Eu só consegui falar que eu não era forte igual eles. Nisso meu chefe me chamou pelo nome de registro e ordenou que eu carregasse os materiais. Eu retruquei e disse que não iria, aí ele disse: “porra, não pode dar oportunidade pra traveco mesmo não, bando de mal agradecido, se você é fragilzinha demais pra isso vai rodar bolsinha na esquina”. Mandei ele tomar no cu, nunca mais voltei, mas... segui o conselho e agora sou puta [rindo].

A cobrança diferenciada e, por vezes, exacerbada da funcionária travesti e transexual foi um fator comum na narrativa daquelas que já passaram por essa experiência. Adiantando um ponto que será melhor tratado adiante, foi possível perceber que a justificativa dos empregadores e chefes para tamanha exigência era de que estes estavam oferecendo uma “oportunidade de ouro” para as

travestis, colocando-se em uma posição messiânica, salvadora. Essa referência aparece em um dos relatos:

Pesquisador: O que você acha das iniciativas que algumas empresas e até alguns programas do governo, de oferecimento de vagas [de emprego] para travestis e transexuais?

Travesti/transexual: Ai, eu acho uma hipocrisia, porque... pra que oferecer vaga e rotular a pessoa? Não é um ser-humano como outro qualquer? Pra que que tem que rotular? Tem que dizer [alterando um pouco a voz para um tom sarcástico] “ai, eu to dando vaga pra travesti porque eu sou bonzinho...”. Não, travesti e transexual é um ser-humano como outro qualquer, se você quer ajudar, se você quer dar um emprego, né, porque tem muitas meninas que num quer trabalhar, que ganha muito mais dinheiro na prostituição, mas se ela quer trabalhar, é um direito dela... não precisava essa... eu acho isso uma hipocrisia. Eu vejo lá... é... é... “emprego para travestis e transexuais”, sabe? Sei lá, tem hora que eu acho uma coisa boa, tem hora que eu acho uma hipocrisia, pra aparecer como salvador da pátria, sabe? “eu aceito, eu não tenho preconceito, mas eu não quero perto de mim”, sabe? E que que adianta dar emprego também pra depois ficar olhando como se fosse um cachorro pitbull, né? Não pode fazer naaada de errado. Qualquer movimento que a travesti fizer fica lá olhando... Porque o que eu não entendo é isso. A travesti, ela quando chega, ela... ela tem o corpo dela definido, então ela chama atenção realmente e a sociedade num tá... é... preparada pra... incomoda a sociedade.

Como se verá melhor no próximo capítulo, o modo de subordinação – e de sujeição – da trabalhadora travesti está potencialmente encoberto de explorações exacerbadas em razão de o empregador tomar para si a posição de redentor. Essa constatação se torna ainda mais óbvia quando a contratação da travesti se dá após sua transição corporal e essa especificidade deve ser analisada com cuidado.

Em razão dessa potencialidade há que se evitar a superexploração dessas pessoas sob a égide da salvação pelo trabalho.

3.6 TÁ PENSANDO QUE TRAVESTI É BAGUNÇA?

A fala de Luana Muniz, agora bordão na comunidade LGBT, traduz um sentimento de resposta da camada marginalizada.

As ferramentas de resistência da população de travestis e transexuais são quase tão vastas quanto as instituições de poder que sobre elas recaem, a começar pela linguagem já abordada.

O Pajubá é um exemplo de resistência pela linguagem; criptoleto⁷⁷ desenvolvido, essencialmente, por travestis, nasceu como forma de comunicação dessa população de maneira hermética, que não pudesse ser compreendida pelos demais. Desse modo, as travestis poderiam se comunicar e avisarem umas às outras dos perigos próximos sem que os potenciais agressores soubessem que eles eram o assunto.

Mas a linguagem nem sempre basta para se proteger e, em razão disso, as travestis e transexuais tiveram que se fazer valer de tudo que lhes estava disponível.

Foi possível perceber, pelas histórias às quais tive acesso, que a resistência se impunha e, frequentemente, de maneira que acabava por ferir a imagem das próprias sujeitas, mas que era a única possível. Nesse sentido lâminas cortantes (famosas giletes), por serem fáceis de esconder e carregar; canivetes; máquinas de choque ou mesmo luta corporal são artifícios utilizados por muitas travestis para resistirem e continuarem existindo.

⁷⁷ Espécie de dialeto marcado pela utilização de termos cujos significados são ocultos para aqueles que não fazem parte da comunidade que o criou.

Pesquisador: e você já sofreu alguma violência na pista?

Transexual/travesti: ai, já, um monte, mas também aprendi a me defender. Já fui roubada, estuprada... é... é... espancada e apanhei calada. Eu apanhava calada, né. Eu sofri calada muito tempo, mas depois que eu aprendi a não abaixar cabeça pra homem... eu também cortei, espanquei, roubei. Nunca de graça, assim, por esporte... mas pra me defender mesmo de mariconas tironas. A gente tem que saber se defender, João, não adianta. Se eu me fizer de coitada eu não duro na rua não. Travesti não é bagunça, sabe?

E essa necessidade de se proteger surge também dentro de casa, com relação à própria família que, para a realidade de muitas, se mostra como o primeiro ambiente perigoso:

Travesti/transexual: [...] olha, eu apanhava na escola, chegava em casa chorando, eu apanhava em casa. Aí minha mãe uma vez me bateu tanto, tanto, tanto, tanto, que ela virou pra mim assim e falou: “o dia que você chegar em casa assim chorando de novo porque apanhou na escola, você vai apanhar igual você apanhou hoje, aprenda a se defender”. Aí um dia eu cheguei na escola, um rapaz tava me incomodando me batendo, eu falei com a professora, ela não acreditou, pois eu levantei, peguei a cadeira, sabe a cadeira de...

Pesquisador: Aham.

Travesti/transexual: ... dei uma cadeirada na cabeça dele e joguei ele no chão, a diretora, a professora, em vez de... não me ouviu, ouviu ele... ela em vez de me defender, ela veio querer me bater, porque naquela época se batia né?

Pesquisador: Sim, as professoras...

Travesti/transexual: Pois eu joguei ela no chão e dei um coió nela e falei pra ela que minha mãe falou que nunca mais era pra deixar ninguém me bater e não ia ser nem ela nem mais ninguém. Aí fui

expulsa da escola, cheguei em casa, minha mãe veio me bater de novo, aí eu me grudei num pedaço de pau e falei: “olha, mãe, você é minha mãe, mas você me ensinou que não era pra me deixar nunca mais ninguém me bater e se você levantar a mão pra mim eu vou te dar uma coça”. Aí ela nunca mais levantou a mão pra mim, também.

Essa necessidade de se proteger e a reafirmação de que elas sabem se defender apareceu no discurso de muitas, inclusive em trechos já transcritos nos tópicos antecedentes. Isso faz com que, justificadamente, muitas delas hesitem em confiar em outras pessoas, hesitem em procurar algum trabalho – mesmo que elas queiram ou lhes seja oferecido.



Levando em consideração o que pôde ser apreendido das entrevistas, como é compreendida a relação (mesmo que apenas potencial) de emprego entre travestis e transexuais e seus empregadores e chefes? O que acontece no cotidiano daquelas que passaram por essa experiência? Qual é o valor atribuído ao trabalho e como ele pesa? O trabalho formal liberta travestis e transexuais?

4 ARBEIT MACHT FREI

“O trabalho liberta”, *arbeit macht frei*.



A frase forjada nos portões dos campos de concentração nazistas, como o de Auschwitz I, esconde, ao mesmo tempo em que revela, a face torta do trabalho nas sociedades que o exploram: enganamos os trabalhadores com a esperança da emancipação pelo trabalho (e aqui, mais especificamente, do trabalho prestado sob a forma do emprego).

Entendo que a afirmação supra é muito pretensiosa, e tentarei explicitá-la melhor ao longo deste capítulo, de modo a debruçar-me mais especificamente sobre a realidade de travestis e transexuais. Assim sendo, as considerações que farei não serão oponíveis, necessariamente, à totalidade dos trabalhadores, mas a uma parcela dessa classe (e, também, potencialmente não será aplicável à

inteireza dessa comunidade). Tampouco são considerações que se endereçam necessariamente à variedade dos conceitos de trabalho nas tradições da filosofia e sociologia ocidental. A posição ontológica do trabalho em sistemas de compreensão das sociedades e do humano (em Hegel ou Marx, por exemplo) não poderia ser o objeto das considerações a serem feitas a partir da experiência das travestis e transexuais enfocadas nesse relatório de pesquisa. Ao final, contudo, o que se reconstrói aqui poderá tensionar os limites dos debates contemporâneos sobre a posição do trabalho na autoconstituição de pessoas e da própria ordem social.



O trabalho, de maneira geral, passou por uma série de mudanças estruturais quanto ao seu modo de prestação nas últimas décadas. Pôde-se notar uma queda, principalmente nos países de capitalismo mais avançado, da quantidade de trabalhadores industriais, num processo denominado por Ricardo Antunes como “desproletarização” do trabalho⁷⁸. Também merece atenção o avanço de formas de “subproletarização” em todo o mundo, em “decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, [...] etc. Verificou-se, portanto, uma significativa *heterogenização, complexificação e fragmentação* do trabalho”⁷⁹.

Contudo, muitas das alterações pelas quais o mundo do trabalho passou, não foram experienciadas, via de regra, por pessoas travestis e

⁷⁸ ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 205.

⁷⁹ *Idem.*

transexuais. Essas pessoas já não faziam parte do proletariado industrial. A elas eram (e ainda são) reservadas as margens, a informalidade e, frequentemente, a ilegalidade.

Uma das marcas presentes no discurso de algumas entrevistadas foi a segregação entre a atividade de prostituição desempenhada por grande parte delas e aquilo que elas consideram, realmente, como trabalho:

Pesquisador: [nome suprimido], desde quando você trabalha?

Travesti/transexual: oi? Desculpa, não entendi.

Pesquisador: você já trabalhou ou trabalha com alguma coisa?

Travesti/transexual: ah, sim. Eu nunca trabalhei não, só faço programa mesmo, sempre fiz programa só.

Pesquisador: mas você não vê isso como seu trabalho?

Travesti/transexual: ai, isso não é trabalho não. É o jeito que eu dou.



Pesquisador: [suprimido] e você já teve alguma experiência de trabalho?

Travesti/transexual: E travesti trabalha? [silêncio]

Outra entrevistada possui uma narrativa que revela essa mesma diferenciação estabelecida entre o trabalho formal e o informal:

Travesti/transexual: [...] quando eu trabalhava na [suprimido] na época que eu era boyzinho rolava aquelas piadinhas que eu era afeminada e tal mas nunca chegou a ter agressão mesmo, sabe? Mas na rua eu já tive que virar o cão pra me defender.

E ainda para outra:

Travesti/transexual: [...] eu não volto pro trabalho de novo mas é de jeito nenhum. Eu to muito melhor sendo puta e te digo mais, sem cafetina, porque essa é outra raça.

O que se pôde perceber nos discursos das travestis e transexuais com quem conversei é que **“trabalho” é entendido como sinônimo de “emprego”**. Quando elas se referiam a “trabalho” ou “trabalhar”, o conceito que traziam e a relação a que se referiam era, em verdade, uma relação de emprego. É entendida como “trabalho” apenas a prestação de algum serviço que esteja dentro da legalidade e da formalidade.

Dessa maneira, significativa parte da população de travestis e transexuais, que ainda não tiveram experiências no mercado formal de emprego – apesar de vivenciarem diversas formas de opressão – não se “proletarizaram” no sentido industrial e formal do termo. Muitas não se identificam enquanto trabalhadoras quando não estão em um emprego formal.

A falta da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho possui uma face oculta sobre a qual me debruçarei neste capítulo: quando lhes são oferecidas vagas de emprego, os contratantes enxergam este ato como caridade, como uma oportunidade de salvação que é oferecida à travesti e transexual,

como a chance que eles dão a essas pessoas de saírem do “mundo sombrio” da prostituição e da informalidade.

O emprego, propriamente dito, é visto, ainda, como uma das mais potenciais formas de emancipação humana dentro do sistema capitalista⁸⁰ e aqui não nego que essa potencialidade exista. Contudo, como será visto adiante, o emprego não basta. A teimosia pela inserção social por intermédio do emprego fará com que, por vezes, os trabalhadores se submetam a uma realidade que possui tudo, menos potencial emancipador. Tal premissa se revela particularmente sensível às trabalhadoras transexuais e travestis como será explorado (literalmente), ao longo do capítulo.

Cabe aqui, de antemão, informar que não se pretende combater a ideia de centralidade do trabalho⁸¹ na sociedade, mas, sim, pensar criticamente as potencialidades que o emprego, enquanto trabalho subordinado, têm de emancipação e porque, ainda, esta forma é tão perseguida como salvadora e garantidora de direitos.

⁸⁰ DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015. p. 32.

⁸¹ Seguindo a ontologia de Lukács em relação ao trabalho, partilho da percepção de que o trabalho é a categoria por meio da qual se torna possível a transição das formas pré-humanas para o ser social. É o trabalho e através dele que o ser-humano se constitui enquanto ser social. Ver mais em LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. V. 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

4.1 A SALVAÇÃO PELO EMPREGO-TRABALHO

O trabalho, entendido como parte central do desenvolvimento humano, mecanismo de interação entre os seres, sociedade e produto, sempre esteve presente na forma organizacional humana. “Trabalhar” é algo que todos fazemos em alguma medida, contudo, com o advento do capitalismo e, sobretudo, do Direito do Trabalho, as formas de prestação de serviço passaram por reformulação.

O Direito do Trabalho brasileiro encontra como forma principal de proteção do trabalho o emprego, forma esta que, conforme visto anteriormente, baseia-se, sobretudo, na subordinação objetiva do trabalhador ao empregador.

Um dos principais doutrinadores justralhista brasileiros, ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Maurício Godinho Delgado, faz a seguinte atribuição ao emprego:

O emprego, regulado e protegido por normas jurídicas, desponta como o principal veículo de inserção do trabalhador na arena socioeconômica capitalista, visando propiciar-lhe um patamar consistente de afirmação individual, familiar, social, econômica e, até mesmo, **ética**⁸². (grifo nosso).

A partir da fala do ministro, pode-se perceber, claramente, a valorização do emprego enquanto modalidade de prestação de trabalho a ser perseguida; o que é plenamente válido se levarmos em consideração que a legislação

⁸² DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego**: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015. p. 32.

justrabalista brasileira reserva uma série de proteções específicas para esse tipo de relação. Desse modo, ao emprego são atribuídos valores quase que sagrados. Veja-se que ao trabalho subordinado foram conferidos os atributos de afirmação individual, familiar, social, econômica e ética; em outras palavras, ao emprego foi concedida a humanização do sujeito trabalhador.

Essa valoração é tal que o ser-humano só é compreensível enquanto trabalhador e o trabalho é o verbete que a conceitua. A pessoa é seu trabalho.

A partir das narrativas colhidas das pessoas travestis e transexuais que entrevistei, pude perceber que o trabalho não apenas revela-se enquanto capturador da subjetividade dentro de um meio de produção capitalista, mas, sobretudo, como instrumento de salvação:

Travesti/transexual: [sobre ter ou não vontade de ter um emprego formal] ai, João, sabe, ter um emprego com carteira assinada, papel passado, tudo bonitinho, faz muita diferença. Eu vejo isso como uma oportunidade única, sabe? [momento de silêncio] Só quando eu fui trabalhar na [empresa suprimida] que eu me senti aceita, sabe?

Durante esta entrevista, ficou claro para mim que a travesti em questão só se sentiu plenamente reconhecida enquanto ser-humano a partir do momento em que ingressou no mercado formal de emprego.

De todo modo, o emprego não aparece como algo querido por todas as entrevistadas. Pelo contrário, para algumas delas submeter-se às ordens de um empregador é algo a ser afastado. Contudo, mesmo para essas, a perspectiva do trabalho enquanto instrumento de salvação ainda aparece:

Travesti/transexual: [...] Deus que me livre de cumprir ordem de patrão de novo. Eu tive uma patroa que só porque ela sabia que eu me prostituía antes **[do emprego]** achava que podia mandar e desmandar em mim. Mal sabia ela que eu ainda tava na pista [risos].

Pesquisador: mas por que você acha que ela se sentia nesse direito?

Travesti/transexual: porque ela me tirou da rua, ué. Era a ativista, militada que me livrou da prostituição **[em tom sarcástico]**.

O emprego aparecia para ela como elemento humanizador, mas isso não se devia apenas a uma mudança no sistema de produção capitalista pós-toyotista, mesmo porque a essas pessoas foi negada a inserção mercado de trabalho produtivo.

Sendo o emprego o elemento central de proteção em matéria de Direito do Trabalho, é de se esperar que tal “mecanismo de inclusão social” seja algo a ser perseguido na aplicação justralhista. Talvez o seja; talvez o Direito do Trabalho, por vezes, seja aplicado de modo a garantir que o emprego cumpra sua função de limitar a exploração do trabalhador num sistema capitalista. Contudo, esse esforço não é vislumbrado, via de regra, para a realidade de muitas travestis e transexuais, sobretudo aquelas que trabalham na prostituição.

O reconhecimento da relação de emprego, e tudo aquilo que lhe é atribuído (lembramos: afirmação individual, familiar, social, econômica e ética) encontra barreira na Justiça do Trabalho em relação à principal atividade desempenhada por travestis e transexuais brasileiras, segundo dados da ANTRA já mencionados: a prostituição.

Há um “quê” de perversidade atribuir tanto valor ao emprego e negar seu reconhecimento na prática jurisdicional.

Em 2017, este pesquisador que escreve analisou todos os 906 acórdãos relativos à prostituição (de maneira geral) que foram possíveis de serem pesquisados virtualmente⁸³. Uma das conclusões retiradas dessa pesquisa foi a de que o Judiciário brasileiro condena moralmente a atividade da prostituição em razão do estigma dessa profissão, que, para o caso em questão, deve ainda ser analisada interseccionalmente com o estigma sobre travestis e transexuais.

A prostituição, ainda principal atividade desempenhada por travestis e transexuais, não é vista, pela maior parte da sociedade, como trabalho e sobre ela recaem uma série de desvalorizações morais. Isso reforça a ideia da **salvação pelo emprego** para a comunidade aqui analisada.

O que ocorre, então, é um processo relativamente simples cuja teoria geral é aplicável às relações de trabalho como um todo: cria-se um exército de trabalhadores desempregados que fazem com que situações exploratórias dentro da relação de emprego sejam mais toleradas. Entretanto, a situação de travestis e transexuais é um tanto quanto particular pelas intersecções de poder que transpassam suas vidas em uma perspectiva ampla.

Essas pessoas já percorrem um caminho marcado pela abjeção de seus corpos, estigmatizando-os, mas também há uma divisão transexual do trabalho⁸⁴ que atua em dois grandes momentos: 1) o da *ilegalidade* e 2) o da *formalidade*.

⁸³ Para pesquisa completa ver OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante. **Corpos sujeitados, sujeitas corporificadas**: o tratamento judicial da trabalhadora prostituta no Brasil. Novas Edições Acadêmicas: 2018.

⁸⁴ Valho-me das contribuições, principalmente de Helena Hirata e Danièle Kergoat em **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Nessa obra, Hirata e Kergoat discorrem sobre a diferenciação que se impõe entre os trabalhos desempenhados por mulheres e homens, as tarefas que são esperadas de cada um desses gêneros e o valor atribuído a elas. Aqui, tentarei fazer caminho análogo para travestis e transexuais no que diz respeito às narrativas com as quais tive contato e as

4.1.1 Divisão transexual do trabalho

Ao longo desta pesquisa pude desenvolver e perceber melhor uma hipótese que já havia levantado anteriormente: há uma divisão transexual do trabalho. Mas porque levantar essa hipótese em dois momentos? Como eles funcionam?

4.1.1.1 A ilegalidade da prostituição

Primeiramente (mesmo cronologicamente) o trabalho desenvolvido por travestis e transexuais é relegado a apenas um: o da prostituição e esta, por sua vez, ainda é encarada pela supremacia da jurisprudência como trabalho ilícito.

Como apontado anteriormente, replico trecho de entrevista já transcrita nesta pesquisa:

Travesti/transexual: Eu, porque eu sou travesti, vou ser sempre prostituta, vou morrer prostituta e depois ainda vou ser prostituta e olha que faz tempo que eu não trepo, mas continuo prostituta pros olhos de todo mundo.

teorias de gênero estudadas. Ver mais em HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

A prostituição, assim, é relacionada a essas pessoas quase que instantaneamente, mesmo porque se apresenta como fonte primeira de sustento e sobrevivência para muitas delas:

Travesti/transexual: [...] eu me prostitui quase 30 anos da minha vida, porque era a única coisa que tinha pra eu fazer, ué. Vou fazer o que? Minha mãe me botou pra fora com 12 anos, fui para na casa de uma amiga da família que tentou me converter.... depois ela desistiu porque, né, óbvio [**apontando para o próprio corpo**]. Então eu tive que virar prostituta desde muito cedo se eu quisesse sobreviver.

Larissa Pelúcio desenvolveu rico trabalho etnográfico junto a travestis prostitutas já há mais de dez anos e, segundo ela, a prostituição pode ser entendida para essas pessoas a partir de três perspectivas: 1) “como uma atividade desprestigiosa, com a qual só se envolveriam por necessidade”; 2) “como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais” e 3) como um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade”⁸⁵; ponderações esta que reverbero.

Uma das particularidades da prostituição de travestis e transexuais em comparação à desempenhada por homens ou mulheres cisgêneras são os dispêndios que necessitam ser feitos para adequar o corpo ao mercado da prostituição. Lembro, aqui, de trecho já trazido em capítulo anterior, de um momento em que a conversa foi interrompida por uma ligação de uma travesti ou transexual que queria aumentar o volume dos seios. Posteriormente, ao

⁸⁵ PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. **Cadernos pagu**, v. 25, p. 217-248, 2005. p. 223.

longo da conversa, descobri que esse interesse se dava para conseguir mais clientes e cobrar mais caros pelos programas:

Travesti/transexual 2: [telefone toca e inicia-se a conversa] eu quero que você aí vai olhando pra mim porque eu já quero botar o meu peito.

Travesti/transexual 1: quem tá botando peito mais barato é o [suprimido 1], aliás, é o [suprimido 2] o [suprimido 1] tá cobrando 8 mil e o [suprimido 2] cirurgião também tá botando por 4 mil, eu só não tenho contato dele, mas posso conseguir.

Travesti/transexual 2: ai, se desse, por favor, que eu sei que a senhora... com a conversa da senhora, a senhora consegue mais barato.

Corroborando essa análise, Olívia Paixão, que realizou longa pesquisa de campo com travestis e transexuais prostitutas em Belo Horizonte, complementa que “é bastante comum que o processo de transformação corporal das travestis, bem como o ingresso na prostituição, inicie-se a partir da saída de casa”, o que ocorre tanto por razões de transfobia da família quanto pela necessidade de sustentar-se financeiramente. Desse modo, há que se “investir em dispendiosas técnicas e procedimentos para a transformação corporal”⁸⁶.

Destaca-se, ainda, que a Classificação Brasileira de Ocupações trazia, em 2008, “travesti” como sinônimo de “profissional do sexo”⁸⁷. Assim sendo,

⁸⁶ PAIXÃO, Olívia. **Entre a batalha e o direito:** prostituição, travestilidade e trabalho. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018. p. 65.

⁸⁷ À época, a ocupação apresentava os seguintes sinônimos: “**profissional do sexo** – *Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Puta, Quenga, Rapariga, Trabalhador do sexo, Transexual (profissionais do sexo), Travesti (profissionais do sexo)*”. A redação atual é:

mesmo os instrumentos oficiais do Estado reconheciam que a prostituição está, ainda, associada à travestilidade e à transexualidade.

Essa associação permeia o imaginário popular e também acaba por delimitar os espaços “permitidos” para travestis e transexuais, de modo que, realmente, a prostituição seja a ocupação da maior parte dessa população. A primeira divisão transexual do trabalho é esta mesmo porque normalmente a atividade prostituinte se revela também o primeiro caminho de sobrevivência dessas pessoas a partir do momento em que saem ou são expulsas de suas casas.

Muitas das travestis e transexuais entrevistadas narraram iniciar a prostituição muito antes de atingirem, sequer, a maioridade, sendo que uma delas começou aos 11 anos de idade:

Travesti/transexual: [...] João, eu sempre fui muito afeminada, muito, muito afeminada mesmo. Eu fazia vestido com tudo, com lençol com folha de bananeira, qualquer coisa eu tava botando na cintura... e... eu lembro de uma vez que... assim, várias pessoas já sabiam que eu era desse jeito né, então meus pais sempre me batiam pra ver se eu virava homenzinho, mas... teve uma vez que eu tava no roça, no meio dos pé de café, e um dos homens que trabalhava com meu pai tava perto. **[olhando para cima, como se estivesse se esforçando para lembrar]** Eu lembro de ele me chamar e perguntar se eu gostava de café, num papo estranho, não lembro direito... eu só lembro que depois ele perguntou se eu queria ser menina e que se eu quisesse ele sabia como fazer. Eu tinha sei lá, uns 7, 8 anos, e ele falou que as meninas chupavam os meninos... eu não sabia direito o que era aquilo, mas eu queria ser menina, então eu chupei ele aquela vez e depois disso a gente começou a se ver sempre... foi nisso até que um dia meu pai pegou a gente, eu tinha

“**Profissional do sexo:** Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo”. MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Classificação Brasileira de Ocupação.** Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home> Acesso em: 20 de julho de 2019.

11 anos... eu fugi, mas não fiquei pra ver o que aconteceu com o cara. Saí de lá, nunca mais voltei, na mesma semana já tava em outro estado e me prostituindo por carona e comida. Até que quietei o facho aqui... foi difícil... **[breve momento de silêncio]** ah, mas foi bom também eu não reclamo não, foi o que foi e tá bom.

É muito em razão de a prostituição, na grande parte das narrativas, ser experienciada como a primeira atividade de sustento financeiro que eu escolhi por denomina-la enquanto um primeiro *momento* da divisão transexual do trabalho, notadamente marcada pela ilegalidade e pelo estigma que permeiam este trabalho.

Um segundo momento surge, geralmente, após a prostituição já ter sido experienciada: o mercado “formal” de emprego.

4.1.1.2 A formalidade precária

Viver no mundão tá ligado que é caso sério

Dando a cara a tapa e às vezes sem ter critério

Levar o legado sendo parte do mistério

Trabalhar pra prosperar

Ascensão do império

Glória Groove - Império

Preliminarmente, cumpre-se destacar que as análises que aqui estão sendo feitas baseiam-se na experiência das entrevistadas após transicionarem⁸⁸. Desse modo, para este tópico, especificamente, as atividades profissionais desempenhadas antes da transição de pessoas travestis e mulheres transexuais não serão levadas imediatamente em conta. Isso se deve pelo fato de haver uma forte diferença no tratamento dispensado a essas pessoas antes e depois de fazerem as alterações corporais que julgarem adequadas.



Durante o período aproximado de dois anos, a Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais (SEDPAC), organizou encontros que visavam pensar e desenvolver políticas públicas para a comunidade de travestis e transexuais do Estado. Essas reuniões contavam com a participação de outras secretarias estaduais, movimento civil organizado, universidades e demais instituições interessadas.

Particpei dessa iniciativa, que foi batizada de GT (Grupo de Trabalho) Cidadania Trans enquanto representante do Diverso UFMG, programa de extensão do qual fiz parte durante quatro anos na Faculdade de Direito e Ciências do Estado da UFMG, juntamente com o Professor Pedro Augusto Gravatá Nicoli, orientador desta pesquisa.

Uma pauta que era constantemente debatida nas reuniões era a inserção do mercado de trabalho de pessoas travestis e transexuais como forma de

⁸⁸ Transicionar ou “fazer a transição” pode ser entendido como os complexos atos de assunção da identidade de gênero percebida. Esse processo envolve desde tratamentos e terapias hormonais, a intervenções cirúrgicas, alterações no padrão comportamental e performativo.

garantir (ou, pelo menos, buscar) cidadania a essa população. Para tanto foram realizadas, em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE), pesquisas de interesse do público para capacitação profissional. Nesse sentido, foram aplicados questionários no Estado de Minas Gerais para que travestis e transexuais respondessem em qual área profissional elas gostariam de receber capacitação para atuar. As respostas foram bastante variadas, entretanto, era nítida a concentração de interesse nas áreas de “moda, beleza e cosméticos, hotelaria”.

Essa preferência, depois, veio a ser melhor elucidada no momento de realização das entrevistas para esta dissertação. Durante as conversas que tive com algumas das entrevistadas, era perceptível que, para a maioria delas, as profissões dos ramos acima dispostos se mostravam mais queridas (ou palpáveis).

Mesmo que elas próprias não tivessem experiência nas áreas de beleza e cosméticos, moda e hotelaria, sempre havia alguma amiga que trabalhava nessa área. Perguntando o porquê disso, uma respondeu:

Pesquisador: [...] mas por que você acha que salão é mais fácil?

Travesti/transexual: eu tenho um monte de amiga minha que já trabalha, então também é mais fácil pra mim conseguir um emprego sabe? E eu gosto dessas coisa também, mexer com cabelo, maquiagem... e eu aproveito e aprendo também, né, pra fazer em mim.

Pesquisador: e sobre aceitação? Você acha que lá é mais fácil, mais difícil ou mesma coisa te aceitarem lá por você ser trans ou isso é viagem minha?

Travesti/transexual: Tem isso também, nossa, uhum, tem, sim.

Pesquisador: você me disse que gostaria de trabalhar em salão, mas você já teve alguma experiência trabalhando em salão?

Travesti/transexual: não, tive não. Eu já trabalhei de *telemarketing*, quando eu cheguei aqui. Ainda não conhecia direito as meninas, então eu ficava meia com medo armarem um doce pra mim. Ah, falando nisso, foi lá que eu conheci a [suprimido], aquela trava feia [se referindo, em tom de brincadeira, à amiga que me indicou].

A narrativa de maior aceitabilidade nas áreas relacionadas à moda e beleza foi uma constante, de modo que se pôde concluir que existem nichos específicos de trabalho em que a travesti ou a transexual são mais aceitas, demarcando o segundo momento da divisão transexual do trabalho. Para essas pessoas, o trabalho nas áreas relacionadas tradicionalmente ao feminino ou mesmo à comunidade LGBT em geral, como moda e beleza, se mostra mais aberto.

Ocorre, todavia, que apesar de muitas das travestis e transexuais quererem se capacitar e trabalhar com os ramos supracitados, muitas delas acabam encontrando oportunidade no *telemarketing*, como apontado no trecho da entrevista. Este outro setor revela-se mais fácil de ser permeado por travestis e transexuais por se tratar de, geralmente, uma jornada de seis horas, numa função que não exige educação a nível superior, num perfil de primeiro emprego⁸⁹ e por não haver contato vis-à-vis com o cliente.

Outras entrevistadas também possuem experiência como operadoras de *telemarketing*:

⁸⁹ DESIDÉRIO, Mariana. Conheça a multinacional que emprega 1300 transexuais no Brasil. **Exame**. 12 de set. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/conheca-a-multinacional-que-emprega-1-300-transexuais-no-brasil/>. Acesso em: 21 de dez. de 2018.

Pesquisador: [...] quando você trabalhou no *telemarketing*?

Travesti/transexual: eu ainda trabalho, amore, mas eu comecei tem o que? Uns dois anos... quase dois... por aí.

Pesquisador: e como é trabalhar lá? Como é o ambiente?

Travesti/transexual: ó, no início foi mais pesado, porque a [suprimido] contratou uma leva de travesti, viado, tudo e não tinha... não tinha preparo, sabe? A gestora não queria deixar a gente usar banheiro feminino, isso porque a gente tem 15 minutos de banheiro no máximo.

Pesquisador: 15 minutos por dia ou por vez?

Travesti/transexual: por dia, tá doido [risos], então isso foi chato no início, mas agora a [suprimido] já tá bem mais avançada, os outros funcionários respeita a gente. O salário que é, né, uma bosta [fazendo sinal de referência a um ânus com os dedos].

Uma delas trouxe um relato da intersecção com o estigma da prostituição:

Pesquisador: como era quando você trabalhava na [empresa de marketing], como era a relação com os chefes, com os colegas...?

Travesti/transexual: ah, é normal, aliás, mentira. Não. Na verdade mesmo é normal [risos]. Quando eu cheguei lá, no início, principalmente, eu catei logo que os viado e as travesti tudo ficavam mais junta uma da outra. Tipo, horário de almoço a gente saia só entre a gente mesmo porque não tem como sair com hetero e eles também nem chama muito a gente... Ah... se bem que chama, sim. Não foi nem um, nem dois, nem três, vários homem lá, pinta de hetero e tudo, quando foram puxar papo comigo no final das contas queria saber quanto era meu programa. Os novinho, bonitinho, cafuçu, necudo, CLA-RO que eu peguei e ainda garanti meu acué

porque bicha burra nasce hetero. Mas tem uns lixo lá que é a encaralhação.

Pesquisador: eles já sabiam que você também se prostitui?

Travesti/transsexual: e precisa? Eu sou travesti, lindo, qualquer pessoa que me olha já enxerga uma puta que aceita qualquer lixo.

É possível, assim, perceber que existe uma divisão do trabalho que se pauta na transexualidade/travestilidade da sujeita trabalhadora, que é moldada tanto pelo estigma da prostituição que as acompanha quanto nas áreas em que elas costumam trabalhar formalmente e/ou são mais aceitas.

Ocorre, todavia, que a realidade daquelas que se inseriram no mercado formal de emprego não revela, em si, ascensão social ou verdadeiro respeito à sua subjetividade. A esperança que geralmente é depositada no emprego enquanto instrumento garantidor de cidadania acaba, frequentemente, se frustrando, o que se dá por inúmeros fatores, como a própria transfobia que permeia a sociedade e reverberará em violações dessa ordem para com a funcionária travesti/transsexual, entre outras. Tomarei um tempo para me debruçar sobre o aspecto que mais me instigou da relação empregatícia: a subordinação, e como ela é vivenciada por travestis e transexuais, quais suas particularidades.

Ao longo desta pesquisa, das leituras e das entrevistas, pude constatar um comportamento/sentimento que não havia me ocorrido antes: o modo de subordinação de travestis e transexuais, quando estas se encontram inseridas no mercado formal de emprego, tende a despertar um sentimento messiânico específico no patrão. Sentimento este cujas origens podem esconder dogmas religiosos ainda presentes, que vão agir tanto no modo de se enxergar o emprego, quanto no modo de se enxergar a travesti/transsexual.

4.1.2 Calvinismo trans

Para tentar compreender o fenômeno do trabalho como salvação e como essa particularidade se demonstra ainda fortemente presente no ideário de travestis e transexuais, valer-me-ei, principalmente, das ponderações de Max Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

Inicialmente, cabe instituir que, na sociedade ocidental na qual estamos inseridos, o capitalismo e o pensamento judaico-cristão imperam nas condutas e padrões morais. Em razão disso, processos e conceitos como a “demonização”, “salvação”, “danação”, “inferno” e “paraíso” aparecem constantemente no ideário da sociedade. Desde produções literárias, a textos científicos, a religiosidade e seus aparatos surgem constantemente.

Essa configuração sociocultural não escapa, obviamente, o trabalho, sendo este constantemente associado a dogmas religiosos de elevação e salvação da alma. É por esse motivo que o Calvinismo desponta, em matéria de trabalho e emprego, como movimento religioso reformista. Isso se dá, sobretudo, pela apropriação de seu dogma principal por parte da ideologia capitalista: a predestinação.

Segundo este dogma, Deus (cristão) age com graça àqueles que, em sua própria vontade enquanto Criador, predestinou a serem salvos e a viverem a eternidade com Cristo. Dessa sorte o ser-humano é completamente impotente, nada que ele faça vai alterar a predestinação que Deus lhe concedeu em um momento que retoma e antecede a Criação. Assim sendo, as conquistas

materiais e ser capaz de sustentar uma vida mais confortável em Terra foram entendidas como manifestações de que aquela alma havia sido predestinada a viver em comunhão eterna com Cristo. Na literalidade da Confissão de Fé de Westminster:

CAPÍTULO 10: DA VOCAÇÃO EFICAZ

1. Todos aqueles a quem Deus predestinou para a vida, e só esses, é ele servido chamar eficazmente pela sua Palavra e pelo seu Espírito, no tempo por ele determinado e aceito, tirando-os daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza e para a graça e salvação, em Jesus Cristo. Isto ele o faz, iluminando os seus entendimentos, espiritual e salvificamente, a fim de compreenderem as coisas de Deus, tirando-lhes os seus corações de pedra e dando-lhes corações de carne, renovando as suas vontades e determinando-as, pela sua onipotência, para aquilo que é bom, e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo, mas de maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela sua graça.
2. Esta vocação eficaz provém unicamente da livre e especial graça de Deus, e não de qualquer coisa prevista no homem; nesta vocação, o homem é inteiramente passivo, até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo, fica habilitado a corresponder a ela e a receber a graça nela oferecida e comunicada^{90 91}.

Weber, na obra citada, complementa que:

⁹⁰ WESTMINSTER, A confissão de fé de. 1643-1646. p. 9. Disponível em: <http://www.ipb.org.br/recursos/download/a-confissao-de-fe-de-westminster-148> . Acesso em: 28 de dez. de 2018.

⁹¹ A respeito do capítulo citado da Confissão de Fé de Westminster, vale conferir as referências bíblicas que podem ser utilizadas como bases referenciais: Tm. 1:9; Tt. 3:4-5; Rm. 9:11; I Co. 2:14; Rm. 8:7-9; Ef. 2:5; Jo. 6:37; Ez. 36:27; Jo. 5:25.

Nós sabemos apenas que parte da humanidade está salva, o resto está condenado à danação. Assumir que o mérito humano, ou a culpa possuem um papel determinante nesse destino seria pensar os decretos absolutos de Deus, que têm sido definidos à eternidade, como sujeitos à alteração pela influência humana, uma contradição impossível⁹² (tradução livre).

Richard Baxter, puritano inglês do século XVII doutrinava que, se Deus mostra ao indivíduo um caminho a ser seguido, oferece-lhe a oportunidade de viver uma vida mais confortável e rica, este deve segui-lo para satisfazer as vontades Dele, em seu nome; não se deve, portanto, trabalhar em função da carne e do pecado. E complementa que aquele que rejeita a oportunidade de trabalhar que lhe é oferecida é um grande pecador, que não apenas está imbuído do pecado da preguiça, como nega as oportunidades que Deus lhe conferiu. Não obstante, a vocação conferida a cada um por Deus é aquela a ser seguida, uma vez que se entendia que, se cada indivíduo fizesse aquilo para o qual é vocacionado, a vontade divina se cumpriria⁹³.

Valendo-se desses pressupostos, Weber aponta que essa doutrinação se apresenta como um validador ético da divisão do trabalho experienciada à época (e, acrescente-se, ainda vivenciada hoje), servindo, ainda, como base de justificativa para as desigualdades sociais.

⁹² No original: “We know only that a part of humanity is saved, the rest damned. To assume that human merit or guilt play a part in determining this destiny would be to think of God’s absolutely free decrees, which have been settled from eternity, as subject to change by human influence, an impossible contradiction”. WEBER, Max. **The protestant ethic and the spirit of capitalism**. Trad. Talcott Parsons. Londres e Nova York: Routledge, 2005. p. 60.

⁹³ BAXTER, Richard. **Works of the English puritan divines**. Londres: Thomas Nelson Paternoster Row, 1846. *passim*.

A ênfase na importância ascética de uma vocação fixa forneceu uma justificativa ética da divisão do trabalho moderna. De modo semelhante, a interpretação providencial do lucro justifica as ações dos homens de negócio. [...] ‘Deus abençoou seus negócios’ é a frase que reflete esses bons homens que seguiram com sucesso os conselhos divinos⁹⁴ (tradução livre).

Teólogo e filósofo francês, Jacques Ellul, em sua obra *Pour qui, pour quoi travaillons-nous?* também tece comentários aproximados sobre a vocação para o trabalho e como ela deve ser encarada:

Há uma vocação, e o trabalho técnico na sociedade moderna nos dá a certeza de que não é nossa vocação cristã, mas isso não deve nos impedir, ficar com "a alma desanimada", mas, ao contrário, devemos buscar, a partir dessa negação, o que seria possível como encarnação e realização.

[...] O trabalho que somos obrigados a fazer para ganhar a vida deve ser enriquecido, valorizado e até mesmo significativo (tradução livre)⁹⁵.

⁹⁴ No original: “The emphasis on the ascetic importance of a fixed calling provided an ethical justification of the modern specialized division of labour. In a similar way the providential interpretation of profit-making justified the activities of business man. [...] ‘God blesseth His trade’ is a stock remark about those good men who had successfully followed the divine hints”. WEBER, Max. **The protestant ethic and the spirit of capitalism**. Trad. Talcott Parsons. Londres e Nova York: Routledge, 2005. p. 109.

⁹⁵ No original: Il y a vocation, et le travail technicien dans la société moderne nous donne la certitude que telle n'est pas notre vocation chrétienne, mais cela non pour nous arrêter, "l'âme découragée", mais au contraire pour chercher, a partir de cette négation, ce qui serait possible comme incarnation et accomplissement. [...] Le travail que nous sommes obligés de faire pour gagner notre vie doit pouvoir se trouver enrichi, valorisé et même dans une certaine mesure signifié. ELLUL, Jacques. **Pour qui, pour quoi travaillons-nous?** Paris: La Table Ronde, 2013. p. 119.

Com isso, em linhas gerais, pode-se extrair que, tomando como base a doutrinação calvinista a respeito do trabalho, que ainda possui claras influências sobre o valor do “trabalhar” na sociedade contemporânea, o trabalho é encarado não apenas como modo de ganhar a vida, de sustentar-se financeiramente. O trabalho é visto também, e sobretudo, como uma complementação do sujeito que trabalha, como uma informação importante sobre a qualidade daquele ser e, mais ainda, é indicativo de salvação. Trabalhar é mais do que apenas um meio de pagar suas contas, mas é o mecanismo através do qual o sujeito se insere da sociedade e é visto por ela.

Isso faz com que, quando transpusermos essa análise à realidade experienciada pela maioria das travestis e transexuais, nós nos deparemos com pessoas que tradicionalmente são negadas ao mercado de trabalho formal. O que possui como consequência não apenas a dificuldade material de sustentação da vida, mas também o estigma moral de não ser trabalhador, de não possuir um emprego, de ser alguém que não seguiu a vocação e as oportunidades oferecidas por Deus, por ser alguém exponencialmente pecadora.

Esses preconceitos e pressão que recaem sobre travestis e transexuais fazem, em última análise, com que, quando lhes é oferecida uma oportunidade de emprego, seus empregadores se imbuam do atributo messiânico, que se coloca na figura de Deus como oferecedor de um caminho melhor a ser trilhado, como salvador de uma alma que antes pecava (geralmente) na prostituição.

A figura do empregador, para essas pessoas, acima das demais, se confunde com a do Messias que oferece a salvação, tanto pelo próprio sustento que o emprego oferece quanto pelos atributos sociais que carrega e são particularmente sensíveis a essa população, como já trazido em capítulos anteriores. Esses corpos travestis e transexuais, que estão inseridos

naturalmente num sistema de poder que os reprime e interdita, passam por um processo de abjeção que, quando inseridos no emprego, estarão sujeitos a modos de subordinação peculiares em função do atributo divino incorporado pelo empregador.

4.2 MESSIAS

Quando da formulação do projeto desta pesquisa, havia cogitado a hipótese de que o elemento fático-jurídico da subordinação incidia de maneira diferenciada sobre travestis e transexuais. Parti dessa hipótese, inicialmente, em razão da estigmatização que esses corpos sofrem, da transfobia e travestifobia, assim como do preconceito em relação à prostituição, normalmente associada a essas pessoas.

Esta hipótese se confirmou em parte, isto porque não apenas os fatores acima são importantes e moldam a subordinação jurídica de travestis e transexuais, mas também o sentimento messiânico de seu empregador, que se coloca em um lugar de “bondoso”, de “redentor”. Os relatos das entrevistadas trouxeram à tona esse elemento inovador: por se achar acima das manifestações transfóbicas comuns na sociedade em razão de oferecer uma vaga de empregado para travestis ou transexuais, o empregador tende a assumir uma postura mais exigente em relação às empregadas travestis e transexuais, pois se sente senhor delas, na qualidade de salvador.

4.2.1 O Alfa e o Ômega

Conforme visto, o emprego, por si, já possui um atributo de salvação e uma grande valorização não apenas material, mas também espiritual e social. A junção dessa virtude atribuída ao emprego com a realidade experienciada pela maioria das travestis e transexuais (de marginalidade, prostituição, violência e

menor escolaridade) faz com que aquele que oferece o emprego sinta-se como se oferecesse a salvação mesma.

Assim, por serem os senhores salvadores das travestis e transexuais, sentem-se mais confortáveis a fazerem exigências maiores.

Como já trazido anteriormente, uma das entrevistadas narra:

Travesti/transexual: [...] Eu vejo lá... é... é... “emprego para travestis e transexuais”, sabe? Sei lá, tem hora que eu acho uma coisa boa, tem hora que eu acho uma hipocrisia, pra aparecer como salvador da pátria, sabe? “eu aceito, eu não tenho preconceito, mas eu não quero perto de mim”, sabe? E que que adianta dar emprego também pra depois ficar olhando como se fosse um cachorro pitbull, né? Não pode fazer naaada de errado. Qualquer movimento que a travesti fizer fica lá olhando...

O empregador concentra, desse modo, os poderes da criação e da extinção. É ele quem tem o poder de oferecer a oportunidade de ingressar no tão almejado mundo do emprego formal, assim como é ele quem tem a capacidade de expulsá-las desse antro de cidadania.

É bem verdade que esse sentimento do patrão como oferecedor de dignidade não é exclusividade da relação de emprego de travestis e transexuais. Esse movimento pode ser percebido em várias correntes de flexibilização e precarização do trabalho, sobretudo se levarmos em conta o contingente desempregado que serve para sustentar essa lógica. Entretanto, seria leviano transportar dito movimento para a realidade dessa população como se fosse simétrico. Não é.

A classe trabalhadora travesti e transexual possui uma série de elementos que a especificam, que fazem com que as relações de poder tradicionalmente existentes na relação de trabalho devam ser revistas sob a ótica não apenas do “poder”, em si, mas também da abjeção desses corpos que não são considerados humanos. Não se trata de uma oportunidade de emprego que é oferecida a qualquer desempregado que necessita de sustentar-se, trata-se de uma oportunidade de emprego oferecida a uma travesti/transexual, tradicionalmente marginalizada, normalmente associada à prostituição e que a sociedade despreza.

Há, portanto, a potencialização do sentimento messiânico do empregador.

A primeira ocasião em que isso me ocorreu foi durante uma conversa em um evento sobre empregabilidade trans organizado pela SEDPAC, em Belo Horizonte, no ano de 2018. Vale ressaltar que, apesar de minha pesquisa ser focada na população de travestis e mulheres transexuais, esta conversa se deu com um homem trans, o que não me impediu de ficar alerta à realidade do meu público-alvo. Em razão de ter sido uma simples conversa com alguém que não fazia parte do público da minha dissertação, não houve gravação e, por esse motivo, o inteiro-teor não poderá ser reproduzido em sua literalidade. De todo modo, lembro-me de ele comentar, sobre sua experiência profissional, como era tratado pelo seu chefe, que se sentia dono dele por tê-lo empregado mesmo sendo trans.

Apesar de não me recordar da literalidade de toda a conversa, uma das frases me marcou: “isso daí não vai decepcionar”. Assim era como o chefe se referia a ele.

4.2.2 Da subordinação à submissão

A partir da percepção desse elemento messiânico no comportamento do empregador daquele homem trans, eu me alertei, para as entrevistas futuras, da necessidade de tentar analisar isso mais a fundo, para ver se esse comportamento também ocorria para com as mulheres transexuais e travestis. Quais seriam suas particularidades? E principalmente: quais seriam suas consequências para a relação empregatícia?

Conforme já visto anteriormente, a subordinação jurídica consiste em um elemento fático-jurídico da relação empregatícia e, para que seja válida, deve se pautar unicamente em questões de ordem objetiva, sob o risco de incorrer em sujeição, pela conceituação de Melhado⁹⁶.

Gostaria aqui de inserir um outro conceito: o de submissão.

Em razão da predisposição messiânica do empregador, o modo de exercer os poderes inerentes à relação de emprego (diretivo, regulamentar, fiscalizatório e disciplinar⁹⁷) sofrerá distorções.

⁹⁶ MELHADO, Reginaldo. **Poder e sujeição**: os fundamentos da relação de poder entre capital e trabalho e o conceito de subordinação. São Paulo: LTr, 2003. *passim*.

⁹⁷ Valho-me, aqui, da distinção e conceituação dos poderes empregatícios conforme trazido por Maurício Godinho Delgado. Justifico a escolha deste autor como base para tomar essas noções gerais em razão de se tratar do maior doutrinador em Direito do Trabalho no Brasil, sendo indicado como referência bibliográfica em todos os currículos que pude ter acesso, bem como por ser Ministro do TST. Conforme referido autor: 1) Poder Diretivo “seria o conjunto de prerrogativas tendencialmente concentradas no empregador dirigidas à organização da estrutura e espaço empresariais internos, inclusive o processo de trabalho adotado no estabelecimento e na empresa, com especificação e orientação cotidianas no que tange à prestação de serviços”. 2) Poder Regulamentar “seria o conjunto de prerrogativas [...] dirigidas à fixação de regras gerais a serem observadas no âmbito do estabelecimento e da empresa”. 3) Poder Fiscalizatório busca “propiciar o acompanhamento do espaço empresarial interno. Medidas como controle de portaria, as revistas, circuito interno de televisão” etc. 4) Poder Disciplinar está relacionado à “imposição de sanções aos empregados em

Todos os poderes, especialmente o diretivo e o disciplinar, estão intrinsecamente ligados ao próprio elemento da subordinação jurídica, isso porque se trata da intervenção e ordem direta do empregador ao empregado, podendo, ainda, aplicar-lhe sanção em caso de transgressão.

Nos casos que me foram narrados (e aqui se incluem as experiências das próprias entrevistadas, quanto experiências de amigas que me foram contadas), era perceptível que os patrões eram muito mais “linha dura”⁹⁸ com as empregadas travestis e transexuais que com os demais.

Uma das entrevistadas possui uma rica narrativa e, por esse motivo, justifico a transcrição longa:

Travesti/transexual: [sobre o dia-dia na empresa em que começou a trabalhar depois de fazer a transição] Eu sabia fazer o meu serviço, entende? Eu fazia aquele troço desde sempre quando eu morava em [suprimido], claro que era diferente aqui e ali... mas tipo... o geral, sabe? No geral era tudo igual, tudo igual. Era olhar o que faltava, quanto de material saía, quanto de coisa tinha no estoque, entrar em contato com fornecedor, olhar validade das coisa... sabe? E modéstia a parte eu mando bem nisso... mandava né... capaz de botar uma planilha na minha frente hoje e eu pular. E mesmo antes do [suprimido] falar aquelas coisa comigo [chama-la de homem e constrangê-la diante dos demais funcionários] eu já sentia que tinha um trem errado... eu cato as coisa no ar.

Pesquisador: E o que era isso que você sentia que tinha de errado?

Travesti/transexual: Ah, parecia que ele já tava cansando de mim, sabe? Me cobrava umas coisa absurda, totalmente sem noção. Eu lembro que o estoque precisava ser organizado pra uns três ou quatro meses, tinha que dar conta de saber o fluxo dos materiais na

face do descumprimento por esses de suas obrigações contratuais”. DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. São Paulo: LTr, 2015. pp. 712-716.

⁹⁸ Como se referiu uma entrevistada.

época do ano e organizar pra não faltar ou pra não sobrar demais. Normal. Qualquer pessoa que mexe com isso vai falar isso pra você. Mas ele queria que eu deixasse organizado as coisa pro ano que vem, pro ano novo, pro inverno, caralho, eu consigo saber mais ou menos o que vai acontecer pra arrumar os trem mas como assim? Sabe?

Pesquisador: isso em relação ao estoque?

Travesti/transexual: em relação a tudo, o estoque era o que eu mais ficava passada. Viado, pra organizar aquilo eu olhava previsão do tempo, você tem noção de uma coisa dessa? Agora como que aquele bosta queria que eu organizasse as coisas com previsão pro ano que vem? E aí arranjava picuinha. Porque é claro que eu não ia conseguir fazer isso, quem consegue? Tá doida? Então é por isso que... por isso que eu acho que ele tava cansando de mim, tava arrumando desculpa pra eu ir embora. Isso porque o **[suprimido]** não fazia por-ra ne-nhu-ma **[pausadamente]**, ficava o dia todo enfiado no banheiro e perdido no estoque fumando maconha e batendo punheta que eu já vi. Mas com ele era só risos e palhaçada: “hahaha, onde cê arranjou essa? Hahaha” **[imitando, pelo contexto, o padrão]**.

Pesquisador: e você acha que isso se deu pelo fato de você ser travesti?

Travesti/transexual: olha, no início não, eu achava que tava fazendo alguma coisa errada mesmo, tinha chegado na cidade grande há pouco tempo, meu primeiro emprego que consegui de peito, então eu tava com medo. Mas quer saber, no final das contas, sim... No final das contas ele só queria alguém pra fazer o trabalho duro que ninguém naquela merda fazia e que aceitasse qualquer mixaria, então olha aqui **[apontando para o corpo]**, fui eu, retardada. Ah!!! E ele se achava o bonzinho, viu? Falava que tinha me dado uma chance de ser alguém na vida, que lá fora eu ia ter que me prostituir, ninguém ia me dar emprego... vai achando... até que 100% errado ele não tava **[solta um riso meio constrangido]**, mas bonzinho não era não, mas não era mesmo.

Outra traz uma perspectiva interessante:

Pesquisador: o que você acha das vagas de emprego direcionadas para pessoas trans? Já viu alguma?

Travesti/transexual: corro e fujo bem rápido [risos]. Bicha, é sem condições. Assim, eu tenho amigas que trabalham nesses canto que oferece vaga pra pessoas trans e estão ótimas, super bem tratadas e tal, mas nenhum trabalha pra empresa, tipo empresa mesmo, elas trabalham no [suprimido], na [suprimido] que têm pessoas entendidas lá dentro, elas não trabalham no [suprimido] igual eu trabalhei nessas vagas aí. Pelo menos nas duas vezes que eu fui nessas vagas... separadas... foi uó, mas, bicha, foi uó mermo. O povo num tá preparado pra fazer entrevista de emprego com travesti não. Entrevista de emprego! Nem na entrevista de emprego!

Pesquisador: como foi a sua no [suprimido]?

Travesti/transexual: bicha... [risos] cheguei lá eu toda garota, peituda, delacinha e lá tava meu currículo em cima da mesa, pá [nome de registro suprimido]! A amapô ficou em choque, gay. Ela só olhava pro currículo, olhava pra minha cara, pro currículo, pra minha cara [rindo bem alto]... aí, bicha, chegou uma hora que ela tinha que fazer alguma coisa né [mais risos], a amapô me gagueja quarenta horas no meu nome [gritos de riso]. Eu só me mantive finíssima e falei: pode me chamar de [suprimido], senhora. Ai, bicha, foi babado.

Pesquisador: [rindo também] mas aí você passou na entrevista né?

Travesti/transexual: passei.

Pesquisador: e lá dentro como era?

Travesti/transexual: aquele negócio que eu falei né, ninguém tá preparado pra isso daqui entrando todo dia batendo ponto não. Até que as meninas do meu setor eram bacanas comigo e a minha chefe até que era também, menina. Assim, uma coisa que me deixava passada era a *vibe* da gestora que toda reunião, to-da reunião, falava como a empresa era boa e que tava dando oportunidade pra todo mundo... aí todo mundo olhava pro bicho aqui né, zoológico.

Pesquisador: mas você disse que iria correr se aparecesse uma vaga dessas pra você de novo, porque?

Travesti/transexual: ai, bicha, eles só querem saber de te explorar, querem te sugar até a última gota e nem paga bem, viado. Parece que é travesti tem que trabalhar até a puta que pariu, trabalhar de noite, fazer hora extra, até parecia que a amapô sabia que eu fazia programa e me segurava no [suprimido] até o raio que o parta... isso acabava que eu ia pra pista mais tarde, meu acué já ia pro ralo, então pra ser explorada enquanto elas se fazem de santas? Eu não, pelo menos não nessas empresa. Se fosse tipo na [suprimido] que a [suprimido] trabalha, até vai, que lá só tem puta e viado também.

Seguindo a proposta, farei alguns apontamentos das particularidades da relação empregatícia envolvendo travestis e mulheres transexuais, enfocando, sobretudo, os poderes Diretivo e Disciplinar.

4.2.2.1 Poder Diretivo e Disciplinar

Na perspectiva do Poder Diretivo, a partir das situações narradas, bem como do substrato teórico de que me valho, pude perceber especificidades no modo com que as ordens de execução da tarefa e mesmo de organização do espaço interno da empresa. Em primeiro lugar, quanto ao modo de produção e sua cobrança, conforme já trazido nas narrativas de algumas das entrevistadas, é comum que os empregadores, ou, pelo menos, os chefes imediatos, cobrem mais de travestis e transexuais.

Essa postura mais rígida, por vezes, não é vista apenas na relação patrão-empregado, mas também na relação interna que a travesti ou transexual empregada tem para consigo. Para além da cobrança externa, advinda de seu

superior, é comum que essas pessoas se cobrem a todo instante, por frequentemente não terem muita experiência formal de emprego, elas acabam por adotar uma posição em relação a si mesmas de necessidade de desempenhar um trabalho excelente. Isto também poderia ser explicado por razão do temor de serem demitidas em razão de preconceito e discriminação e, para evitar isso, adotam um comportamento de supertrabalhador; que consegue desempenhar todas as tarefas que lhe são passadas e se dedicam para além do tempo estipulado em contrato⁹⁹.

No caso horizontal (empregados versus empregados), os grupos tendem a nivelar os indivíduos e a não suportar as diferenças, sobretudo oriundas de uma estigmatização tal qual a de identidade de gênero¹⁰⁰. Assim, como apontado anteriormente, travestis e transexuais são tradicionalmente mais suscetíveis a ridicularizações, segregação e constrangimento. Estas pressões sociais implicam sensações como angústia, impotência e ansiedade, uma vez que se percebem obrigadas a “*se manterem em permanente estado de vigilância*” em razão da expectativa de serem atacadas física ou verbalmente a

⁹⁹ Helio Irigaray e Maria Freitas realizaram pesquisas de campo com homens homossexuais no ambiente de trabalho e chegou a algumas ponderações que, ressalvadas as devidas particularidades, podem ser aplicadas, de maneira mais ampla, ao contexto de travestis e transexuais por se enquadrarem no quadro geral de minorias de gênero e sexualidade. Segundo as administradoras, é comum que muitos gays assumam a posição de “super homem”, que “procuram se destacar pela eficiência, dedicação total ao trabalho, acreditando que assim se esquivam de uma possível discussão sobre sua orientação sexual”. Ver mais em: IRIGARAY, Helio Arthur; FREITAS, Maria Ester. Estratégia de Sobrevivência dos Gays no Ambiente de Trabalho. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 75-92, abr. 2013.

¹⁰⁰ FERREIRA, Kátia Gontijo. **Assédio moral, organizações e justiça: análise de julgados sobre assédio moral no Tribunal Superior do Trabalho**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Belo Horizonte: Faculdade Novos Horizontes, 2013.

qualquer momento, introjetando, assim, atitudes sociais negativas, que podem se desdobrar em custos psicossomáticos¹⁰¹.

Essas relações podem ser percebidas empiricamente no trecho de uma das entrevistadas, que, a título de informação, possui alto nível de formação educacional:

Travesti/transexual: [narrando sua rotina de trabalho] eu evito constrangimento. Não quero saber de arranjar confusão, não. Já arranjei no início, queria mudar o mundo e tal, mas agora eu só quero fazer meu trabalho e ir pra casa pra não ter que voltar pra pista. Então é como eu te falei: chego no trabalho, pego todos os relatórios separados para eu fazer, faço todos, o mais rápido possível, envio para o gestor, respondo o e-mail dos correspondentes... enquanto o pessoal fica fazendo corpo mole eu termino o que eu preciso fazer no dia mais cedo e, pra evitar qualquer conversinha, qualquer murmurinho, eu aviso pro **[suprimido]**: “óh, terminei o meu trabalho” e peço que redistribua os relatórios e planilhas que ainda precisam ser feitas. Então eu faço isso. Eu sei que eu não sou a mais querida lá dentro, mas eles jamais vão poder de demitir por ser incompetente.

Outra característica relacionada ao Poder Diretivo muito perceptível em relação às empregadas travestis e transexuais está na distribuição do espaço da empresa. Quando estas pessoas são contratadas, o mais comum é que elas assumam função que não possui contato vis-à-vis, ou face-a-face, com clientes desta empresa (quando é o caso), isso em razão da estigmatização que esses corpos sofrem. Os empregadores não querem que elas sejam o rosto de suas

¹⁰¹ IRIGARAY, H. A. R. “Discriminação por orientação sexual no ambiente de trabalho: uma questão de classe social? Uma análise sob a ótica da pós-modernidade crítica e da queer theory.” **Anais do Encontro de Administração Pública e Governança**, Salvador, 2008. p. 3.

empresas e, assim, acabam assumindo funções que não são visíveis. É sobretudo em razão disso que, como visto anteriormente, a área de *telemarketing* é uma das que mais oferece vagas de emprego para travestis e transexuais.

A direção do espaço físico da prestação dos serviços, contudo, não termina aí. Para além de, geralmente, assumirem uma função escondida, no próprio espaço da empresa é comum que haja uma “mini ala LGBT”, sem demarcação física (pelo menos nos casos narrados). Trata-se de uma cultura de deixar com que os empregados LGBT sentem-se mais próximos uns dos outros, o que se demonstra útil também para o empregador por ele concentrar o poder de reorganizar o espaço da empresa.

Assim, abre-se a possibilidade de interseção entre os poderes Diretivo e Disciplinar, uma vez que reorganizar o espaço para distanciar uma empregada travesti e transexual de seus pares LGBT é uma conduta punitiva adotada pelos chefes e empregadores.

A ameaça da troca de lugares dentro da empresa apareceu em alguns dos relatos, mesmo que indiretamente, como estratégia de cobrança das empregadas para uma maior produção e/ou dedicação:

Pesquisador: e como é o ambiente da [suprimido]? Tem outras meninas¹⁰² trabalhando lá?

Travesti/transexual: ah, tem, sim. A gente meio que grudou uma na outra lá porque quando você chega todo mundo fica te olhando, então quando eu conheci a [suprimidas] foi, nossa, um alívio. Aí a [suprimido] pediu pra chefe lá pra eu sentar mais perto dela e tá ok, assim.

¹⁰² Referindo-me a travestis e transexuais.

Pesquisador: e como é sua relação com a chefe?

Travesti/transexual: normal, eu acho, ela me trata pelo meu nome social, então... assim, é diferente do resto porque ela não bate muito papo com a gente, chega mais só dando trabalho mesmo, mas nunca me desrespeitou não. Às vezes quando eu tô atendendo menos ela me ameaça de me botar junto com os macho escroto, aí eu fico pianinha e só fico “boa tarde, gostaria de falar com fulana” **[imitando seu trabalho e rindo ao final]**.

Outras já não possuem histórias tão sutis como esta última apresentada.

Nas palavras de uma delas:

Travesti/transexual: **[contando sobre o fim de seu último emprego]** eu nunca fui tão humilhada na minha vida, nem na rua com maricona tirona eu passei por um trem desses. A **[suprimido]** chegou na minha mesa, puta da vida, porque parece que algum cliente reclamou de mim lá e começou a me esculhambar, falando que eu era uma mal agradecida, que ela era uma santa por ter me dado aquele emprego, que eu tinha que beijar os pés dela e aquela caralhada toda e terminou falando que se eu não ficasse lá até terminar o serviço da semana inteira eu tava demitida. Menino, pra quê? Eu levantei e fui embora, nunca mais voltei, não passei pra pegar acerto nem nada. E pras meninas que vem falar comigo de emprego eu falo que patrão só existe um: você.

Dessa maneira, não haveria como encarar a relação de emprego de uma travesti/transexual como outra qualquer. Há uma série de particularidades na forma de tratamento que impedem que essa dinâmica seja considerada de maneira genérica. O fato de seus corpos estigmatizados estarem à disposição de um empregador, imbuído de poder e autoridade praticamente divina, faz com que o modo com que essas pessoas sejam subordinadas beire não apenas a

sujeição, mas a submissão. É a submissão o objetivo (mesmo que inconsciente) dos patrões que se consagram messias dessas pessoas.

Enquanto o emprego for considerado o grande salvador, libertador e atribuidor de dignidade ao cidadão, nessa perspectiva calvinista que serve aos interesses do capitalismo, não poderemos falar em efetiva emancipação de travestis e transexuais uma vez que não se pode separar a realidade por elas experienciada social e individualmente daquela no ambiente de trabalho. Como presente na fala de muitas: “antes de tudo eu sou travesti”.

5 A TEIMOSIA DO EMPREGO

Inicialmente, talvez como pôde ser percebido ao longo deste trabalho até o momento, este pesquisador busca tomar muito cuidado ao falar do emprego para não atribuir virtudes que esta modalidade de trabalho não necessariamente possui. Faço o esforço de não romantizar o emprego como salvador dos seres-humanos e, conseqüentemente, desencadear todos os processos valorativos, estigmatizantes e subjugantes que a prestação de serviço subordinada possui.

De todo modo, não há como negar que o emprego insiste. Ele insiste em múltiplos fatores: apesar de vários autores debaterem sobre a perda de centralidade (ou não) do emprego e do trabalho, como trazido anteriormente, ele (o emprego) ainda teima em aparecer constantemente como indicador de ascensão social. Indicadores de taxa de emprego e desemprego, ocupação e desocupação, continuam motivando pautas e escolhas políticas, econômicas, geográficas, entre outras.

E assim deve ser.

Ter um emprego é algo socialmente valorizado e perquirido, uma condição que valida o sujeito enquanto um ser digno, merecedor de respeito. Trata-se de “sujeito trabalhador”, sendo recorrentes, inclusive, a utilização dessa posição como refúgio para agressões iminentes: “eu sou trabalhador, senhor”, disse o homem que era agredido pela Polícia Militar em São Paulo¹⁰³.

Em um contexto atual, no qual o trabalho, sobretudo com o advento da modernidade, ocupa uma posição central na vida das pessoas, um sujeito que

¹⁰³ REZENDE, Marcelo. Caso Favela Naval. **Jornal Nacional**. São Paulo, 31 mar. 1997.

não trabalha não está inserido em suas posições sociais, não é valorizado e não é enxergado pelos demais. Daniela Muradas, em sua obra *Contributo ao Direito Internacional do Trabalho*, já nos lembrava que “a existência do homem é a existência pelo trabalho”¹⁰⁴.

Houve relatos, em contraponto a alguns dos anteriormente trazidos, que colocam o emprego, o trabalho formal, como uma das principais pautas para pessoas travestis e transexuais. Contudo, esses relatos vieram, em sua maioria, de pessoas que possuem uma boa experiência de trabalho, num ambiente que as acolhe (como será visto em momento oportuno) ou de indivíduos que ainda não experienciaram a realidade do mercado de trabalho formal.

Neste último caso, tem-se o exemplo:

Pesquisador: e qual você acha que são as coisas mais importantes de garantir para pessoas trans? O que é o mais urgente? O mais necessário?

Travesti/transexual: oportunidade de trabalho... oportunidade de trabalho pra gente sair da prostituição. Assim, não me leve a mal, não to falando mal das manas que tão no babado, mas eu não quero. Eu to lá pra ganhar dinheiro pra eu viver, mas não quero fazer carreira na pista não. Não tem. Não tem carreira na pista. Eu quero ter um emprego, que eu vou subindo, entende? Então pra mim o mais importante é oportunidade de trabalhar... claro que tem outras coisas importante também.... respeitar o nome, saúde, hormônio, prótese, educação, tudo isso é importante, mas o que eu acho que vai resolver mais a situação é trabalhar.

¹⁰⁴ REIS, Daniela Muradas. **Contributo ao Direito Internacional do Trabalho:** a reserva implícita ao retrocesso sócio-jurídico do trabalhador nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho. Tese de doutoramento em Direito. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. p. 92.

Pesquisador: você já trabalhou antes?

Travesti/transexual: não, por isso que to te falando que acho que é o mais importante. A gente não tem oportunidade.

No entanto, depositar grandes esperanças no emprego como instrumento garantidor de dignidade e cidadania pode acabar perpetuando relações de poder que, no caso de travestis e transexuais, possuem particularidades que merecem atenção.

Assim, surgem dois principais questionamentos: afinal, principalmente para a população em questão, por que o emprego não se revela suficiente e, ainda assim, por que é tão importante?

5.1 POR QUE ELE NÃO DÁ CONTA DO RECADO?

Continuando no sentido do que já se demonstrou, o emprego, por si, não possui o atributo da emancipação por se revelar uma forma de prestação do trabalho subordinada. Subordinação esta que, em razão das particularidades experienciadas por travestis e transexuais, transmuta-se em um modo de sujeição que submete essa população a mecanismos de controle de seus corpos por meio de um (nem sempre consciente) processo de salvação.

O emprego é a manifestação da hierarquia entre patrão e trabalhador, mas também, para os casos aqui trazidos, reflete a hierarquia socialmente imposta entre pessoas cisgêneras e travestis/transexuais. Isso faz com que, frequentemente, o mercado formal de trabalho não se revele emancipador dessas pessoas, mas sim potencializador dos sistemas de estigmatização e abjeção às quais já se encontra cotidianamente inserida.

Para os demais cidadãos, talvez, o emprego possa se revelar como um potencial garantidor de cidadania (ou, pelo menos, alguma cidadania) a partir da proteção jurídica que ele oferece. A RAIS, Relação Anual de Informações Sociais, documento informado pelas próprias empresas e empregadores, mostrou que entre os anos de 2003 a 2013 houve a criação de mais de 20 milhões de postos formais de trabalho¹⁰⁵, ritmo este que não se seguiu nos anos seguintes, tendo diminuído em mais de 3 milhões até 2017, segundo informações retiradas do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e

¹⁰⁵ DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego:** entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015. p. 136.

Desempregados)¹⁰⁶. Entretanto, esta ferramenta de “inclusão socioeconômica deflagrada no século XXI, no Brasil”, como diz Delgado, como se viu, não se revela merecedora de tanta esperança e glória para o caso de travestis e transexuais.

Ações que oferecem oportunidades de trabalho direcionadas para travestis e transexuais podem esconder, debaixo do véu da salvação, um ambiente de trabalho tóxico, discriminatório e despreparado.

Emprego a que custo?

Resta um sabor amargo, uma sensação de impossibilidade e impotência. O que resta fazer, então, se o emprego não é suficiente? Se ele, por definição, se vale de uma estrutura subordinadora que, pela vivência, transforma-se em subjugadora?

Esse amargor característico do Direito do Trabalho pode ser traduzido na sua ambiguidade: ao mesmo tempo em que serve de instrumento de garantia de direitos humanos e dignidade¹⁰⁷, age também em manutenção do sistema capitalista que necessita de uma relação de trabalho marcada pelo controle dos meios de produção e subordinação dos corpos que trabalham¹⁰⁸.

Tal ponto de vista pode ser resumido no título da obra de Wilson Ramos Filho: *Direito Capitalista do Trabalho*. É uma disciplina que se concretiza em normas justralhistas, mas a ética aplicada é a do capitalismo. Na mesma

¹⁰⁶ Segundo relação do CAGED de 2017, haviam, no Brasil, 46 milhões de trabalhadores formalizados, abrangendo não apenas os contratos individuais de prazo indeterminado, mas todas as relações de trabalho formais que submetem RAIS ao Ministério do Trabalho anualmente.

¹⁰⁷ Ver DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego**: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução. 2. ed. São Paulo: LTr, 2015.

¹⁰⁸ Ver RAMOS FILHO, Wilson. **Direito capitalista do trabalho**: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012.

obra, Ramos Filho indica que, após as perdas advindas com a Primeira Grande Guerra, os países centrais ainda pelejavam com uma crescente organização interna de trabalhadores insatisfeitos. Assim, a criação de uma Organização Internacional do Trabalho, criada com a prerrogativa de evitar o *dumping social*, revelar-se-ia uma boa manobra de assegurar uma base de Direito Social ao passo que não se rompia com a lógica capitalista dominante, ou, nas palavras do autor, “cedendo os anéis para não perder os dedos”:

Na tentativa de legitimar o modo de produção capitalista [...] os países centrais conceberam a criação de uma instituição internacional que, velando pela estandardização crescente dos direitos a serem assegurados à classe trabalhadora, pudesse minorar os efeitos que uma eventual disparidade no preço da mão-de-obra pudesse ter nos mercados capitalistas em reestruturação¹⁰⁹.

Assim, a ferramenta jurídica criada, regulada, desregulada, flexibilizada, precarizada que é o Direito do Trabalho encontra seu gérmen numa tentativa de manutenção do capitalismo pela concessão de “migalhas apaziguadoras”. Isso faz com que seja extremamente difícil, encontrar nessa lógica, uma verdadeira possibilidade de *emancipação* humana. Idealmente, portanto, o emprego não se revela emancipatório e, para a realidade de travestis e transexuais, potencial catalizador das opressões cotidianas.

Mas sejamos realistas, porque nas palavras de uma das entrevistadas: “ficar de papo não enche papo e eu *preciso* trabalhar”.

¹⁰⁹ RAMOS FILHO, Wilson. **Direito capitalista do trabalho**: história, mitos e perspectivas no Brasil. São Paulo: LTr, 2012. p. 69.

5.2 POR QUE ELE AINDA SE FAZ NECESSÁRIO?

Talvez a salvação do emprego seja a despretensão de ser salvador.

Quando se considera o trabalho uma mercadoria¹¹⁰, ocorre não apenas um processo de alienação do trabalho, do produto e do trabalhador, mas também invoca um sentimento no patrão que transborda o conceito de “propriedade”. Trata-se, como já trazido, de um sentimento messiânico: diante de uma sociedade que valora e valoriza o trabalho-emprego, ser empregador é conceder valor aos humanos que subordina.

De acordo com Henrique Caetano Nardi¹¹¹, a partir da modernidade, o trabalho e sexualidade têm-se consolidado como dispositivos centrais responsáveis pela formação da subjetividade dos indivíduos, além de influenciarem de forma significativa o processo de tornar-se humano na sociedade capitalista contemporânea.

Enquanto essa lógica imperar, as potencialidades emancipatórias do emprego restarão baixas (para ser generoso). Diante disso, pude perceber pelas narrativas a que tive acesso, que as relações de trabalho que não se revelavam opressoras possuíam dois fatores importantes em comum: 1) o esclarecimento do empregador e colegas de trabalho e 2) a não consideração do trabalho como mera mercadoria de lucro.

¹¹⁰ BARBAGELATA, Héctor-Hugo. **A evolução do pensamento do direito do trabalho**. Trad. Sidnei Machado. São Paulo: LTr, 2012. p. 92.

¹¹¹ NARDI, Henrique Caetano. “Nas tramas do humano: quando a sexualidade interdita o trabalho”. In: POCAHY, Fernando (Org.). **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Nuances, 2007. P. 71-80.

Chamo atenção para o fato de que não se obteve números suficientes para generalizar os resultados encontrados em campo (mesmo por não se tratar de uma pesquisa quantitativa) de todo modo, acho prudente apresentar minhas ideias com essa ressalva.

Uma das entrevistadas que, aparentemente, possui uma ótima relação de trabalho narra:

Pesquisador: [...] e você atualmente tá trabalhando na [suprimido], né?

Travesti/transexual: Isso.

Pesquisador: lá é uma *startup* né?

Travesti/transexual: aham, bem bacaninha o lugar, o ambiente...

Pesquisador: e você trabalha lá de carteira assinada?

Travesti/transexual: trabalho. Não é muito comum lá no prédio não [rindo se referindo, provavelmente, às demais *startups* que funcionam no mesmo edifício].

Pesquisador: por que? O pessoal não costuma assinar carteira não?

Travesti/transexual: tudo PJ, menino. Mas geralmente, pelo que eu ouvi falar, né, eles pagam os direitos trabalhistas direitinho, mas tudo por fora. Você emite uma nota fiscal com o valor e a empresa paga.

Pesquisador: entendi, e como é sua relação com os colegas, com os chefes...?

Travesti/transexual: menino, Ó-TI-MA, todo mundo lá é muito legal. Tudo puta e viado [rindo]. Brincadeira. Mas o pessoal lá é muito bom mesmo. Não rola nada de preconceito, essas coisas, até porque é gente esclarecida, sabe? É gente que trabalha com isso, que escreve sobre isso, que estuda isso, que vive isso, então é muito bom... você perguntou do chefe, né? Então, ele é um chefe, mas não

apenas isso, ele é um líder. Claro que ele quer ganhar dinheiro e tal, mas quem não quer, mas ele faz isso de uma maneira humana, sabe? A galera lá não te vê como uma máquina.

Pesquisador: e as ordens lá? Como são dadas? Você acha que o seu chefe tem algum sentimento de “salvador da pátria” ou algo do tipo por ter te contratado?

Travesti/transexual: não, de jeito nenhum. Na empresa que eu trabalhava antes era meio assim, a minha patroa, [suprimido], achava que tava “nossa”, me fazendo um favor, só faltava me batizar, mas lá na [suprimido] não. Não tem dessa de eles estarem fazendo um favor me contratando lá, sabe? Eu faço parte de uma equipe que eu sei e todo mundo sabe que é empregada e tá lá para dar lucro pra empresa, não ache que a gente é bobo, mas não tem nenhum tratamento diferencial, ordens ríspidas, nada disso, tem um cronograma que precisa ser levado em conta, mas é mais pra organização do trabalho que deve ser feito. Não tenho nada a reclamar de lá, de verdade.

Imagino que seja perceptível pela própria linguagem utilizada que se trata de alguém que teve oportunidade de concluir sua educação formal, então não podemos generalizar as possibilidades empregatícias desta entrevistada à população de travestis e transexuais brasileiras cuja realidade é a evasão escolar. Entretanto, pode-se retirar do caso que o engajamento e capacitação da empresa nas questões envolvendo gênero e sexualidade são fatores de extrema importância para que se possa diminuir as possibilidades de potencialização das opressões.

Não se tratava, no caso, de uma empresa que abriu vagas para pessoas transexuais e travestis sem um preparo prévio, sem capacitar seus funcionários e a chefia. O ambiente foi pensado para ser acolhedor sem que se reverberasse uma aura salvadora na figura no empregador.

É bem verdade que o emprego não dá conta do recado e apresenta uma série de impossibilidades e limitações de emancipação humana pela sua própria definição e configuração desde o início de sua juridicização no século XIX. Entretanto, também é verdade que ainda vivemos em uma sociedade capitalista e é necessário sobreviver nela.

“Quem não trabalha não come”, como já dizia o grupo KRISIS em excerto trazido no início desta pesquisa¹¹² e essa afirmação, apenas, já resume o emprego apresentando uma crítica ao trabalho subordinado ao passo que reconhece sua necessidade (imposta). Assim, mesmo que imposta, a necessidade de trabalhar ainda é um fato e, se assim é, que o trabalho seja prestado da melhor maneira possível dentro de suas limitações.

Cabe aqui lembrar que o emprego é apenas uma das possibilidades de sobrevivência e de garantir o “acué”. Não se trata, pelos motivos já amplamente apresentados, da única forma de sustento válida, para que não se corra o risco de entrar, novamente, no ciclo de “salvação pelo emprego”. Mas, quando prestado e condições adequadas, ele se revela uma saída interessante.

O emprego teima em continuar existindo e se mostrar como um caminho possível, o importante é não atribuir a ele virtudes que não lhe cabem. Ser empregado é, por definição, prestar trabalho subordinado ao comando de alguém.

Parafraseando Carole Pateman¹¹³: reconhecer que há um problema no emprego de travestis e transexuais (tendo em vista as potencialidades que esta

¹¹² KRISIS, Grupo. Manifesto contra o trabalho. **Cadernos do LABUR**, n. 2, 1999. p. 17.

¹¹³ A autora traz: “pode-se defender os direitos sindicais, ao mesmo tempo em que se reivindica a abolição do trabalho capitalista assalariado”. PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993. p. 281-282.

estrutura oferece), não me impede de lutar para que esta seja uma via possível de atuação profissional desta população.

Como ferramenta que leva em consideração toda a complexidade de uma inserção adequada de travestis e transexuais ao mercado de trabalho, pode-se citar a iniciativa da Prefeitura de São Paulo por meio do Programa Transcidadania

5.2.1 Programa TransCidadania

O Programa TransCidadania é uma política pública interdisciplinar e interinstitucional desenvolvida pela Prefeitura de São Paulo em parceria com instituições privadas, sociedade civil organizada, bem como outros programas nacionais e estaduais de capacitação profissional. A iniciativa foi formalmente instituída pelo Decreto Municipal nº 55.874, de 29 de janeiro de 2015, em semana que costumeiramente se comemora o “orgulho trans”.

O decreto que o institui prevê, em seu artigo 2º, que as diretrizes do Programa serão:

I - oferta de condições de **autonomia financeira** e de enfrentamento à pobreza, por meio de **programas redistributivos**, de **elevação de escolaridade, qualificação profissional e intermediação de mão de obra**;

II - desenvolvimento de **ações de enfrentamento ao preconceito** e à discriminação contra travestis e transexuais e de respeito à expressão de sua identidade de gênero e ao uso do nome social, nos termos do Decreto nº 51.180, de 14 de janeiro de 2010;

III - **capacitação e sensibilização permanentes dos servidores públicos** municipais para a oferta de atendimento qualificado e humanizado a pessoas travestis e transexuais, observados os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da não revitimização;

IV - formação cidadã em direitos humanos para o exercício da cidadania, participação popular e controle social.¹¹⁴

Logo no primeiro inciso é possível perceber o cuidado e a atenção dispensados em vistas à efetiva inserção de travestis e transexuais no mercado formal de trabalho. Isso se dá por já demarcar e reconhecer que esta inserção é complexa e deve levar em consideração não apenas o oferecimento de uma vaga de emprego, mas também a elevação da escolaridade, a qualificação profissional dessas pessoas e a intermediação da mão de obra, valendo-se, para tanto, de programa de redistribuição de renda.

Esse inciso será utilizado como chave de análise para as potencialidades (agora positivas) da inserção no mercado de emprego quando superadas as estigmatizações e messianismos que o rondam.

1) Para alcançar o fim da inserção social através do emprego (ressalvados os limites estruturais trazidos anteriormente), o ato instituidor do Programa TransCidadania reconheceu a necessidade de garantia da autonomia

¹¹⁴ SÃO PAULO. **Decreto 55.874 de 29 de janeiro de 2015**. São Paulo, 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2015/5587/55874/decreto-n-55874-2015-institui-o-programa-transcidadania-destinado-a-promocao-da-cidadania-de-travestis-e-transexuais-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-altera-disposicoes-dos-decretos-n-44484-de-10-de-marco-de-2004-e-n-40-232-de-2-de-janeiro-de-2001> . Acesso em: 20 de dez. 2018.

financeira, durante o processo de capacitação profissional, educacional e pessoal previstos, por meio da redistribuição de renda.

Isso quer dizer que, infelizmente, para grande parte dessa população, fornecer um programa de capacitação profissional, apenas, revela-se incompatível com suas necessidades imediatas. É preciso ter em mente que, para se conseguir a capacitação almejada e propiciada é preciso gastar tempo e dinheiro (com transporte, alimentação, moradia, etc.), situação esta que se traduz em um privilégio para muitas:

Travesti/transexual: [falando sobre iniciativas voltadas para o público travesti e transexual] eu até fiquei sabendo que tinha uma ONG aqui que tava oferecendo uns cursos grátis para o ENEM, essas coisas, mó babado, mas cadê o acué pra ir pra isso? Eu acho que era de noite ainda, então, gato, sem chance. Eu não posso me dar o privilégio de deixar de fazer programa pra estudar. É triste, mas não dá.

Assim, para garantir a transferência de renda, valeu-se do Programa Operação Trabalho (POT), existente desde 2001, que condiciona a redistribuição à realização de atividades de qualificação e formação profissional¹¹⁵. As bolsas fornecidas chegaram, em 2017, ao valor mensal de R\$983,55, que auxiliavam as participantes a se manterem no Programa da Prefeitura, que continuou em 2018 mesmo com a troca de gestão.

¹¹⁵ PEDRA, Caio Benevides. **Acesso a cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018. p. 178.

2) Outro ponto que merece destaque é a atenção à elevação do nível de escolaridade dessas pessoas, comumente afetadas pela evasão escolar em razão de serem expulsas de casa e/ou do *bullying* e discriminação enfrentados na escola, como vários dos relatos trazidos apontam. Assim, para além de simplesmente oferecerem vagas típicas de subempregos que requerem pouco ou nenhum nível de instrução, essas pessoas poderão galgar outros patamares profissionais com a elevação de seu nível educacional. Para tanto, a Prefeitura de São Paulo se valeu da estrutura existente da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com equipe devidamente capacitada para tratar adequadamente as travestis e transexuais participantes.

3) Talvez um dos fatores mais importantes e dignos de atenção para que o emprego se torne mais uma possibilidade de dignidade e cidadania, em vez de potencializador de estigmas, é a capacitação profissional com *intermediação* da mão de obra. Desse modo, o Programa TransCidadania desenvolveu parceria com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), de modo que este “recebe participantes em diversos cursos de acordo com a área profissional em que pretendem se inserir”¹¹⁶.

Buscar empregadores e acompanhar o caminhar dessa relação é uma ação que pode ajudar a evitar que os chefes ajam inescrupulosamente, com excesso de subordinação ou submissão.

¹¹⁶ PEDRA, Caio Benevides. **Acesso a cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018. p. 181.

6 CONCLUSÃO

Claro que, mesmo com atenções especiais e desenvolvimento de políticas públicas bem articuladas, frequentemente muitas travestis e transexuais não encontrarão seu lugar à sombra na relação empregatícia. Aqui nunca se quis isso. O emprego, a partir das pesquisas e narrativas colhidas, não é para ser interpretado como única solução possível e garantidor de cidadania. Fazê-lo seria incorrer num sistema de romantização e divinização do emprego, que remete ao calvinismo e às raízes morais e religiosas de um capitalismo que se faz presente ainda hoje.

O emprego não é salvador.

O emprego não é demônio.

O emprego deve ser *uma das* possibilidades.

Estarmos submetidos ao poder do capital é algo que é comum a todos, mas espero que, com este trabalho, tenha conseguido dar alguma voz àquelas que ouvi. Espero que suas trajetórias de vida, suas identidades, a relação que elas estabeleceram desde sempre com o Poder em torno delas – que as sujeita e assujeita –, a abjeção imposta em seus corpos que reflete no modo como são subordinadas na relação de trabalho – quando esta “oportunidade” lhes é dada – sirvam como objetos de análise de suas resistências.

Espero que tenha sido possível perceber que talvez seja necessário refletir criticamente sobre a teimosia que se tem com o emprego. Não para rejeitá-lo e afastá-lo em definitivo, mas para entender que ele não é salvador e emancipador, estas não são virtudes inerentes a este tipo de trabalho subordinado.

Espero também que tenha restado claro que o emprego não é a manifestação de *Cérberus*. Não é algo odioso, principalmente quando, apesar de todos os pesares e de o Direito do Trabalho ser, em verdade, um Direito Capitalista do Trabalho, o emprego, ainda, é uma forma de trabalho mais protegida juridicamente.

Eu só posso esperar que a prostituição de muitas das entrevistadas não seja vista como algo, também, a ser afastado de qualquer maneira. Muitas se fizeram e se encontraram nas ruas e nos programas, encararam seu verdadeiro eu na prostituição e este trabalho não há que ser demonizado. Assim como o emprego, a prostituição pode ser uma das alternativas de angariar bens materiais e garantir o sustento. Diria, ainda, que a prostituição deveria ter sua relação empregatícia reconhecida quando os elementos fático-jurídicos se fizessem presente, mas isso foi assunto de outro trabalho¹¹⁷.

Que os empregadores se despeçam de seu ego messiânico quando contratarem travestis e transexuais e não as subjuguem ou submetam.

Que as travestis e transexuais sejam.

E serão.

¹¹⁷ Ver OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante. **Corposujeitados, sujeitas corporificadas: o tratamento judicial da trabalhadora prostituta no Brasil**. Novas Edições Acadêmicas: 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A TODAS AS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS ANÔNIMAS QUE
CONFIARAM EM MIM

AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos corpos**. Trad. Sevino J. Assmann. São Paulo:
Boitempo, 2017.

ALTHUSSER. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Joaquim
José de Moura Ramos. Lisboa: Presença.

ALVES, Giovanni. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório:**
o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que
trabalha.

ANTUNES, Pedro Paulo Sammarco. **Travestis envelhecem?**. 2010. 268 p.
Dissertação (Mestrado em Gerontologia) – Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, São Paulo. 2010.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

AQUINO, Eloisa. **Pajubá**: a língua das travestis do Brasil. Disponível em: <https://medium.com/brasil/aprenda-a-lingua-secreta-das-travestis-do-brasil-67203254950d>.

BARBAGELATA, Héctor-Hugo. **A evolução do pensamento do direito do trabalho**. Trad. Sidnei Machado. São Paulo: LTr, 2012.

BARROS, Vanessa Andrade de. A função política do trabalho e a ordem social. **Veredas do Direito**. Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 51-66. Jul/dez 2005. p. 56-57.

BAXTER, Richard. **Works of the english puritan divines**. Londres: Thomas Nelson Paternoster Row, 1846.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo I**: fatos e mitos. Trad. Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo II**: a experiência vivida. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. V.2. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. V.1. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENJAMIN, Harry. **The transexual phenomenon**. New York: The Julian Press, 1966.

BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19. Set. 2015.

BINDMAN, Jo; DOEZEMA, Jo. **Redefining prostitution as sex work on the international agenda**. Anti-slavery international, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Trad. Fernando Pavan Baptistas e Ariani Bueno Sudatti. Bauru: Edipro, 2003.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Memória e Sociedade, 1989.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam:** sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, pp.151-172.

BUTLER, Judith. **Frames of war:** when is life grievable? New York/ London: Verso, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética.** Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BUTLER, Judith. **Undoing gender.** New York: Routledge, 2004.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

COELHO, Luiz Fernando. **Saudade do futuro: transmodernidade, direito e utopia.** 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2007.

COSTA, Ana Maria Machado. “A discriminação por orientação sexual no trabalho – aspectos legais”. In: POCAHY, Fernando (Org.). **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea.** Porto Alegre: Nuances, 2007. P. 91-103.

CRENSHAW, Kimberle W. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.** VV. AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16.

DELGADO, Maurício Godinho. **Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução.** 2. ed. São Paulo: LTr, 2015.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. São Paulo: LTr, 2015.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva, *et al.* São Paulo: Perspectiva, 2009.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Trad. Enrico Corvisieri. Ed. Acrópolis. Quarta parte. Sem paginação.

DESIDÉRIO, Mariana. Conheça a multinacional que emprega 1300 transexuais no Brasil. **Exame**. 12 de set. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/conheca-a-multinacional-que-emprega-1-300-transexuais-no-brasil/> . Acesso em: 21 de dez. de 2018.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. 2008-2013.

DWORKIN, Ronald. **Direito da liberdade: a leitura moral da Constituição norte-americana.** Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ELLUL, Jacques. **Pour qui, pour quoi travaillons-nous?** Paris: La Table Ronde, 2013.

ELY, John Hart. **Democracy and Distrust.** Cambridge and London: Harvard University Press, 1980.

FERREIRA, Kátia Gontijo. **Assédio moral, organizações e justiça: análise de julgados sobre assédio moral no Tribunal Superior do Trabalho.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Belo Horizonte: Faculdade Novos Horizontes, 2013.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Modernidade e contrato de trabalho: do sujeito de direito à sujeição jurídica.** São Paulo: LTr, 2001.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Modernidade e contrato de trabalho: do sujeito de direito à sujeição jurídica.** São Paulo: LTr, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. V. 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

HAAS, A. P; RODGERS, P. L; HERMAN, J. L. **Suicide attempts among transgender and gender non-confirming adults**. New York: American Foundation for Suicide Prevention. 2014. Disponível em: <http://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/AFSP-Williams-Suicide-Report-Final.pdf>. Acesso em: 24 set. 2017.

HABERMAS, Jürgen, and William Rehg. “Constitutional democracy: a paradoxical union of contradictory principles?.” **Political theory** (2001): 766-781.

HALBERSTAM, Judith. **Female masculinity**. Duke University Press, 1998.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IRIGARAY, H. A. R. “Discriminação por orientação sexual no ambiente de trabalho: uma questão de classe social? Uma análise sob a ótica da pós-modernidade crítica e da queer theory.” **Anais do Encontro de Administração Pública e Governança**, Salvador, 2008.

IRIGARAY, Helio Arthur; FREITAS, Maria Ester. Estratégia de Sobrevivência dos Gays no Ambiente de Trabalho. **Rev. psicol. polít.** São Paulo, v. 13, n. 26, p. 75-92, abr. 2013.

IRIGARAY, Luce. **Speculum of the other woman.** Trad. Gillian C. Gill. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

KRISIS, Grupo. Manifesto contra o trabalho. **Cadernos do LABUR**, n. 2, 1999.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Trad. Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Les structures élémentaires de la parenté.** Paris: La Haye, Mouton et Maison des Sciences de l'Homme, 1967. pp. 3-13.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social.** V. 1. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 80-81.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova cultural, 1996. v. 1. tomo 1. p. 167.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MEAD, Margaret. **Adolescência, sexo y cultura en Samoa**. Trad. Elena Dukelsky Yoffe. Buenos Aires: Planeta-De Agostini S.A, 1993.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. Trad. Rosa Krausz, 4º ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MELHADO, Reginaldo. **Poder e sujeição: os fundamentos da relação de poder entre capital e trabalho e o conceito de subordinação**. São Paulo: LTr, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Beyond capital: toward a theory of transition**. Londres: Merlin Press, 1955.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. Porto Alegre: Sociologias, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009.

MOIRA, Amara. Objeto de desejo, corpo abjeto. In: _____. **E se eu fosse puta?** São Paulo: Hoo editora, 2016. p. 128-131.

NARDI, Henrique Caetano. “Nas tramas do humano: quando a sexualidade interdita o trabalho”. In: POCAHY, Fernando (Org.). **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Nuances, 2007. P. 71-80.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. **O sujeito trabalhador e o Direito Internacional Social: a aplicação ampliada das normas da Organização Internacional do Trabalho**. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2015.

OIT. **Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**. Brasília: OIT, 2006.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Banquete de homens: sexualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p. 89-101, 2011.

OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante. **Corpos sujeitos, sujeitas corporificadas:** o tratamento judicial da trabalhadora prostituta no Brasil. Novas Edições Acadêmicas: 2018.

OLSEN, Frances. **El Sexo del Derecho.** Editora: David Kairys. The Politics of Law. Nova York, Pantheon, 1990, p. 452-467. Traduzido por Mariela Santoro e Christian Courtis.

PAIXÃO, Olívia. **Entre a batalha e o direito:** prostituição, travestilidade e trabalho. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

PEDRA, Caio Benevides. **Acesso a cidadania por travestis e transexuais no Brasil:** um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos. **Cadernos pagu,** v. 25, p. 217-248, 2005. p. 223.

PEREIRA, Alessandra Margotti dos Santos. **A inconstitucionalidade da criminalização das casas de prostituição e demais atividades de lenocínio**. 2016. 178 p. Dissertação (mestrado em Direito) □ Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PLATÃO. **Timeu-Crítias**. Trad. Rodolfo Lopes. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra: University Press, 2013.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002.

REIS, Daniela Muradas. **Contributo ao Direito Internacional do Trabalho: a reserva implícita ao retrocesso sócio-jurídico do trabalhador nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho**. Tese de doutoramento em Direito. Belo Horizonte: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

REZENDE, Marcelo. Caso Favela Naval. **Jornal Nacional**. São Paulo, 31 mar. 1997.

RICCI, Marlucy Godoy; RACHID, Alessandra. Relações de trabalho no serviço de teleatendimento. **Gestão & Produção**, v. 20, n. 1, p. 192-203, 2013.

ROSENFELD, C. L. Paradoxos do capitalismo e trabalho em call centers: Brasil, Portugal e Cabo Verde. **Caderno de Recursos Humanos**, v. 20, n. 51, dez. 2007.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Trad. e notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SÃO PAULO. **Decreto 55.874 de 29 de janeiro de 2015**. São Paulo, 2015.
Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2015/5587/55874/decreto-n-55874-2015-institui-o-programa-transcidadania-destinado-a-promocao-da-cidadania-de-travestis-e-transexuais-em-situacao-de-vulnerabilidade-social-altera-disposicoes-dos-decretos-n-44484-de-10-de-marco-de-2004-e-n-40-232-de-2-de-janeiro-de-2001> . Acesso em: 20 de dez. 2018.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis: Vozes, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva. Vol. 2, n.2. Porto Alegre: Educação & Realidade. Jul/dez. 1995.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz . A Fúria. **Revista LTR**, São Paulo, v. 66, n. 11, p. 1287-1309, 2002.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A supersubordinação – invertendo a lógica do jogo. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**. Belo Horizonte, v. 48, n. 78, jul./dez. pp. 157-193. 2008.

SUPIOT, Alain. **Au-delà de l'emploi**. Paris : Flammarion, 1999.

VIANA, Márcio Túlio. Da greve ao boicote: os vários significados e as novas possibilidades das lutas operárias. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. n. 50, pp. 239-264, 2007.

WACQUANT, Loïc. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 23, pp. 155-164, nov. 2004.

WEBER, Max. **The protestant ethic and the spirit of capitalism**. Trad. Talcott Parsons. Londres e Nova York: Routledge, 2005.

WESTMINSTER, A confissão de fé de. 1643-1646. Disponível em: <http://www.ipb.org.br/recursos/download/a-confissao-de-fe-de-westminster-148> . Acesso em: 28 de dez. de 2018.

WILLIAM INSTITUTE. **Serving our youth:** findings from a national survey of services providers working with lesbian, gay, bisexual and transgender youth who are homeless or at risk of becoming homeless. Los Angeles: The Williams Institute with True Colors Fund and Palette Fund. 2012.

WILSON, William Julius. **The truly disadvantaged:** the inner city, the underclass, and public policy. University of Chicago Press, 2012.

WITTIG, Monique. The point of view: universal or particular? **Feminist issues**. V.3. N. 2, 1983.

ZIZEK, Slavoj. **The Sublime Object of Ideology**. London: Verso, 2008.

ZIZEK, Slavoj; FIENNES, Sophie. **The pervert's guide to ideology**. [Filme-documentário]. Dirigido por Sophie Fiennes. Irlanda: ZeitgeistFilms, 2012.

GLOSS(ÁRIO)

Ao longo do texto, principalmente em razão da transcrição de entrevistas realizadas com travestis e transexuais, aparecerão uma série de termos utilizados pela comunidade trans e LGBT em geral que podem não ser conhecidas para as leitoras. Por essa razão, segue um GLOSSário com termos do Pajubá¹¹⁸ ou gírias próprias da comunidade LGBT:

Obs: apesar de o trema " " ter sido retirado após a reforma ortográfica, optou-se por escrever os termos a seguir com esta acentuação para que se tenha uma melhor noção da pronúncia das palavras.

Alibã – polícia.

Amapô – mulher.

Acué – dinheiro.

Aqüendar – olhar, prestar atenção.

Atender – transar com alguém, geralmente em troca de favores ou dinheiro.

Babado – QUALQUER COISA. Babado é um termo que traduz a essência do Pajubá, porque esta anti-linguagem é, antes de mais nada, sobre performance

¹¹⁸ Dialeto próprio da comunidade LGBT, principalmente desenvolvido por travestis e transexuais, que se vale de neologismos e reaproveitamentos linguísticos que retomam o Iorubá. Trata-se de uma anti-linguagem, ou um criptoletto, que possui principalmente a função de não ser compreendida por pessoas que não componham o grupo que a criou. AQUINO, Eloisa. **Pajubá**: a língua das travestis do Brasil. Disponível em: <https://medium.com/brasil/aprenda-a-lingua-secreta-das-travestis-do-brasil-67203254950d>.

corporal e entonação. O sentido de “babado” só pode ser apreendido no contexto da cena.

Bafão – confusão.

Bofe – homem bonito.

Cafuçu – homem, geralmente de baixa renda, que desempenha atividades tradicionalmente ligadas ao masculino e à força bruta, dotado de beleza o suficiente para despertar desejos sexuais.

Cd/cdzinha – *crossdresser*, homem que se veste de mulher ser que isso esteja relacionado a identidade de gênero ou orientação sexual/ cdzinha geralmente é a utilização do termo com a intenção de diminuir a *crossdresser*.

Cheque – fezes.

Carimbo/carimbar/carimbada – Infecção Sexualmente Transmissível, geralmente HIV/ transmitir alguma IST/ pessoa portadora de alguma IST.

Chuca – lavagem intestinal do reto para fazer sexo anal sem passar cheque.

Close/closeira/closuda – dar uma de metida, arrasar, pisar, fechar.

Coió – surra.

Doce – confusão, fazer o mal.

Inháí – saudação, oi, e aí?

Edí – ânus.

Erê – criança.

Equê – mentira.

Fancha – lésbica.

Mona/mana – mulher, gay afeminado ou pronome de tratamento para qualquer pessoa.

Madrinha – pessoa admirável, pessoa da qual gosta.

Mala – volume do pênis visível pela roupa.

Mamar – fazer sexo oral.

Neca – pênis.

Ocó – homem.

Passada – surpresa, boquiaberta, espantada.

Poc poc – gay afeminado.

Picumã – cabelo.

Picumã de equê – peruca.

Pintosa – gay feminino.

Taba – maconha.

Tombar – arrasar, fechar, closar, pisar.

Uó – algo ruim.

ANEXO I

O comitê de ética em pesquisa da UFMG, COEP (ou CEP em algumas denominações e instrumentos normativos), é órgão consultivo do **CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)**, e é regido pela Resolução 466/12 deste mesmo conselho. Assim, na qualidade de ter sido criado por resolução do Conselho Nacional de Saúde, houve desconcentração dos poderes e atribuições do CNS nas condições, termos e limitações da norma criadora. Deste modo, as competências do COEP são limitadas não somente àquelas previstas no instrumento que o instituiu, mas também nas competências que o Conselho Nacional de Saúde possui, uma vez que se trata de desconcentração deste.

O CNS, por sua vez, é órgão vinculado ao Ministério da Saúde e, em seu regimento interno, Resolução 407 de 2008, Seção II, Subseção I, art. 10, estão dispostas as competências do Conselho como sendo:

Art. 10. Compete ao Conselho Nacional de Saúde:

VII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica **na área de saúde**, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sócio-cultural do País;

O regimento é claro quanto às competências do Conselho Nacional de Saúde, reservando a este acompanhar as pesquisas desenvolvidas na **área da saúde**, não adentrando nas demais áreas do conhecimento, mesmo porque

trata-se de conselho especializado vinculado a um ministério também especializado, não ao Ministério da Educação.

No mesmo sentido, o Regimento Interno do COEP (chamado de CEP pela Resolução) reafirma que este está atrelado ao CNS, como previsto em art. 1º, § 2º, do dispositivo supramencionado:

§ 2º O CEP-UFMG cumpre a Resolução vigente do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS/MS) observando que a eticidade da pesquisa implica respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir, permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida.

O art. 3º do mesmo instrumento também traz limitações ao exercício das atividades do COEP às suas atribuições, quais sejam, aquelas trazidas pelo CNS, observada a competência deste às pesquisas na área da saúde:

Art. 3º Compete ao CEP-UFMG:

I - cumprir e fazer cumprir, **no limite de suas atribuições**, o disposto na legislação nacional e nas demais normas aplicáveis à pesquisa envolvendo seres humanos;

A polêmica quanto a aplicabilidade das normas do COEP às pesquisas em Ciências Humanas começa com a Resolução 510 de 2016 do CNS, que, em **Reunião Extraordinária e ultrapassando os próprios limites fixados pelo seu regimento interno**, determinou, por si próprio, que possui competência para regular a ética em pesquisa nas ciências humanas. Ocorre que, conforme disposto do instrumento que regula o órgão, este **não possui qualquer competência para tanto**.

Demonstrando a incompetência e completo despreparo para lidar com as pesquisas nos campos das ciências humanas, o COEP utiliza a Plataforma Brasil para analisar os projetos de pesquisa. Ocorre que este domínio não apresenta nenhum campo de área de atuação em ciências humanas, sendo todas exclusivas de técnicas desenvolvidas no campo da saúde (medicina, enfermagem, farmácia e biomedicina).

Como se não bastasse, cumpre-se ressaltar que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido requerido pelo COEP deve conter “possíveis efeitos colaterais e minimização de possíveis danos advindos da pesquisa”, além de conter todas as informações sobre aquilo que está sendo estudado, de maneira clara, objetiva e simples, para fácil entendimento do sujeito.

Ocorre que o sujeito da pesquisa em questão, quando da formulação do projeto e aplicação das entrevistas, era considerado portador de Transtorno Mental pela CID (Classificação Internacional de Doenças), motivo pelo qual, **por razões éticas**, respeito ao sujeito, garantia de minimização de desconfortos, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça, equidade, não intimidação, não configuração de argumento de autoridade, não patologização, preocupação com a segurança e identidade do sujeito, decidiu-se por não aplicar

termo de consentimento livre e esclarecido, a ser assinado pelo participante, que frequentemente não tem seu registro adequado ao seu gênero vivenciado.

NÃO OBSTANTE, DE QUALQUER MANEIRA, A PESQUISA EFETUADA POR ESTE PESQUISADOR É DISPENSADA DE AVALIAÇÃO DO COEP, POR SE TRATAR, NOS TERMOS DO ART. 1º, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO VII:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

VII: pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito;